



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA — UNEB
DCH VI CAETITÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE (PPGELS)
MESTRADO PROFISSIONAL

ELISEU MACHADO DE SOUZA MAGALHÃES

**“OS MORTOS FALAM MUITO SOBRE OS VIVOS”: O CEMITÉRIO DE
BOTUPORÃ — BA ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E FERRAMENTA
PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

CAETITÉ — BA
2023

ELISEU MACHADO DE SOUZA MAGALHÃES

**“OS MORTOS FALAM MUITO SOBRE OS VIVOS”: O CEMITÉRIO DE
BOTUPORÃ — BA ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E FERRAMENTA
PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), em Nível de Mestrado Profissional da Universidade do Estado da Bahia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Cristina Lacerda Ribeiro.

CAETITÉ — BA

2023



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Instituição Governamental 432786, 600 - 400714. Reconstituída em: Decreto 89491, 000 01/04/93

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE



FOLHA DE APROVAÇÃO

" OS MORTOS FALAM MUITO SOBRE OS VIVOS": O CEMITÉRIO DE BOTUPORÃ - BA ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA"

ELISEU MACHADO DE SOUZA MAGALHÃES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE - PPGELS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada, em 01 de novembro de 2023, com nota 10,0 (DEZ)

Professor Joslan Sampaio
Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade
Universidade do Estado da Bahia

Professora Dra. MARIA ELIZIA BORGES

UFG

Doutora em Artes

Universidade Federal de Goiás

Professora Dra. ANTONIETA MIGUEL

UNEB

Doutora em Educação e Contemporaneidade

Universidade do Estado da Bahia

UNEB

Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de História Econômica da Universidade de São Paulo

Universidade do Estado da Bahia

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I
Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5 / 918

C957q	<p>Magalhães, Eliseu Machado de Souza “Os mortos falam muito sobre os vivos”: o cemitério de Botuporã — BA enquanto lugar de memória e ferramenta pedagógica para o ensino de história / Eliseu Machado de Souza Magalhães . – Caetité, 2023. 122 f. : il.</p> <p style="text-align: center;">Orientadora: Márcia Cristina Lacerda Ribeiro. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, Campus VI. 2023.</p> <p style="text-align: center;">Contém referências, apêndices.</p> <p style="text-align: center;">1. História – Estudo e ensino – Botuporã (BA). 2. História - Prática de ensino – Botuporã (BA). 3. História - Ensino - Metodologia. 4. História – Botuporã (BA) - Currículos. 5. Cemitérios – Botuporã (BA) – Monumentos funerários – Botuporã (BA) – História. 6. Monumentos e memórias – Botuporã (BA). I. Ribeiro, Márcia Cristina Lacerda. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus I. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 907</p>
-------	---

AGRADECIMENTOS

É com grande gratidão e alegria que concluo esta jornada acadêmica e apresento minha dissertação de mestrado. Ao longo deste percurso, pude contar com o apoio e colaboração de inúmeras pessoas que foram fundamentais para o sucesso desta empreitada.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, fonte de toda sabedoria e inspiração, por me guiar e iluminar durante toda a jornada da elaboração desta dissertação de mestrado. Sua graça e misericórdia foram alicerces constantes, fortalecendo minha fé e concedendo-me força e coragem para enfrentar os desafios que se apresentaram ao longo do caminho. Agradeço por cada oportunidade de aprendizado e crescimento, também, por sua presença constante que me sustentou nos momentos de incerteza.

Expresso, aqui, minha profunda gratidão à minha orientadora, Márcia Cristina Lacerda Ribeiro, pela orientação sábia, incentivo constante e paciência incansável. Seu comprometimento com a excelência acadêmica e sua dedicação em me guiar por caminhos de conhecimento foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

À banca examinadora, composta pela professora doutora Antonieta Miguel, pelo professor doutor Joslan Sampaio e pela professora doutora Maria Elizia Borges. Agradeço pelas valiosas sugestões e contribuições durante o percurso de elaboração deste estudo. Suas considerações foram de inestimável valor para aprimorar o conteúdo desta pesquisa.

Minha gratidão se estende a todos os professores e colegas do programa de mestrado, cujo apoio e compartilhamento de conhecimentos enriqueceram minha formação acadêmica e pessoal.

À minha esposa Alenisce Magalhães e a minha querida filha Anna Júlia, dedico toda a minha gratidão e amor por estarem ao meu lado nesta jornada. O apoio incondicional, a compreensão e o carinho que recebi de vocês foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar aos estudos e alcançar este marco em minha vida acadêmica.

Minha esposa, você é minha inspiração diária, meu porto seguro e minha melhor amiga. Sua presença afetuosa e seu encorajamento constante foram como um farol guiando meus passos ao longo desse percurso desafiador. Sem o seu amor e suporte, eu não teria tido a força necessária para enfrentar os obstáculos e seguir em frente.

Minha filha, ver você crescer e aprender todos os dias é uma das maiores bênçãos da minha vida. Seu sorriso contagiante e sua curiosidade me enchem de alegria e motivação. Cada conquista sua, por menor que seja, me enche de orgulho e me incentiva a ser um exemplo digno para você seguir.

A ambas, minha esposa e minha filha, sou grato pelas inúmeras vezes em que abriram mão de momentos em família para me apoiar em meus estudos. Sei que nem sempre foi fácil, mas a nossa união e amor mútuo nos fortaleceram e nos deram forças para enfrentar todos os desafios juntos. Hoje, com alegria em meu coração, compartilho este momento de realização com vocês. Cada conquista alcançada nesta dissertação de mestrado é também de vocês, pois a família que temos é o pilar que sustenta nossos sonhos e nos impulsiona a ir mais longe. Agradeço a Deus todos os dias por tê-las em minha vida. Que continuemos juntos, construindo memórias preciosas, apoiando uns aos outros e celebrando as vitórias que ainda virão. Amo vocês mais do que as palavras podem expressar. Obrigado por serem o meu alicerce e minha fonte constante de felicidade.

Aos meus pais, Francisco e Aurenita, que sempre me incentivaram a estudar e me proporcionaram um ambiente de apoio e encorajamento, quero expressar minha profunda gratidão. Vocês foram a força motriz por trás de cada passo que dei nesta jornada acadêmica. Seu amor incondicional, orientação sábia e confiança em meu potencial foram fundamentais para que eu pudesse alcançar esta conquista. Cada sacrifício que fizeram em prol da minha educação não passou despercebido, por isso, sou imensamente grato por terem sido meus pilares ao longo desse caminho. O diploma que hoje recebo é também um reflexo do apoio e dedicação de vocês, por essa razão, dedico esta conquista a vocês, meus queridos pais, com todo o meu amor e reconhecimento.

Aos meus irmãos, Luciene, Elias e Francisco Jr., que ao longo desta jornada acadêmica estiveram ao meu lado com palavras de estímulo, apoio incondicional e uma cumplicidade que só os laços fraternos podem proporcionar. Cada um de vocês contribuiu de forma única para o meu crescimento pessoal e acadêmico, e sou profundamente grato por ter irmãos tão especiais e dedicados como vocês. Nossa irmandade é um tesouro que valorizo acima de tudo, e é com muita emoção que compartilho com vocês esta conquista. Muito obrigado pelo amor, apoio e pelo privilégio de chamar vocês de meus irmãos. Sigamos juntos, firmes e unidos, celebrando as vitórias da vida com o mesmo carinho e companheirismo de sempre.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, deixo aqui meu profundo agradecimento. Suas amizades têm sido uma fonte inesgotável de apoio, motivação e alegria, tornando essa trajetória mais leve e significativa. Não poderia deixar de externar aqui alguns nomes, que contribuíram de forma mais direta para que esse objetivo fosse concluído. Professora Tatiane Nunes Loiola Vieira, pelo incentivo constante, trocas de experiências acadêmicas e orientações. Professora Wane Brandão, que me incentivou a pesquisar este tema. Professor Weber Viera pelo incentivo e orientações. Professora Isabel Cristina, coordenadora do Colégio Estadual do Campo de Botuporã, onde leciono, gratidão pelo incentivo e orientações. Professora Aleni Bonfim, diretora do Colégio Estadual do Campo de Botuporã, meu agradecimento pelo incentivo e compressão de sempre. Professor Alessandro que me ajudou no *abstract* deste texto. Michael Batista, por tirar as fotos aéreas do cemitério e a Márcio pela elaboração do mapa do Cemitério Municipal de Botuporã.

Esta dissertação é o resultado de um esforço coletivo, e cada contribuição deixou sua marca indelével neste trabalho. A todos, minha mais profunda gratidão.

Que esta dissertação possa, de alguma forma, contribuir para o avanço do conhecimento em nossa área e inspirar novas pesquisas e descobertas.

Muito obrigado!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Localização do município de Botuporã (em vermelho)	14
Figura 2 — Vista aérea do Cemitério Municipal de Botuporã.....	63
Figura 3 — Vista aérea da cidade de Botuporã e localização do cemitério no espaço da cidade.....	64
Figura 4 — Capela do Cemitério Municipal de Botuporã construída em 1992	65
Figura 5 — Placa de inauguração da construção da capela e ampliação do cemitério	66
Figura 6 — Comparação entre os túmulos na parte antiga e na parte nova do cemitério	67
Figura 7 — Evolução do material usado nas construções tumulares no Cemitério Municipal de Botuporã.....	69
Figura 8 — Nova forma arquitetônica dos túmulos no Cemitério Municipal de Botuporã	69
Figura 9 — “Túmulo Bizantino” do Cemitério Municipal de Botuporã.....	70
Figura 10 — “Túmulo Bizantino” do cemitério de Santa Isabel da cidade de Mucugê	71
Figura 11 — “Segundo túmulo bizantino” no Cemitério Municipal de Botuporã	71
Figura 12 — Túmulo no formato de uma pequena capela no Cemitério Municipal de Botuporã.....	72
Figura 13 — Túmulo da família Castro. Maior túmulo do Cemitério Municipal de Botuporã.....	73
Figura 14 — Túmulos com elementos da arte egípcia no Cemitério Municipal de Botuporã.....	74
Figura 15 — Frase escrita na parte frontal do cemitério	76
Figura 16 — A desigualdade social evidenciada pelos materiais utilizados na construção dos túmulos	79
Figura 17 — Cemitério de Araçoiaba em Pernambuco	80
Figura 18 — Amontoado de cruzeiros no interior do cemitério	82
Figura 19 — Túmulo de Hedílio Brandão Marques	85
Figura 20 — Brasão oficial de Botuporã.....	91
Figura 21 — Cruzeiros do Cemitério Municipal de Botuporã	92
Figura 22 — Túmulo em forma de cruz no Cemitério Municipal de Botuporã	94

Figura 23 — Imagens de Nossa Senhora Aparecida nos túmulos do CMB	94
Figura 24 — Imagens do Sagrado Coração de Jesus e do Imaculado Coração de Maria presentes em túmulo do CMB	95
Figura 25 — Imagens da última ceia nos túmulos do CMB.....	95
Figura 26 — “Túmulo dos anjos” no CMB	96
Figura 27 — Flores nos túmulos do CMB	98
Figura 28 — Túmulos e sepulturas infantis no CMB	100
Figura 29 — Túmulo na forma de casa de boneca no CMB	102
Figura 30 — Túmulo infantil no Cemitério Municipal de Pérola – PR.....	103
Figura 31 — Anjos em túmulos infantis no CMB	105
Figura 32 — Rosas em túmulos infantis no CMB	106

RESUMO

A escola do século XXI precisa adaptar-se aos novos tempos – a era da tecnologia, com alunos hiperconectados, capazes de, em um clique, ‘conferir’ o conteúdo da exposição feita pelo professor. O livro didático, que continua sendo um organizador importante de conteúdo, não consegue dar conta da dinamicidade que os novos tempos exigem. É necessário ampliar as possibilidades do ensino-aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular, documento norteador de todo processo escolar, apresenta possibilidades de melhoria. Todavia, para muitas realidades a construção de uma história com significado ainda está por ser escrita. Nesse sentido, essa dissertação pretende apontar alguns caminhos para a construção de uma história local do município de Botuporã, na Bahia, para tanto, destaca o cemitério, enquanto documento histórico, fonte de pesquisa e ferramenta de ensino-aprendizagem. Busca-se entender a construção dos espaços, suas divisões sociais, aspectos socioculturais, religiosos, tal como a questionável máxima de que a morte iguala a todos. Do ponto de vista estrutural, seguimos dois passos: a construção de um texto dissertativo e a elaboração de um guia didático. O próprio espaço cemiterial conduziu-nos às etapas de elaboração de subtemas ou questões de pesquisa em função de inúmeras visitas, da observação da divisão dos espaços e da composição dos variados elementos que se somam na organização do cemitério. Fomos construindo um acervo fotográfico e absorvendo o próprio desenho do cemitério e suas particularidades. Seguiu-se, então, todo um levantamento de material bibliográfico de referência para aprofundamento do conhecimento sobre o estudo do cemitério. Dessa maneira, os dados levantados foram analisados e interpretados pela teoria que sustenta essa pesquisa e da leitura da vasta bibliografia sobre a temática. Assim, identificamos a possibilidade de construir uma história local diante dos estudos cemiteriais, bem como utilizar o cemitério como ferramenta de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, elaboramos um guia didático, nosso produto educacional, apresentando possibilidades de exploração do cemitério como ferramenta de ensino por meio de uma seleção de temas e sequências didáticas.

Palavras-chave: cemitério; ensino de história; ensino; lugar de memória; memória.

ABSTRACT

The 21st century school needs to adapt to contemporary times – the technological era, with hyperconnected students, in just one click they can 'checking' the content presented by the teacher. The textbook is still an important content organizer, however, it cannot handle the dynamism that the new times demand. It is necessary to expand the possibilities of teaching-learning. The common core curriculum known as Base Nacional Comum Curricular is the guiding document of the entire school process, and presents possibilities for improvement, but, for many realities, the construction of a meaningful story has yet to be written. In that regard, this dissertation intends, to point out some ways for the construction of a local history of Botuporã City, in Bahia, to this end, he highlights the cemetery as a historical document, a research source, and a teaching-learning instrument. It seeks to understand the construction of spaces, their social divisions, sociocultural and religious aspects, and the questionable maxim that death makes everyone equal. From a structural perspective, two steps were followed: the construction of a dissertation text and the elaboration of a didactic guide. The cemetery space itself led us to the stages of elaboration of subthemes or research questions based on numerous visits, observation of the division of spaces and composition of the various elements that add up to the organization of the cemetery. We built a photographic collection and absorbed the design of the cemetery itself and its particularities. This was followed by a survey of reference bibliographic material to deepen knowledge about the study of the cemetery. Thus, the collected data were analyzed and interpreted from the theory that supports this research and from the reading of the vast bibliography on the subject. In conclusion, we found it possible to build a local history from cemetery studies, as well as using the cemetery as a teaching-learning instrument. That way, we prepared a didactic guide, our educational product, presenting possibilities for exploring the cemetery as a teaching instrument based on a selection of themes and didactic sequences.

Keywords: cemetery; history teaching; teaching; place of memory; memory.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 O ENSINO DE HISTÓRIA E A UTILIZAÇÃO DO CEMITÉRIO COMO FONTE HISTÓRICA E FERRAMENTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM	19
1.1 Breve percurso da História ensinada no Brasil.....	19
1.2 A importância da história local na formação identitária do sujeito (aluno)	36
1.3 O cemitério como ferramenta pedagógica.....	38
1.4 O cemitério como objeto de pesquisa	40
2 O CEMITÉRIO ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA NO ESPAÇO DA CIDADE .	52
2.1 O cemitério enquanto espaço da cidade	52
2.2 O cemitério como lugar de memória	53
3 LEITURA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE BOTUPORÃ: APONTAMENTOS PARA SEU USO PEDAGÓGICO	63
3.1 Panorama do Cemitério Municipal de Botuporã	63
3.2 “Aqui somos todos iguais”	75
3.3 Entre iguais e desiguais	84
3.4 A conservação da memória cristã por meio dos elementos presentes nos túmulos do CMB	89
3.5 O espaço da memória infantil.....	100
4 NOTAS SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICES	122

APRESENTAÇÃO

A pesquisa aqui apresentada é fruto de inquietações que me ocorrem após alguns anos de docência lecionando História no município de Botuporã — BA. Durante minha prática, pude perceber mais de perto os desafios em aproximar o ensino da História aos educandos, com o propósito de fugir do quase exclusivismo do uso do livro didático. Desse modo, para refletir sobre estudos que têm apontado a necessidade de buscar novos caminhos e renovar o ensino de História, passei a me questionar como poderia construir aulas mais dinâmicas, empolgantes e próximas da vivência cotidiana dos alunos.

Conforme os postulados de Barca e Oliveira (2018), o ensino da disciplina histórica, com o intuito de fomentar a aquisição do conhecimento histórico, apresenta-se hoje embasado em uma estrutura teórica autônoma. Tal estrutura se enraíza em campos de conhecimento como a Epistemologia da História e das Ciências Sociais, a Psicologia Cognitiva e a própria História, configurando-se como uma teoria que, quando aplicada ao âmbito educacional, orienta-se pelos princípios da cognição histórica. De acordo com a autora, desde a década de 1970 do século XX, a investigação no campo da cognição histórica tem experimentado um notável desenvolvimento em diversos países, especialmente nos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, além de Portugal e Espanha. Como premissa teórica, tais estudos fundamentam-se na essência do conhecimento histórico e, como pressuposto metodológico, empreendem a análise das ideias expressadas e relacionadas à História pelos sujeitos por meio de tarefas concretas (Barca; Oliveira, 2018).

Recentemente, a esfera de pesquisa voltada ao ensino da história, no Brasil, tem sido notavelmente influenciada pela literatura alemã, particularmente pelas traduções das obras de Jörn Rüsen. Segundo Rüsen (2001), o cerne da ciência histórica e da formação da consciência histórica reside nos interesses práticos da existência humana. Nesse contexto, trata-se do interesse inerente aos indivíduos, com vistas a uma vivência plena, em se orientarem no fluxo temporal e apreenderem o passado por meio do conhecimento no presente.

Nesse contexto, é essencial estabelecer um método de ensino da História que se baseie na prática da vida dos alunos, a fim de conferir-lhe relevância e despertar o interesse dos estudantes. De acordo com Rüsen (2007), a falta de interesse dos alunos pelas aulas de História ocorre quando o conhecimento histórico é percebido

pelos estudantes como um ramo estagnado do seu conjunto de conhecimentos. Surge, assim, como um amontoado de informações a serem memorizadas e repetidas apenas para agradar aos professores, tendo como único objetivo obter boas notas. Perde todo valor relativo na forma como as crianças e os jovens concebem o tempo, a vida e o mundo ao seu redor, visto que muitos dos conteúdos tratados nas aulas possuem essa natureza desvinculada da realidade e têm poucas chances de desempenhar um papel relevante em situações práticas da vida futura (Rüsen, 2007).

Portanto, é preciso buscar uma aprendizagem histórica, de acordo com Saddi (2016), que atinja um “Estado de suspensão”. Para o autor, o Estado de Suspensão é estabelecido quando a força interpeladora de um conhecimento, ao alcançar de alguma maneira o cerne do indivíduo, provoca a suspensão das concepções de sentido previamente estabelecidas. É o “momento exato em que o conhecimento do passado não simplesmente produz sentido para o presente, mas suspende, ao mesmo tempo, as orientações de sentido anteriormente vigentes” (Saddi, 2016, p. 121).

Sendo assim, o Estado de Suspensão, provado pela História,

[...] implica uma ampliação metafísica de significação do mundo. Enquanto uma pessoa vê, em um copo de vidro, a satisfação de sua sede, um ser humano de olhos literários depara com a fragilidade de toda a existência. Assim também se torna o ser humano que tem o seu âmago tocado pela História. Pequenos gestos e atitudes que, de tão rotineiras, não eram sequer notadas, ganham em significação (Saddi, 2016, p. 125).

Assim, para Saddi (2016), o Estado de Suspensão implica em uma revolução na consciência histórica. Buscar alcançá-lo, identificar os meios pelos quais ele pode ser gerado e criar as condições para que os alunos sejam interpelados por essa força do conhecimento histórico, que os deixe maravilhados, perplexos e atônitos, deve se tornar uma das principais preocupações dos professores de História. É evidente que esse estado demanda um ambiente propício, onde os alunos sejam estimulados a questionar, refletir e se envolver ativamente com o conhecimento histórico (Saddi, 2016).

Desse modo, de acordo com Barca e Oliveira (2018), o processo de aprendizagem ocorre em contextos concretos, sendo essencial que os conceitos tenham significado para aqueles que os estão aprendendo. Nesse sentido, as experiências prévias dos indivíduos, a natureza específica do conhecimento, o tipo de tarefa a ser realizada e as habilidades individuais desempenham um papel

fundamental na progressão do conhecimento histórico. Torna-se imperativo, portanto, buscar aulas de caráter mais diversificado, em que os discentes não se restrinjam à mera audição passiva da narrativa do docente e à tomada de notas, mas participem ativamente na resolução de problemas, mediante a execução de tarefas variadas, que podem assumir tanto a forma escrita quanto a oral, ou outras possibilidades igualmente pertinentes.

Nessa busca, chegamos a um ponto de partida, ou de chegada — o cemitério de Botuporã, Bahia, cidade onde leciono. O ponto de chegada, ponto final, para onde vão os botuporãenses, mas também meu ponto de partida, espaço em que procuro a história, especialmente a história daquelas pessoas da própria cidade, na certeza de que os mortos falam muito sobre os vivos.

Botuporã é um município brasileiro do estado da Bahia, situado na região sudoeste, na microrregião da Bacia do Paramirim. Sua população, de acordo o censo demográfico de 2022, é de 11.024 habitantes. Faz divisa com os municípios de Tanque Novo, Macaúbas, Caturama e Paramirim e possui uma área de 627.612 km², estando a 751 quilômetros da capital Salvador.¹

Figura 1 — Localização do município de Botuporã (em vermelho)



Fonte: (Wikipédia [...], 2023, *on-line*).

¹ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/botupora/panorama> . Acesso em 20 de julho de 2023.

É importante salientar que o contexto territorial e histórico em que esses alunos estão inseridos é marcado pela cultura do distanciamento da memória e dos patrimônios locais, campos ainda pouco explorados, especialmente em um município cuja emancipação política é recente, datada em 1962. Além disso, não há políticas voltadas para preservação da memória histórica presentes nas fontes documentais e patrimoniais. Nesse sentido, é comum notar um sentimento experimentado pelos alunos de que não existem patrimônios históricos que os identifiquem com o lugar.

Ao contrário da interpretação popular de que os lugares de memória foram desmontados nas duas últimas décadas, influenciados pelas políticas de modernização, observa-se que os lugares de memória continuam presentes na dinâmica social botuporãense e que podem ser explorados enquanto ferramentas pedagógicas no ensino de História.

Indubitavelmente, uma das atividades mais antigas da humanidade são os rituais para com os mortos. A morte sempre acompanhou o homem, assim, os ritos em torno dela se deram ou se dão das mais diversas maneiras. O homem sempre se preocupou em conservar a memória do morto, mesmo nos primórdios da sua existência, já havia locais específicos para deixar os restos mortais daqueles que partiam.

Conforme Chiavenato (1998) *apud* Barboza (2013, p. 130),

Desde que o homem começou a se ocupar do cadáver, estão registrados basicamente quatro processos funerários: Pedra tumular (era jogada uma pedra grande o suficiente para esmagar o defunto contra o solo); Enterro (o morto era colocado dentro de uma cova e coberto com terra ou com pedras); Dessecamento (o morto era deixado sobre uma palafita, exposto ao ar, que secava o cadáver, e aos abutres que comiam sua carne); Cremação (o corpo era transformado em cinzas).

Esses rituais ao longo da história sempre foram acompanhados por aparatos simbólicos voltados às ideias e aos valores de cada época e sociedade. Logo, esses elementos simbólicos, de forma geral, articulam-se ao medo, aos cuidados sanitários, ao estranhamento do homem com a morte e às crenças religiosas. Eles operam dentro de um campo semântico de acordo com a cultura, os grupos sociais e os diferentes momentos históricos de uma sociedade. Ainda, é preciso levar em conta os diferentes significados que são dados às diferentes formas de morrer (Rodrigues, 2006).

A forma mais praticada de preservação da memória do morto, na cultura ocidental, é o sepultamento. Em heranças de antigas civilizações, como a grega, a sepultura e sua conservação serviam para eternizar seus mortos e perpetuar sua

memória (Ariès, 2003a). Ao longo da história ocidental, a prática dos sepultamentos deu-se das mais variadas formas, de acordo o tempo e o espaço. Em dados momentos, os locais reservados aos mortos eram afastados das cidades; noutros, vivos e mortos compartilhavam espaços como cemitérios e igrejas. No Brasil colonial, os membros da alta sociedade sepultavam seus mortos, tradicionalmente, nas igrejas de forma modesta, diante do entendimento da morte numa perspectiva de humildade e simplicidade (Bellomo, 2000).

Além dos sepultamentos nas igrejas, Hipólito (2015) alerta sobre outras formas de sepultamento ocorridas, no Brasil, até a primeira década do século XIX. Isso ocorria sem nenhuma preocupação com a higiene, em que os cadáveres eram enterrados “trajando apenas um manto cobrindo o corpo – muitas vezes nem isso” (Hipólito, 2015, p. 52). Além do mais, nas principais cidades brasileiras havia os cemitérios de pretos, onde os escravos eram enterrados em covas rasas que, depois de algum tempo, os cadáveres ficavam expostos ao ar livre, submetendo as pessoas aos odores exalados pelos mortos (Hipólito, 2015).

No século XIX, assim como na Europa, as discussões higienistas atreladas à modernização das cidades atingiram o Brasil. A preocupação em construir cemitérios distantes dos centros urbanos tornou-se pauta importante, bem como a secularização desses sepulcrários. Conforme Reis (1991, p. 247), “Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo, que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extramuros”.

Aos poucos, os cemitérios no Brasil foram se afastando dos centros e das igrejas, marcando a separação de uma cidade dos vivos e dos mortos. No entanto, uma cidade dos mortos, constituída pelos desejos dos vivos em preservar a memória dos entes queridos que já se foram. Por meio de uma vigilância constante aos túmulos, constrói-se ali um lugar de memória imbricada às diversas simbologias sociais.

Certamente, estudar o cemitério e, por conseqüente, os ritos e as percepções do ser sobre a morte é pertinente e, ao mesmo tempo, desafiador. Pertinente, porque faz parte do nosso cotidiano, como destaca Rodrigues (2006, p. 17), ao afirmar que, “no conjunto das transformações que a humanidade tem sofrido no correr de sua história, duas ao menos permanecem constantes, opostas, constituintes e complementares: os homens nascem, os homens morrem”. Por outro lado, desafiador, visto que a morte é tratada como um tabu na sociedade ocidental. Desde crianças,

somos direcionados a termos medo da morte, vivemos em uma sociedade despreparada para o luto, mesmo reconhecendo a finitude como algo certo.

Como aponta Rodrigues (2006), esse silêncio sobre a morte é uma construção histórica relacionada às questões do poder. Com a industrialização, a partir do século XVIII, alguns mitos foram forjados, dentre eles, a ideia de produzir vida graças à capacidade técnica promovida pelo progresso da ciência. Entretanto, ao mesmo tempo que o desenvolvimento científico causava euforia, a morte o desafiava. A ciência é prática e concreta; enquanto a morte a desafia, pois, não se sabe o que vem após a vida. O medo do desconhecido cria o tabu que, por conseguinte, cria um discurso de poder de obrigar a viver. O medo da morte torna-se um trunfo para o poder se exercer e dominar. Sendo assim, por meio do poder, a comunicação sobre a morte constrói a ideia do silenciamento e distanciamento do ato de morrer, reforçando o pânico de deixar de existir. Conforme Rodrigues (2006, p. 282), “Ao negar e banir a morte, o poder age coerentemente: sabe que a liberdade do homem exige a existência da morte e que é essa existência – não temida – que impele a ousar e a não esperar”.

Assim sendo, explorar o cemitério enquanto ferramenta de ensino possibilita um estudo amplo da organização social da sociedade botuporãense. O cemitério abre-se como um museu ou um arquivo, uma verdadeira fonte da história e, também, como uma ferramenta de ensino, capaz de proporcionar o conhecimento da história local.

O objetivo dessa pesquisa é explorar o espaço do cemitério de Botuporã — Bahia, desde a sua criação, em 1923, até o ano de 2021. *A priori*, interessa apontar alguns caminhos de como utilizar o cemitério como fonte histórica, de ensino e de pesquisa, abrindo a possibilidade para o exame e o conhecimento da história da cidade. Nesse sentido, pretende-se entender a construção dos espaços, as divisões entre os mais humildes e os mais abastados, os aspectos socioculturais e religiosos, por vezes, visíveis nas formas arquitetônicas e nos elementos que constituem os túmulos.

A metodologia adotada para este estudo parte do entendimento de que toda investigação de cunho social deve se atentar à historicidade humana. As sociedades humanas vivem num determinado espaço e tempo, cuja configuração social e cultural é imbuída de particularidades. Portanto, é preciso respeitar as especificidades culturais presentes no ser em si e perceber os traços dos acontecimentos “expressos em seus bens materiais e simbólicos” (Minayo, 2007, p. 39).

Valendo-se da influência da escola dos *Annales*, a qual propôs novos objetos e novas fontes para a construção histórica, bem como novas ferramentas conceituais, como o de memória, os elementos constituintes dos túmulos serão os princípios documentais analisados na pesquisa. Para Bloch (2001, p. 79), “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”. O autor ainda nos alerta, no que diz respeito ao trato com as fontes, que devemos nos atentar não ao que elas dizem expressamente, mas nos apegar ao que elas deixam a entender em suas lacunas (Bloch, 2001).

Para os fins dessa pesquisa, o túmulo é entendido como um monumento. De acordo com Le Goff (2013), monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, é um legado à memória coletiva, ligado ao poder de perpetuação das sociedades históricas, podendo ser voluntária ou não. Logo, todo monumento é um documento. Diante disso, o autor nos alerta que ao analisar o documento/monumento, o historiador deve promover uma crítica à intencionalidade consciente e/ou inconsciente desse elemento analisado, às condições de sua produção histórica e às relações de poder ali estabelecidas.

Diante da análise documental e de reflexões acerca de conceitos importantes sobre o tema — memória, lugar de memória, História, ensino, ensino de História, morte e espaço —, a dissertação foi estruturada em três capítulos para melhor sistematizar os resultados da pesquisa.

O primeiro capítulo apresenta uma reflexão acerca dos percursos da História enquanto disciplina escolar no Brasil, atentando-se para a importância da história local na formação identitária do aluno e do uso do cemitério como ferramenta de ensino. Em seguida, é elaborado um panorama do cemitério e da morte como objeto de estudo. O capítulo dois trata de uma questão teórica ímpar para este estudo: o cemitério como espaço constitutivo da cidade; e o cemitério como um lugar de memória. Já o terceiro capítulo traz uma leitura do Cemitério Municipal de Botuporã, para tanto, analisa como a memória do morto se perpetua nesse espaço, além de apontar caminhos para o seu uso pedagógico. Por fim, são apresentadas notas sobre o produto educacional decorrente deste estudo, assim como as considerações finais.

1 O ENSINO DE HISTÓRIA E A UTILIZAÇÃO DO CEMITÉRIO COMO FONTE HISTÓRICA E FERRAMENTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

1.1 Breve percurso da História ensinada no Brasil

Neste tópico, nosso objetivo foi fornecer um panorama breve do percurso do ensino de História no Brasil, para isso, é destacado o processo de renovação dele ao longo do tempo. É importante lembrar que a História não é linear e homogênea, mas uma área que possui particularidades distintas e processos diferenciados, dependendo do contexto temporal e espacial. No caso do ensino de História no Brasil, esta afirmação se aplica de maneira ainda mais evidente. Dado que se trata de um país com dimensões continentais, o percurso do ensino de História e as discussões e enfrentamentos apresentaram particularidades em diferentes estados (ou províncias, durante o período imperial). Embora reconheçamos a importância dessas particularidades, não pretendemos nos aprofundar nelas neste texto, já que seria necessário um trabalho mais específico, de fôlego, para compreender toda a complexidade dessas diferenças.

A História, enquanto disciplina escolar, percorreu por vários caminhos. Num tempo não muito distante, ensinava-se uma história dos “grandes homens” que buscava legitimar as origens de uma elite branca europeizada. Aos poucos, percebe-se que o estudo do passado tem buscado se renovar, com intuito de trazer uma História plural, valorizando a multiplicidade de sujeitos, de modo que seja dada visibilidade ao seu protagonismo na construção da nação e, por que não, da História mundial.

No Brasil, a historiografia considera a História enquanto disciplina escolar a partir do século XIX, quando esse componente foi incorporado ao currículo de humanidades. Contudo, Bittencourt (2018) registra que é possível perceber conteúdos históricos nas escolas jesuítas durante o período em que o Brasil fora colônia. Nesse período, os jesuítas utilizavam de textos históricos bíblicos na tarefa do processo de aprendizagem de ler e escrever. Assim, eles estavam consolidando o projeto colonial, bem como, contribuindo para legitimação da História europeia cristã.

Apesar dessa constatação, a historiografia tradicional, referente à história do ensino de História no Brasil, considera que a legitimação da disciplina escolar ocorreu em 1838, quando o regulamento do Colégio D. Pedro II determinou a sua inclusão no

currículo, posteriormente adotada nos liceus e escolas privadas das províncias. Estabelecer uma data cronológica exata para marcar o início do ensino de História no Brasil pode ser uma análise equivocada, pois isso desvalorizaria a importância desse ensino em outros níveis educacionais, como as escolas elementares e normais em todo o país. Dessa forma, é mais pertinente examinar o percurso do ensino histórico no que se refere às suas ações pedagógicas e sua função curricular ao longo do tempo.

Ademais, novas pesquisas historiográficas vêm demonstrando que a implementação do ensino histórico em escolas secundárias no Brasil se deu antes mesmo da criação do colégio D. Pedro II. Na Bahia, por exemplo, após a promulgação do Ato Adicional de 1834, que conferiu às Assembleias Legislativas Provinciais a responsabilidade pelo ensino elementar e secundário em cada província, de acordo Nunes (2008), A Assembleia baiana estabeleceu aulas de nível secundário de Geografia e História e de Desenho em 1835. No ano seguinte, em 1836, a Lei nº 33, de 9 de março, criou o Liceu Provincial baiano, já com um professor de Geografia e História em seu corpo docente,

A determinação da história no currículo educacional fazia parte do projeto de construção e consolidação do Estado Nacional, e, concomitantemente, de definição de uma identidade nacional. Embora houvesse essa pretensão de unidade nacional, Nadai (1993) alerta que o ensino da disciplina tomava como referência as concepções europeias da História, fundamentalmente a História francesa. Assim, a História ocidental ocupava grande parte do currículo com a apresentação da verdadeira História da civilização, enquanto a História nacional assumia um papel secundário, já que não havia uma estrutura própria, pois se resumia a biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas. Logo, como afirma Fonseca (2009, p. 17), a História no Brasil passa a ser ensinada a “partir de um centro – a história da Europa”, ou seja, um currículo “europocêntrico”. No entanto, mesmo exercendo um papel secundário no currículo, é notório o projeto de consolidação de uma identidade nacional, em que “procuravam expressar as ideias de nação e de cidadão embasadas na identidade comum de seus variados grupos étnicos e classes sociais constitutivos da nacionalidade brasileira” (Nadai, 1993, p. 149).

Vale ressaltar que em 1840, com estímulo do imperador D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) escreveu a “História oficial do Brasil”, atentando-se ao patriotismo e à consolidação do Estado Nacional. Cabe também

lembrar que as instituições estatais, assim como a estruturação da política educacional brasileira desse período, encontravam-se nas mãos da elite branca aristocrática. Essa colocou em prática a efetivação de um projeto elitista europeizado, o qual difundia a ideia do Brasil como o país do futuro. Partia-se da noção de progresso, em que a aproximação com os valores ocidentais era imprescindível para alcançar a tão almejada civilização.

Membros do IHGB e, também, professores de História do colégio D. Pedro II — principal escola secundária brasileira do período, localizada no Rio de Janeiro — colocaram em prática um projeto de ensino com base positivista e moralista, cujo princípio eram a memorização e a repetição de textos. Tal procedimento de ensino, esvaziado de qualquer conteúdo crítico, efetivava o projeto de poder da elite branca brasileira, deixando a maioria dos seus cidadãos no obscurantismo de métodos que os possibilitariam a análise e o entendimento de sua realidade (Manuel, 2012).

O ensino ministrado em outras províncias do país seguia, de modo geral, o modelo educacional adotado pelo Colégio Pedro II. Segundo Silva (2022), o ensino de história, implementado no Liceu Provincial da Bahia, visava, primordialmente, a fomentar uma educação moral e cívica, com o propósito de consolidar valores patrióticos e promover uma visão de história nacional ancorada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e no Instituto Histórico da Bahia (IHB).

De acordo Manuel (2012), junto à Proclamação da República, em 1889, veio a esperança de organizar um sistema de ensino público com o acesso para todos os cidadãos, porém, o ensino continuou restrito às camadas mais abastadas da sociedade. Somente após a revolução política de 1930, os governantes passaram a ver a expansão do ensino básico como uma necessidade, decorrente da industrialização do país.

Manuel (2012) aponta que nos primeiros anos da República, até a década de 1930, e pouco depois, continuou a ser cultivado um ensino voltado para construção de uma nação, em que o ensino de História desempenhava importante papel. Entretanto, a tarefa agora era de construir uma nação moderna, industrializada e dotada de espírito cívico. Desse modo, a escola passou a exercer um papel mais amplo: eliminar o analfabetismo, com vistas à modernização do país, além disso, divulgar a moral e a ideologia nacionalista. Nesse contexto, o ensino de História passa a ter o papel civilizatório e patriótico, com a missão de modelar o cidadão aos padrões de mercado que a indústria exigia e imbuído dos valores da pátria.

Convém salientar que a busca pela modernização do sistema de ensino não constituiu uma novidade no âmbito da República. Há pesquisas que apontam que essa modernização já era objeto de reflexão nas últimas décadas do período imperial. Em um artigo publicado em 2022, intitulado *A História ensinada na Bahia na Primeira República*, Antonieta Miguel e Solyane Silveira Lima demonstram que a modernização da educação já era objeto de cogitação antes mesmo da Proclamação da República. As autoras examinaram o parecer e o Projeto da Comissão de Instrução Pública, de 1883, cujo relator foi Ruy Barbosa, e concluíram que, no que tange ao ensino da história, havia críticas à memorização de nomes e fatos, além da defesa de um ensino mais útil para as crianças, que ultrapassasse os limites da mera memorização. Além das normas curriculares, as autoras também analisaram alguns relatórios de professores em provas de concurso para o magistério primário da Bahia no final do império, constatando críticas ao ensino histórico baseado exclusivamente na memorização (Miguel; Lima, 2022).

Após a década de 1930, sob a influência do movimento da Escola Nova, ocorrem algumas reformas educacionais: a reforma de Francisco Campos, em 1931, e a reforma Gustavo Capanema, em 1942. A reforma de Francisco Campos consolidou a História enquanto disciplina escolar. Ela fora construída em meio a um contexto de mudanças políticas, nas quais os novos governantes prometiam uma “modernização do país, mediante a reformulação do seu modelo econômico e jurídico-político” (Abud, 1993, p. 165). Nesse sentido, a reforma de Francisco Campos pode ser vista como fator “de coesão nacional [e a] História era tida como disciplina que, por excelência, formava os estudantes para o exercício da cidadania”. A reforma de Campos apresentava como grande novidade as instruções metodológicas, que afirmam a História como disciplina escolar obrigatória, mas também enfatizam uma renovação de métodos, direcionando um caminho para construção de um ensino formador de um cidadão mais crítico, como pregava o movimento da Escola Nova.

A reforma de Capanema, em 1942, assentou-se na proposta de uma maior autonomia didática do professor e manteve ainda a ênfase em conteúdos específicos de História como obrigatórios ao currículo. Tal reforma não conseguiu ir muito além das propostas de ensino já existentes. Manuel (2012, p. 16) registra que os

[...] três maiores objetivos de suas reformas, no que se refere ao ensino da História foram: 1) Desenvolver no aluno a capacidade de compreender os grandes acontecimentos; 2) Desenvolver no aluno as condições para

descrever as instituições sociais; 3) Fortalecer no aluno o sentimento de civismo.

Tanto a reforma de Campos quanto a de Capanema não conseguiram ir muito além do que já vinha sendo delineado para o ensino secundário e para o ensino de História. Apesar de todo o debate em torno do tema nas primeiras décadas do século XX, influenciado principalmente pelo movimento da Escola Nova, ao qual indicava para uma maior criticidade em face à História. Nemi e Martins (1996) afirmam que os métodos de memorização de datas e nomes de “heróis” continuaram recorrentes nas aulas de História.

Percebe-se, portanto, que a partir da República, o Estado brasileiro passou a se preocupar mais em ampliar o acesso ao ensino e a formar um cidadão que reconhecesse a pátria nacional e se reconhecesse como membro dela. O ensino de História foi ganhando cada vez mais destaque nesse projeto patriótico. O tema era recorrente em debates educacionais, sempre destacando seu papel de formador do cidadão cívico, mas já delineando um ensino imbuído de uma reflexão e criticidade. Não à toa, as leis educacionais passaram a carregar um grande teor de reflexões filosóficas nesse sentido. Porém, apesar de todas essas reflexões legais, as reformas e os debates educacionais não transformaram o ensino na prática nem conseguiram conciliar e acompanhar as transformações econômicas pelas quais o país passava na primeira metade do século XX.

Vale salientar que, desde a Era Vargas, o país já sinalizava a preocupação em estruturar o ensino secundário. O objetivo era formar mão de obra qualificada e atender aos anseios do mercado e das transformações tecnológicas e industriais pelas quais passavam o país. Contudo, como afirma Manuel (2012), foi apenas nas décadas de 1960 e 1970 que essas preocupações passaram a figurar com mais força nos projetos educacionais. A partir de então, foi centro de debates a serventia do ensino de História e demais áreas das humanidades em um projeto educacional voltado para formação de mão de obra técnica para o mercado de trabalho. A resposta do Estado não demorou a chegar, cada vez mais o espaço do ensino da História e da Geografia foram reduzidos e a ideia de substituí-los pelos Estudos Sociais ganhava mais força. Tendo cada vez mais seus espaços tomados nos currículos pelas chamadas disciplinas “úteis”, a História e a Geografia perderam suas autonomias enquanto disciplinas escolares, no ano de 1971, quando o então governo militar do general Emilio Garrastazu Médici, por meio da lei n. 5.692, tornou o ensino de Estudos

Sociais obrigatório, fundindo os conteúdos de História e Geografia na mesma disciplina.

A ideia central dos Estudos Sociais era bastante atraente. De acordo com Urban (2011, p. 10) *apud* Schmidt (2012, p. 86),

Acreditava-se que a adoção de Estudos Sociais deveria desenvolver nos alunos noções de espaço e tempo a partir dos estudos da escola, do bairro, da casa, da rua, para ir se ampliando, chegando ao estudo da cidade, do estado e assim por diante.

Desse modo, por meio de um conhecimento adquirido por partes, o aluno iria aprender com maior profundidade seu contexto social. Para tanto, o enovelar da História, da Geografia e da sociologia se fazia necessário.

De fato, teoricamente era uma proposta atraente. No entanto, na prática, era ensinado um conteúdo sem nenhuma reflexão crítica do meio social em que os estudantes estavam inseridos. As aulas se encarregavam de reforçar por intermédio do método da memorização as

[...] noções como: pátria, nação, igualdade, liberdade, bem como a valorização dos heróis nacionais dentro de uma ótica que tentava legitimar, pelo controle do ensino, a política do Estado e da classe dominante, anulando a liberdade de formação e de pensamento (Urban, 2011, p. 10 *apud* Schmidt, 2012, p. 86).

Tendo em vista que apenas a memorização não garante a aprendizagem e o exercício da cidadania, entende-se que a implementação da disciplina Estudos Sociais prejudicou o ensino de História, especialmente no que tange à necessidade de proporcionar ao aluno uma reflexão mais ampla de seu meio, o que daria a ele maiores condições de compreensão de sua realidade e aquisição de argumentos que legitimassem suas lutas diárias.

Vale notar que a retirada da autonomia do ensino da História e sua substituição pelos Estudos Sociais não foram aceitas pelos professores/historiadores. Segundo Schmidt (2012), o que se viu foi uma forte resistência à imposição dos Estudos Sociais e uma fervorosa luta pelo retorno do ensino de História nas escolas brasileiras. Com o fim do regime militar, em 1985, a luta pela volta da autonomia do ensino de História nas escolas ganhou forças. Segundo Azevedo (2010, p. 3),

[...] a luta dos professores ocorreu pela revalorização da disciplina através, em grande medida, da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Esta, junto com os docentes de 1º e 2º grau (como eram chamados na época o Ensino Fundamental e Médio, respectivamente),

contestava a hegemonia do Estado na definição de conteúdos e métodos dessa disciplina.

A partir desse período, evidenciou-se, de acordo Schmidt (2012), um amplo debate acerca dos métodos, de quais conteúdos e qual seria o papel do ensino da História nas escolas. Com uma ampla refutação ao ensino positivista, o debate se ocupava dos ideais marxistas e com uma maior profundidade nas ideias da “Nova História”, sob a influência dos *Annales*. Tal concepção refutava a concepção de uma História factual ou que se reduzisse a uma análise econômica da sociedade, como pregava os marxistas tradicionais. A “Nova História” ampliou o conceito de documento histórico — antes reduzido a documento oficiais do Estado — e trouxe também para o debate histórico temas que valorizavam o cotidiano, a cultura, a diversidade dos sujeitos e suas tradições. Essas novas ideias, não só influenciaram as produções historiográficas, como também impactaram a forma de pensar a História enquanto disciplina escolar que clamava por uma renovação.

É importante enfatizar a nova proposta curricular da Secretaria de Educação do município de São Paulo, sob a direção de Paulo Freire, no ano de 1990. De acordo com Azevedo (2010, p. 4), tal documento “propôs como via de trabalho a interdisciplinaridade. A História, junto com as outras disciplinas e a partir de problemáticas da comunidade escolar, fundamentava-se no trabalho com temas geradores”. Para Bittencourt (2008, p. 47) *apud* Azevedo (2010, p. 4),

[...] as propostas que se seguiram buscavam solucionar o problema de conteúdos construídos sob o enfoque europeu. A partir delas, tem sido possível repensar uma história escolar calcada em problemas atuais e enfatizar as relações da micro e macro história, assim como os conceitos fundamentais que devem garantir a organização curricular.

Percebe-se aqui uma renovação do ensino da História, dado o intuito de suprir as necessidades de um novo público escolar caracterizado pela heterogeneidade e por sua relação com os novos veículos midiáticos, que criavam novos paradigmas e obstáculos no processo de aprendizagem. Soma-se a isso, um contexto histórico carregado de debates acerca da redemocratização do país, o qual defendia um ensino voltado para construção da cidadania (Azevedo, 2010).

Diante do contexto de um novo projeto educacional, que visava a adequar a educação brasileira ao mundo globalizado e ao fortalecimento e consolidação da democracia, no ano de 1996, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Em seguida, foram implementados os Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCNs), em decorrência disso, a História e a Geografia voltaram a ser disciplinas autônomas no currículo escolar. Após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino de História passou a ser alvo de diversas pesquisas acadêmicas. Seus resultados contribuíram significativamente para elaboração dos parâmetros curriculares de História que propunham solucionar os antigos problemas da História enquanto disciplina escolar, promovendo, assim, sua renovação. Para Azevedo (2010), podem ser consideradas possibilidades voltadas à renovação da história ensinada:

A preocupação com a historicidade dos conceitos, levando o aluno a perceber mudanças e permanências, diferenças e semelhanças nas ações humanas ao longo do tempo e em diferentes espaços; noção de múltiplas temporalidades; ruptura com a ordenação temporal dos conteúdos, distanciando-se da concepção positivista de linearidade histórica; consenso sobre a impossibilidade de se estudar toda a história da humanidade partindo-se do pressuposto de que seu aprendizado pode ocorrer a partir do estudo de qualquer período histórico; ensino ancorado na seleção de temas com base em preocupações do presente, que denunciando a História como ciência que apresenta respostas às inquietações do tempo presente, direcionando-se, para tanto, a outros tempos; ensino que enfatize as relações passado-presente; compreensão da memória histórica como instrumento de luta e transformação social. Além desses aspectos, é importante registrar a busca pela aproximação da história com outras disciplinas das ciências humanas e a promoção de práticas interdisciplinares e transversais; explicitação dos procedimentos básicos da pesquisa em História, aproximando os alunos de fontes e métodos de pesquisa, bem como o trabalho com diversas linguagens de ensino; substituição da memorização pela reflexão histórica e um ensino por descoberta, em que tenha também espaço a valorização da história local, memória oral, entre outras possibilidades (Azevedo, 2010, p. 06).

Com as novas diretrizes e parâmetros curriculares, o ensino de História nas escolas passa a ter o objetivo de formar o aluno para o exercício da cidadania. Para tanto, passa a ser função do ensino da História possibilitar o entendimento de temas atuais à realidade do aluno para que ele tenha bases conceituais sólidas, a fim de compreender a realidade que o cerca. Assim, saberes da nossa memória, do cotidiano e da nossa ampla diversidade cultural passam a fazer parte do currículo da História ensinada na sala de aula. Novas metodologias, enfatizando o estudo da história local, o estudo por eixos temáticos, a transversalidade e a utilização de diferentes linguagens e fontes, deixam claro a renovação metodológica provocada por essas novas diretrizes.

Em dezembro 2017, é aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referindo-se à Educação Infantil e à etapa do Ensino Fundamental, sendo a base referente ao Ensino Médio aprovada no ano seguinte, em dezembro de 2018. A partir

de então, respeitando o prazo de dois anos após sua homologação, o documento passou a ser adotado em todo território nacional, tornando-se o mais atual documento que regulamenta as novas diretrizes de ensino para rede educacional brasileira (Brasil, 2018). Na Base, ficam claras as aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver. Vale ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais, embora não obrigatórios, continuam a orientar os educadores nos aspectos fundamentais no que concerne a cada disciplina escolar, porém, com vinculação total à BNCC, documento direcionador máximo e obrigatório da educação no Brasil atual.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirma o duplo papel da educação, já exposto na Constituição Federal de 1988 (Art. 205) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), o de preparar o aluno para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho. No atual documento, as suas dez competências gerais deixam claro que o aluno deve desenvolver competências e habilidades para explicar o mundo em que vive, colaborar para uma sociedade justa e democrática, respeitar as diversidades e ampliar a capacidade criativa para resolver problemas sociais e tecnológicos (Brasil, 2018).

Ao analisar os textos introdutórios da BNCC e o texto de apresentação do componente curricular de História, percebe-se que o documento promete um processo de ensino-aprendizagem, assim dá ênfase a um conhecimento significativo para o aluno, que deve nutrir uma estreita ligação com a sua vida social, com isso, fomentar um ensino em que o estudante aprenda e use seus conhecimentos em sua vida social prática. De forma geral, a nova Base orienta que, no ensino de História, o aluno seja estimulado à compreensão dos acontecimentos históricos, às relações de poder na sociedade, aos caminhos para transformação ou manutenção da estrutura social, política, econômica e cultural nos diferentes espaços e contextos. (Brasil, 2018).

Dentre as competências mais citadas pela BNCC, está a formação de um aluno capaz de entender, explicar e intervir em sua realidade vivenciada, e isso se torna possível em função das proposições do ensino de História. O elo entre BNCC e o ensino de História tem por objetivo a formação de um aluno como um indivíduo crítico, ético, solidário e democrático, possibilitando a construção de um sujeito mais ativo e autônomo, capaz de buscar nas mais variadas fontes de informações, bases teóricas que deem conta de problematizar de forma crítica os fatos históricos, fazendo uma analogia com o presente e buscando olhares diversos sobre temas vivenciados na sua contemporaneidade.

Apesar da BNCC prometer um ensino articulado, significativo e de valor prático ao estudante, o que se configura como uma continuidade do processo de renovação do ensino histórico, o documento vem sofrendo fortes críticas, quanto a sua estrutura curricular. Para um grupo de estudiosos que se dedicaram a analisá-lo, o documento caracteriza-se por ser conservador e continuar numa linha neoliberal e está atravessado por uma concepção de História como uma sucessão cronológica e acrítica.

O historiador Jurandir Malerba alerta-nos que os fundamentos pedagógicos da Base têm a vocação de formar mão de obra para o mercado de trabalho imune de aparatos críticos, sendo, portanto, um documento pragmático, utilitário de fundo liberal, o qual enfatiza a construção de prioridades individuais e não da coletividade. O autor ainda destaca o retrocesso no que tange à compreensão da História como uma cronologia de eventos, havendo uma supervalorização do evento histórico, uma concepção tão retrógrada quanto às concepções evolucionistas do século XIX (Malerba, 2017).

A priorização da individualidade em detrimento da coletividade, também aparece na crítica de Sczip e Chaves (2021), pois, ao fazerem uma análise crítica da concepção de cidadania, como finalidade do ensino de história na BNCC, os autores escrevem que a formação do exercício para cidadania, na BNCC, está

[...] centrada na 'garantia da vida em sociedade', reforça a declaração ilusória da igualdade entre todos. É preciso convencer que todos têm direitos e todos são iguais, e, qualquer desvio ou erro, é por responsabilidade individual de alguém que não se adaptou (Sczip; Chaves, 2021, p. 12).

Nesse sentido, por mais que a BNCC prometa dar instrumentos ao sujeito para enfrentar e propor soluções para os problemas vivenciados, o que parece prevalecer é a prescrição de uma ação docente, a qual fomenta uma percepção individual e uma tomada de atitude também individual frente às contradições sociais (Sczip; Chaves, 2021).

Silva (2018) caracteriza a nova base como um documento conservador, em que o perfil clássico de educação histórica fora mantido. Segundo o autor, o documento faz referência a professores e alunos como fazedores de História, porém, apresenta um elenco temático ineficaz para suscitar problemas. Para Silva (2018), o novo documento traz novos protagonistas, no entanto, ainda de forma muito tímida e insuficiente.

Outrossim, a BNCC não é um documento inovador ou pioneiro, mas um movimento de continuidade pela definição sobre educação, iniciado na Constituição de 1988, como afirmam Ralejo, Mello e Amorim (2021). Para esses autores, não se pode considerar a nova Base como um documento inovador ou revolucionário, há muitas permanências. Contudo, há também avanços que proporcionam oportunidades para o desenvolvimento de um ensino inovador. Para Demo (2019), mesmo a BNCC sendo uma proposta fundamentalmente instrucionista e academicamente rasa, apresenta algumas novidades, como o cuidado socioemocional dos estudantes, a preocupação com o protagonismo e com o projeto de vida do estudante.

A Base apresenta uma tentativa de avanços, e isso é muito importante, a despeito de todas as críticas que possamos tecer em sua elaboração e sistematização. Seguindo a linha de pensamento de Ralejo, Mello e Amorim (2021), é fundamental buscar compreender como que esse documento pode fomentar um ensino de história mais inovador. Como destacam esses autores, apesar da BNCC ser um documento direcionador, nas mãos dos professores, esse material poderá ser interpretado e materializado em aulas que produzem sentidos aos conteúdos ensinados, e não somente reproduzidos de uma dada prescrição.

Inegavelmente, no que diz respeito, especificamente, ao processo de ensino-aprendizagem da História, cabe ao professor compreender o seu objeto de estudo e o sentido de estudá-lo, fazendo com que os alunos também o compreendam. É preciso romper com a concepção de que a História, enquanto ciência, estuda somente o passado, ou apenas os homens do passado. Segundo o historiador Bloch (2001, p. 55), a História é a “Ciência dos homens [...] dos homens, no tempo. O historiador não apenas pensa humano. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração”. A História é a ciência dos homens no tempo, seja esse tempo passado ou presente, resultantes de um processo de mudanças e permanências. Deve-se compreender História como a ciência capaz de dar bases teóricas para o entendimento da alteridade, da pluralidade e das transformações pelas quais passam a sociedade. Afinal, o processo histórico é contínuo, as transformações acontecem em função das ações humanas, portanto, o passado só fará sentido se interrogado com base nas sensibilidades do homem do presente. É preciso entender que o passado não se reduz as suas meras datas ou distâncias cronológicas de um evento

para outros. O passado toma significado de passado quando se estabelece com ele as relações de mudanças a partir do presente.

Rüsen (2012), ao aprofundar sua reflexão sobre o processo de aprendizagem histórica, apresenta o conceito de "competência narrativa", em que a utilização de experiências históricas assume um papel central na construção do conhecimento. Além disso, ao abordar a noção de consciência histórica, o autor a caracteriza como uma operação mental que confere significado às experiências temporais, em que o passado é compreendido como um componente histórico e interpretado como algo de relevância para o presente. Diante disso, é imprescindível que as aulas de história adotem estratégias que qualifiquem as vivências temporais, ampliem as possibilidades de interpretação do passado para proporcionar aos alunos a competência narrativa, conseqüentemente, uma maior capacidade de argumentação no âmbito histórico.

Lee (2006), renomado pesquisador no campo da aprendizagem histórica, introduz o conceito de "literacia histórica", que se caracteriza pela competência em lidar com as categorias epistemológicas inerentes à disciplina. Segundo Lee (2006), é imprescindível buscar uma compreensão do passado como uma construção humana, em contraposição à visão simplista de que ele é uma representação precisa dos eventos históricos. Nessa perspectiva, o avanço na aprendizagem histórica capacita o aluno a desenvolver um conhecimento histórico "contra intuitivo", capaz de promover a apreensão da complexidade e da alteridade dos sujeitos históricos, estimulando a elaboração de raciocínios mais sofisticados e perspicazes.

Como já mencionado, a BNCC adota uma abordagem por meio de competências para o ensino. Além das dez competências gerais, há ainda competências específicas para Ciências Humanas e para o ensino de História. Resumidamente, as competências da área são: respeito à diversidade, análise do mundo social, cultural e tecnocientífico, compreensão da influência humana na natureza e sociedade, expressão de sentimentos, crenças e dúvidas de si mesmo, comparação de eventos, construção de argumentos com base em conhecimentos das Ciências Humanas e utilização de linguagens diversas para o pensamento espaço-temporal (Brasil, 2018).

Em síntese, as competências específicas do ensino histórico na base incluem a compreensão dos acontecimentos históricos, relações de poder e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais.

Também, envolvem a compreensão da historicidade no tempo e espaço, a formulação de questionamentos e argumentos em relação a documentos e interpretações históricas, a identificação de diferentes perspectivas em um mesmo contexto histórico, o posicionamento crítico baseado em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, a análise do movimento de populações e mercadorias, a compreensão dos conceitos e procedimentos da produção historiográfica e a utilização ética e crítica das tecnologias digitais de informação e comunicação (Brasil, 2018).

Sendo assim, o documento postula que as competências têm como objetivo promover o desenvolvimento completo dos estudantes, preparando-os para todos os aspectos da vida. Propõe-se, portanto, uma formação integral do estudante, capacitando-o a enfrentar os desafios que surgirem em sua vida, oferecendo as habilidades necessárias para lidar com tais problemas. No entanto, a própria estruturação curricular baseada em competências apresenta contradições, uma vez que um currículo organizado dessa maneira tende a se aproximar mais de um modelo de ensino memorialista do que de um modelo de ensino crítico capaz de assegurar e valorizar a autonomia do estudante.

Para Pereira e Rodrigues (2018, p. 12), a BNCC, ao retomar um modelo curricular pautado em competências,

[...] apresenta-se como um modo liberal de considerar o conhecimento, na medida em que sugere uma leitura individual do processo de aquisição de competências, sem levar em consideração, ou escamoteando, os elementos políticos e sociais implicados nos processos de aprendizagem. Esse retorno às competências demonstra um retrocesso no modo como se compreende, especificamente, a aprendizagem histórica.

Nesse contexto, ao organizar o currículo por meio de “listas de conteúdos”, determinar competências e habilidades obrigatórias ao ensino, em nada o renova, conforme Pereira e Rodrigues (2018), uma vez que o ensino histórico continua partindo do eurocentrismo, além de não permitir o sujeito aluno como participante protagonista na produção do conhecimento histórico nas escolas.

Adiante, a BNCC define três procedimentos básicos para o ensino da história:

Pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico. 2. Pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre

formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens. 3. Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias (Brasil, 2018, p. 416).

Esses procedimentos somados geram o que o documento denomina de “atitude historiadora”, definida como “um papel de ação que docentes e discentes podem desempenhar no processo de ensino e aprendizagem por meio da utilização de diferentes fontes” (Ralejo; Melo; Amorim, 2021, p. 13). Portanto, o documento propõe a valorização da leitura de fontes históricas diversas, de modo que seja oportunizado a professores e estudantes a problematização do conhecimento histórico. Nesse sentido, teoricamente, o documento proporciona, mediante “atitude historiadora”, não formar historiadores, “mas de dotar diferentes sujeitos de autonomia para a tomada da palavra e de posição em sua vida social a partir de possibilidades de usos do passado” (Ralejo; Melo; Amorim, 2021, p. 15).

Em vista disso, é preciso compreender que o conhecimento histórico não é algo pronto e/ou um pensamento único de um determinado grupo, mas fruto de interpretações de fatos e memórias da relação do homem com o seu tempo. Desse modo, o ensino de História não deve se pautar em compartilhamento ou reprodução de memórias, ou ainda que exista uma única interpretação da memória de um determinado acontecimento. De acordo a BNCC, a História

[...] não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões (Brasil, 2018, p. 397).

Infere-se, portanto, que é preciso explorar os diversos pontos de vistas. Nesse processo, o professor é responsável por ensinar ao aluno a apreender e a apreciar essa diversidade, para que o ensino e o estudo da História façam sentido.

Ainda em conformidade com a BNCC:

Espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive (Brasil, 2018, p. 401).

Embora pautada em princípios democráticos, com uma roupagem mais moderna, que tenta avançar no que concerne à aprendizagem histórica — dada a defesa de um ensino de História de caráter investigador e questionador, que inquieta o aluno e o leva à investigação histórica, que não transcorre num campo da verdade absoluta, mas o instiga a buscar, investigar e chegar a sua própria conclusão dos fatos — a Base Nacional Comum Curricular ainda apresenta muitas contradições, o que compromete a construção de uma atitude historiadora defendida no próprio documento.

Ela propõe uma redução significativa do conteúdo programático em relação aos currículos anteriores, o que pode levar a uma visão superficial e fragmentada da história, deixando de abordar questões importantes e complexas. Além disso, a BNCC enfatiza mais o desenvolvimento de habilidades e competências do que o conhecimento histórico em si, o que pode resultar em uma formação pouco crítica e sem aprofundamento acerca do contexto histórico. Tal perspectiva promove o distanciamento do que definimos aqui como aprendizagem histórica, visto que, os estudos relacionados à aprendizagem da história abordam um conjunto de conceitos para além de concepções simplificadas.

Outra questão observada em relação aos procedimentos básicos da aprendizagem histórica, é que a BNCC ainda mantém um ensino muito voltado para a cronologia, que não fornece base suficiente para o que Rüsen (2012) chama de “competência narrativa”. Além disso, prevalece uma visão eurocêntrica da história, que dá mais destaque ao estudo da Europa do que a outras regiões do mundo, o que pode levar a uma visão distorcida da história global e subestimar outras culturas e civilizações. Por fim, a BNCC pode apresentar um viés político-ideológico que pode influenciar a forma como a história é ensinada, promovendo uma visão simplista e maniqueísta da história, sem explorar as nuances e as complexidades da experiência humana.

Ao percorrer os caminhos trilhados pelo ensino de História no Brasil, percebe-se que esse ensino emergiu a serviço de uma elite branca europeizada, encarregado de sustentar um projeto de poder, cujo objetivo era a construção de uma nação que mirava a cultura europeia, vendo-a como o centro da civilização e do progresso. Para tanto, estabeleceu-se um ensino “neutro”, cuja base foi a memorização de datas, biografias de supostos heróis nacionais, além do culto a eventos cívicos e a símbolos da pátria. Contudo, ao longo desse caminho, houve um grande esforço de professores

e pesquisadores que têm buscado uma renovação do ensino histórico. A preocupação centra-se em uma contínua transformação da realidade dos alunos e da sociedade como um todo. Em um mundo globalizado, o processo de renovação deve ser contínuo. A cada dia surgem novos desafios a serem superados, o que torna o processo mais instigante e complexo.

Entendendo a renovação como um processo contínuo, a BNCC, mesmo com suas limitações e permanências, mostra-se como um importante documento para o processo da busca por um ensino histórico mais renovado nas escolas. O documento, em si, pretende apresentar uma história ensinada viva, atenta às questões do presente, voltado para a formação de cidadãos críticos, capazes de descobrirem e perceberem seu lugar no mundo. Afinal, a História em sala de aula é fundamental para construir identidades e consciência política e social. Desafio nada fácil para o momento histórico em que vivemos.

Refletindo sobre o momento histórico atual, toma-se como referência o teórico Stuart Hall. O autor, nomeando esse momento de era pós-moderna, define-o como um período configurado pela fragmentação das identidades culturais, de um tempo em que as identidades, de um determinado grupo social, tornam-se complexas e confusas. O sujeito pós-moderno é instável, ele se encontra descentrado, tanto do seu lugar do mundo social e cultural, quanto de si mesmo, constituindo uma “crise de identidade”. Na pós-modernidade, o sujeito é caracterizado por uma pluralidade de identidades possíveis, com as quais pode haver uma identificação provisória. O “eu” não se encontra consolidado e unificado, o sujeito é movido em diferentes direções, fazendo-o assumir identidades dessemelhantes em diferentes momentos (Hall, 2019).

A aceleração e a inconstância do mundo atual levam o sujeito a perpassar por diversas identidades, o que pode gerar nele uma dificuldade em encontrar suas raízes identitárias. Diante de tal realidade, a escola tem por obrigação a formação de um sujeito que seja capaz de assumir as diversas identidades necessárias, decorrentes do mundo macro globalizado, sem se esquecer das suas ascendências identitárias. É preciso formar um sujeito habilitado em articular o micro e macro, para que assim consiga superar as possíveis crises de identidade.

Outra característica desse cenário, refere-se ao alto volume de informações disponíveis diariamente, em que o aluno, “exposto aos mais diversos estímulos na sociedade, da qual a escola faz parte, não mais aceita ser um sujeito passivo no processo de ensino-aprendizagem” (Medeiros, 2007, p. 60). Diante de tal constatação,

percebe-se um esforço da escola e de seus professores em buscar diferentes maneiras de ensinar. Esse momento exige, ainda mais, um ensino de História que possibilite selecionar e articular conteúdos que aproximem a escola da vida do aluno, para que ele se perceba enquanto sujeito histórico na sua realidade cotidiana. Nessa perspectiva, cabe ao professor “ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas” (Bittencourt, 2018, p. 57).

Freire (1996), ao defender uma educação libertadora que possa formar e compactuar com o meio, possibilitar o aprendizado por meio da convivência, nos alerta sobre o ato de ensinar:

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidades, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento (Freire, 1996, p. 47).

Portanto, o ato de ensinar deve estar em constante conexão com o meio em que está inserido o estudante, pois ele possibilita vislumbrar novos mundos, romper paradigmas e tornar todos os sujeitos sociais protagonistas da história. O panorama apontado por Freire (1996) se apresenta atualmente, pois o contexto histórico atual exige cada vez mais, da escola e do professor, uma postura reflexiva e de constante atualização. É preciso estimular no processo de ensino-aprendizagem as diferentes linguagens do mundo no qual os alunos estão inseridos, para que haja uma aproximação entre o conhecimento histórico escolar e a realidade vivida por ele.

O ensino da História não só permite o entendimento do mundo atual, por meio dos estudos do homem no tempo, mas, também, apresenta a diversidade entre as sociedades e do próprio homem. Ademais, o conhecimento histórico ajuda na construção e/ou descoberta da identidade do aluno, uma vez que desenvolve nele a capacidade de compreensão das diferenças existentes dos diversos grupos.

Sendo assim, o ensino de História precisa possibilitar o aluno a apreender conceitos e categorias que o torne capaz de ter uma compreensão crítica da vida humana e de si mesmo. Portanto, o “conhecimento histórico não se limita ao fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e aos sujeitos que o produziram para buscar uma explicação” (Bittencourt, 2008, p. 183). Assim, o ensino permite o aluno perceber

o lugar que ocupa na História e quais os poderes e os limites de sua atuação em suas relações com o meio.

Pinsky (2010), ao propor uma nova roupagem para o ensino de História, afirma ser preciso trabalhar novas temáticas que estão em debate na atualidade. Temas como relações sociais, direitos humanos, relações de gêneros, corpo, ciência e tecnologia, história regional e local, dentre tantos outros, são de suma importância para entender o cotidiano pós-moderno.

Portanto, é preciso buscar o ensino da História que esteja próximo das experiências humanas, pautado nas transformações do tempo e voltado aos sujeitos dos diversos grupos sociais e à pluralidade de ideias.

1.2 A importância da história local na formação identitária do sujeito (aluno)

Diante dessa busca constante pela renovação do ensino de história, sempre pautado em práticas que levem o aluno a estudar história diante do seu cotidiano, percebe-se o esforço em empregar linguagens alternativas, que tornem o processo de aprendizagem significativo para o estudante. Nesse sentido, trabalhar a História local na sala de aula, integrada aos conteúdos tradicionais, é essencial.

Segundo Bittencourt (2008, p 168), “A história local [...] possibilita a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer-, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente”. Portanto, a História local é o ponto de partida para a aprendizagem da História. É no local que ocorrem as primeiras atuações do homem (aluno) com o meio. A História começa na própria concepção de família, de grupo, de comunidade etc. Bittencourt (2008, p 168) ainda salienta que

A história local geralmente se liga a história do cotidiano, ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelece relações entre grupos sociais de condições diversas que participaram de intercruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado.

O trabalho com a História local possibilita a construção de uma História mais plural, ela dá espaço às variedades de vozes dos diversos sujeitos da História. Seu estudo estabelece uma relação de identidade, devido a uma memória construída em acontecimentos próximos e experienciados pelos sujeitos (alunos). Um dos relevantes

papéis de ensino de História é o de auxiliar os alunos na busca de sua configuração, afirmação e/ou descoberta de sua identidade. Para tanto, o estudo da História local é de extrema relevância, já que, torna possível o aluno perceber a História perto de si, e não como algo abstrato, longínquo, sem valor prático para suas vidas.

Um fator relevante para a História local é a memória. Ao analisar o cotidiano, são encontrados diversos “lugares de memória” em que os sujeitos situam sua identidade, ao estabelecerem uma relação de seu *lócus* com um passado. Conforme ressalta Bittencourt (2008, p. 169),

A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares da memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo.

Trazer as memórias locais para serem estudadas na sala de aula favorece uma melhor relação dos alunos com a multiplicidade cultural de seu tempo. Rompe com a concepção de uma identidade nacional homogênea e eterna, além de possibilitar a criação de uma identidade nacional com base no multiculturalismo, dando espaço e vozes aos diferentes sujeitos e suas diversas formas de viver.

Outra contribuição da História local para o ensino de História é a possibilidade do contato direto do estudante com as fontes históricas da sua localidade, colocando-os no centro da produção da História. O contato direto e de forma investigativa com relatos orais, recortes de jornais com notícias de sua cidade/bairro/ comunidade, fotografias, com os variados lugares de memória local, leva os alunos a se interessarem mais pelos debates acerca das construções históricas do seu *lócus* e a perceberem que o lugar onde vivem está diretamente articulado com outros espaços, além de tornar o estudo da História mais prazeroso e instigante.

Outra questão importante quando se fala em História local, é que ela deve estar articulada a uma compreensão dos processos históricos mais amplos. A História local precisa se integrar tanto a conteúdos tradicionais como a temas específicos locais, a contextos históricos maiores — regional, nacional e global — possibilitando uma reconfiguração desses contextos, abordando-os de maneira integrada, em estreita conexão. Certamente, entender o micro, como parte constituinte do macro e não separados, possibilita romper com uma série de barreiras que impedem a compreensão do mundo pelo estudante.

Desse modo, tendo o ensino de História um papel imprescindível para que o aluno se encontre identitariamente no meio em que vive, o trabalho com a História local, explorando os espaços e as paisagens da cidade, vendo-os como lugares de memória, é de suma importância para alcançar tal objetivo. Os espaços da cidade carregam consigo uma ampla simbologia social. Eles são construídos em função da socialização de pessoas com o seu meio. São capazes, assim, de explicar todo um ordenamento social, político, econômico, cultural e artístico de uma sociedade.

1.3 O cemitério como ferramenta pedagógica

Compreendendo a importância da história local para o processo de ensino-aprendizagem da história enquanto disciplina escolar, um dos espaços promissores a ser explorado é o cemitério. Trata-se de um espaço de construção de memória local, carregado de simbologias, representações e saberes históricos diante das variadas expressões sociais, culturais, artísticas, econômicas, políticas e religiosas. No cemitério, presente e passado, figuras ilustres e anônimas da sociedade encontram-se lado a lado. Mesmo no pós-morte, a relação com os vivos continua nas variadas formas de manter a memória sempre viva, materializada nos túmulos e nos objetos que os ornaram, carregados de significado.

Pensar o cemitério enquanto ferramenta pedagógica é ir além do pensamento comum que delega a esse espaço um caráter de superstição e de elementos sobrenaturais. Pastore (2016), ao tratar da expressão estética do cemitério, percebe nele um lado acolhedor e temido ao mesmo tempo. Segundo a autora o

[...] estético está relacionado com as experiências cotidianas e a forma como sentimos e interagimos com o meio. Nesse sentido, a estética do cemitério está relacionada com a ação humana nesse lugar. Os sentidos, ou melhor, as representações sociais, políticas e culturais que traduzem a morte nesse meio, reduzem a capacidade de compreensão e aceitação do cemitério como lugar de aprendizagem (Pastore, 2019, p. 03)

Portanto, ao extrapolar a percepção do medo e da superstição, o cemitério faz parte da vida da cidade, é um lugar de apropriação coletiva de diversas manifestações culturais de uma dada sociedade. O cemitério deixa de ser um espaço invisível e passa a ser visto como museu a céu aberto, ao tomá-lo como ferramenta de ensino, conforme afirma Pastore (2016). Um espaço sobre o conhecimento direto da história local, afinal, o cemitério é lugar de preservação da memória do morto. Os elementos

deixados na sepultura têm como finalidade, muitas vezes, reafirmar a crença e os valores culturais da comunidade, a qual o morto pertencia. Dessa forma, o túmulo é a representação não só de uma identidade individual, mas também coletiva.

A morte é infalivelmente o destino dos homens. No entanto, não se deve pensar a morte como uma característica geral dos seres vivos, segundo Rodrigues, (2006, p. 17), “é preciso pensar a realidade de cada morte individual. Entre os mortos e a morte, ou seja, entre determinado acontecimento biográfico e determinada condição ontológica”.

Tomar o cemitério como uma possibilidade de ferramenta pedagógica pode ser uma experiência de aprendizagem sobre a história local das mais fascinantes e aguçadoras. Uma aula de campo no cemitério, por exemplo, proporciona ao aluno não só uma melhor compreensão da história local, como também a percepção da sua relação com a morte, e como seu grupo social lida com ela. A questão da finitude nos acompanha cotidianamente, dessa forma, reconhecer a morte no espaço cemiterial, é incentivar o respeito ao outro e à vida, é provocar os mais variados sentimentos, perceber a fragilidade da nossa própria vida e daqueles com quem convivemos (Pastore, 2016).

Conceber o cemitério como dispositivo pedagógico possibilita ainda refletir sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade. As sepulturas, por meio das suas formas arquitetônicas e dos objetos que as ornava, expõem toda uma estrutura social. Logo, utilizar-se desse material é uma das formas de realizar a educação patrimonial.

Conforme prevê a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216,

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, *on-line*).

Essa definição valoriza não apenas o produto material construído pelo ser humano, como também “os modos de criar, fazer e viver”, na sua dimensão imaterial. De acordo com Carrasco e Nappi (2009), ao tomar o cemitério como patrimônio, na sua dimensão material, pode-se destacar três importantes valores. Os de caráter ambiental/urbano, artístico e histórico. Diante disso, o

[...] caráter ambiental/urbano está relacionado aos espaços destinados aos cemitérios que, muitas vezes, estão inseridos nos núcleos históricos das cidades e representam espaços abertos que preservam suas áreas verdes. [...] O valor artístico desses espaços está relacionado aos artefatos integrados à arquitetura tumular com função ornamental [...]. Quanto ao valor histórico, considera-se que é nesses espaços que repousam os restos mortais de pessoas, ilustres ou não, que contribuíram de alguma forma para a história da humanidade. São espaços de memória, onde as lápides registram dados importantes para a história – datas, nomes e epitáfios (Carrasco; Nappi, 2009, p. 49-51).

Além do caráter material, o cemitério também se apresenta como patrimônio na sua dimensão imaterial, pois nele são retratados valores simbólicos, ligados a crenças e à cultura popular, podendo também se associar a diversos sentimentos como o de perda e de tristeza ou, até mesmo, ao imaginário do medo.

No cemitério forma-se uma teia cultural, constituída de memórias que dialogam com as mais diversas categorias da estrutura social, o que faz dele um potente espaço para a construção de aprendizagens. Trazer o tema da morte, seus mistérios e tabus, para o centro da aprendizagem aproxima o estudante do seu cotidiano, provocando o interesse no estudo da morte e da construção da história local da cidade de Botuporã.

De acordo os postulados de Pastore (2019, p. 10), “a história está presente em tudo que rodeia o nosso dia a dia. Na comida, na roupa, no carro, no cinema, nas danças, nos cheiros, enfim, na vida e na morte”. Portanto, é preciso buscar espaços que incentivem a inovação do ensino histórico, que tragam o cotidiano do estudante para o processo de ensino-aprendizagem, espaço que abrigue a memória coletiva, que componha elementos do patrimônio material e imaterial da comunidade local.

No cemitério, o ensino de história pode explorar os conteúdos curriculares das mais diversas maneiras. Por intermédio dele é possível estudar as transformações das cidades ao logo do tempo, a produção artística local interligada à arte funerária, os valores religiosos predominantes na cidade, a relação dos sepultamentos, da estrutura tumular com as classes sociais. Enfim, o cemitério é um acervo histórico, cultural, social e político pronto para ser explorado por professores e alunos.

1.4 O cemitério como objeto de pesquisa

O cemitério e a morte, enquanto objeto de pesquisa, passaram a ganhar notoriedade no campo científico a partir da década de 1960, com instituição da história das mentalidades promovida pela terceira geração dos *Annales*. No início do século

XX, os historiadores ligados aos *Annales*, proporcionaram uma verdadeira revolução no processo do fazer histórico. Ao buscar fugir de uma construção historiográfica que valorizavam abordagens políticas e econômicas, esses historiadores procuraram compreender diferentes aspectos da vida social, abrindo um leque para novos objetos de estudo no campo da historiografia. Surgiu assim uma História interdisciplinar que conversa com outros campos das ciências humanas, proporcionando o estudo de temas como: a história do cotidiano, das mentalidades, das mulheres, entres outros.

A partir de então, alguns historiadores ligados aos *Annales* passaram a se dedicar aos estudos da temática da morte, do cemitério e temas relacionados. Entre vários estudiosos, Philippe Ariès e Michel Vovelle tornaram-se importantes referências para esse campo de estudo.

O estudo de Philippe Ariès, na obra *A História da Morte no Ocidente*, publicada pela primeira vez em 1975, faz um percurso histórico acerca da concepção da morte na Europa ocidental, da Idade Média até o século XX. A obra é uma importante referência quando se trata de pensar historicamente as relações do homem com a morte no ocidente. O autor nos leva a entender que o homem enxerga a morte em função do seu contexto histórico, cultural e social. Portanto, o conceito de morte e a forma como o homem lida com ela é passível de mudanças e permanências ao longo do tempo. Segundo o autor, no período medieval, havia uma morte domada, isto é, a relação com a morte se dava de maneira natural e sem questionamentos. Concepção que perdurou por vários séculos nas sociedades ocidentais cristãs. Com o tempo, a morte domada passou à morte interdita. A indiferença de antes dá lugar à romantização da morte, ao desespero e ao inconformismo pela separação e pela perda. Tal postura levou a uma negação da morte, tornando-a um tabu social (Ariès, 2003a).

Michel Vovelle, na sua obra *Imagens e imaginários na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a idade média até o século XX*, ao buscar compreender as atitudes e representações coletivas em torno da morte, por meio de iconografias e uma variedade de fontes, transita por espaços e tempos diferentes, procurando entender o imaginário da morte em tempos e sociedade distintas (Vovelle, 1997). Já Borges, Santana e Bianco (2004) citam outro importante estudo desse autor, que se relaciona à temática da morte e do cemitério; trata-se da obra *Histoires Figurales*, publicada pela primeira vez em 1981. O estudo foi desenvolvido pela observação de cemitérios urbanos do século XIX e XX, mediante uma análise nos

epitáfios, nos testamentos, nos altares, nas comunicações de falecimentos, entres outros.

Outra obra importante para o estudo da temática é do sociólogo Edgar Morin, *O Homem e a Morte* (1987). *A priori*, o autor propõe uma discussão sobre a compreensão da morte pelo homem ao longo do tempo, buscando entender as transformações históricas do conceito de morte. Em seguida, ele expõe que o entendimento sobre a morte é algo genuinamente humano e que seus rituais influenciam a vivência do ser na sociedade na qual se insere. Para o autor, é “na morte que o homem se revela. É nas suas atitudes e crenças perante a morte que o homem exprime o que a vida tem de mais fundamental” (Morin, 1987, p. 15).

O tabu da morte, do antropólogo José Carlos Rodrigues (2006), também se configura como uma obra clássica relativa aos estudos sobre a morte. A obra trata de sua tese de doutorado, defendida em 1981, na Universidade de Paris VII, publicada em forma de livro pela primeira vez em 1983 e reeditada em 2006 pela editora Fiocruz. O autor aborda o tema da morte como uma forma de representação social, bem como as tentativas das diversas sociedades de eliminar e afastá-la da vida. Mostra, por meio de uma perspectiva antropológica, histórica e política, como as diferentes sociedades lidam com o fenômeno da morte. De início, o autor busca compreender as representações sociais da morte, examinando as práticas e crenças funerárias realizadas em diversas culturas. Adiante, ele a analisa como um produto da história, com a finalidade de compreender como foi construída a visão sobre ela na cultura ocidental, discutindo sobre o silêncio em torno dela. Por fim, discorre sobre o significado político e social em torno da morte nas sociedades industriais, para tanto, aborda a questão do tabu e afirma que a comunicação social trata de distanciar a morte do indivíduo (Rodrigues, 2006).

No Brasil, temas relacionados ao cemitério, à morte e seus ritos, ainda eram pouco estudados até o início do século XX, como afirmavam Borges, Santana e Bianco (2004). Porém, percebe-se que, na última década, os estudos cemiteriais têm crescido significativamente, como apontam Borges e Almeida (2019). Encontram-se hoje pesquisadores das mais diversas áreas de atuação — História, Geografia, antropologia, artes, arquitetura, educação e outras — interessados em compreender os espaços dos mortos, a morte e tudo que a envolve.

A existência de grupos de estudos que focalizam as pesquisas sobre o cemitério no Brasil e a criação de uma associação com foco nos estudos cemiteriais

são fundamentais na promoção e propagação da temática, segundo Borges e Almeida (2019). A Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC)², fundada em 2004, promove encontros bianuais em várias cidades brasileiras; o Grupo de Pesquisa, Imagens da Morte: a morte, os mortos e o morrer no mundo Ibero-americano, fundado em 2010, promove diversos congressos e simpósios, tanto em território nacional como internacional. Um passeio pela página da ABEC na internet proporciona um verdadeiro mergulho nos mais diferentes enfoques sobre os estudos cemiteriais.

Outro recurso *on-line* igualmente significativo, além da página da ABEC, é o portal Arte Funerária no Brasil³, administrado pela professora Maria Elizia Borges. O *site* oferece aos visitantes a oportunidade de explorarem as características da arte, presentes em diversos cemitérios brasileiros, além de fornecer um guia abrangente de artigos e livros sobre o tema cemiterial. Disponibiliza vídeos e outros *links* relevantes relacionados ao assunto. Enfim, o *site* é uma iniciativa importante e oportunidade única para aqueles que desejam adentrar no mundo dos estudos cemiteriais.

Será listado, a seguir, um breve levantamento bibliográfico que apresenta estudos que dialogam direta ou indiretamente com esta pesquisa e que foram fundamentais para a construção dessa investigação.

Um dos precursores dos estudos relacionados ao cemitério no Brasil foi o sociólogo Clarival do Prado Valladares, com sua obra: *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*, publicada em 1972, em dois volumes. Valladares (1972) apresenta em seu estudo o heterogêneo cenário dos cemitérios brasileiros. O autor abordou desde o período colonial como os cemitérios foram se constituindo ao longo do tempo em várias cidades brasileiras, detendo-se mais ao estado de São Paulo e do Rio de Janeiro (Valladares, 1972). Ao estudar a arte funerária, analisando as construções tumulares, o estudioso expressa o quanto o cemitério pode nos dizer sobre o mundo dos vivos. Seu estudo tornou-se referência para os futuros estudos cemiteriais, além de dar início à quebra do tabu de um assunto carregado de preconceitos, superstições e credulidades que, muitas vezes, fora esquecido pelos estudiosos.

João José Reis, outra importante referência para os estudos sobre a morte e cemitérios no Brasil, lança em 1991 o seu livro *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular na Bahia no século XIX*. Nessa obra, Reis (1991) buscou analisar como

² Conferir em: <https://www.estudoscemiteriais.com.br/inicio>

³ Conferir em: <https://www.artefunerariabrasil.com.br/>

se deu o movimento de uma revolta, após a proibição de enterro nas igrejas de Salvador, que ficou conhecida como cemiterada. Nesse estudo, o autor trata sobre a etnologia da morte na Bahia, além de refletir sobre a religiosidade popular. Sua pesquisa proporciona um maior entendimento do contexto social da cidade de Salvador, visto que o movimento da cemiterada envolveu agentes de diversos grupos sociais.

Cláudia Rodrigues destaca-se no cenário dos estudos cemiteriais e da morte no Brasil, ao produzir sua dissertação de mestrado intitulada *Lugares dos mortos nas cidades dos vivos: tradições e transformações fúnebres na corte*, defendida em 1995. Posteriormente, ela defendeu sua tese de doutorado nomeada, *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. A obra do mestrado de Cláudia Rodrigues ganha destaque, visto que a autora estuda os sepultamentos do século XIX com o objetivo de perceber as mudanças no ritual fúnebre diante das modificações dos lugares dos mortos e, por conseguinte, as relações dos vivos e dos mortos nesses rituais (Rodrigues, 1997).

Com uma vasta produção de artigos, desde 1994, a pesquisadora Maria Elizia Borges (2002) estuda a arte e a arquitetura funerária, em que analisa túmulos e mausoléus, no intuito de compreender as tendências da arte tumular produzidas por artistas-artesãos anônimos. Em 1991, defendeu sua tese de doutorado intitulada *A arte tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República*. Os estudos de Borges (2002) auxiliam na compreensão de como a construção e arte tumular podem revelar valores sociais e econômicos de grupos da sociedade que buscam, por meio do túmulo, conservar uma memória e afirmar um certo *status* social. Além do mais, retira do anonimato os artistas-artesãos responsáveis por toda produção artística das arquiteturas tumulares, demonstrando toda complexidade em volta das simbologias materializadas nos túmulos.

Os estudos do historiador Harry Rodrigues Bellomo trouxeram uma contribuição ímpar para campo das pesquisas cemiteriais no Brasil. Ainda na década de 1980, defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *A Estatuária Funerária em Porto Alegre (1900-1950)*. Entre os anos 2000 e 2008, o pesquisador coordenou um grupo de pesquisa denominado de Cemiteriais, cujas produções foram publicadas no livro *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*, de 2000 e 2008. Bellomo (2000) trabalha com as várias tipologias da arte funerária em Porto Alegre e em cidades do interior do Rio Grande do Sul. Seus estudos contribuem para mostrar

os túmulos e a arte cemiterial como fontes históricas capazes de elucidar as relações simbólicas, culturais, políticas, econômicas e religiosas de uma sociedade, uma vez que os túmulos e a arte funerária contribuem para preservação da memória familiar e coletiva.

O cemitério como objeto de estudo está consolidado, por isso, cresce o número de pesquisas que focam nesse lugar como uma ferramenta pedagógica. Há alguns trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação no Brasil com esse enfoque. Na área de educação histórica, destacam-se os trabalhos de Uliana (2018), Prietsch (2018), Viana (2018), Pastore (2016) e de Hipólito (2015).

O estudo de Uliana (2018) tem como título *O cemitério municipal de Maringá (Paraná) enquanto espaço de memória e saberes históricos (1947 – 2017)*, defendido em 2018, na Universidade Estadual de Maringá. A pesquisa propõe analisar o cemitério de Maringá enquanto espaço de memórias e saberes históricos. A autora faz um levantamento bibliográfico de autores essenciais para o estudo da temática da morte, com isso, traz as contribuições de Edgar Morin e Philippe Ariès. Percorre a organização histórica dos cemitérios na Europa e no Brasil, dialoga com autores que se debruçaram no estudo do cemitério enquanto objeto de estudo. A dissertação apresenta informações acerca da legislação do cemitério em foco, elencando possíveis temas e estudos históricos na sala de aula, de acordo com as indicações presentes nas Diretrizes Curriculares de História, no Paraná. Por fim, a autora concentra-se no cemitério de Maringá e mostra a diversidade religiosa da cidade de Maringá diante dos elementos presentes nos túmulos. Conclui que apesar de Maringá se apresentar como uma cidade católica, é possível encontrar no cemitério da cidade práticas de outras religiões como a Umbanda, o Espiritismo, crenças orientais etc. Como produto final da pesquisa, é elaborado um mapa de visitação do cemitério com objetivo de auxiliar a prática docente de História em aulas de campo.

O trabalho de Prietsch (2018), defendido na Universidade Federal do Rio Sul, tem como tema *Os vivos são sempre cada vez mais governados pelos mortos: fazendo do cemitério um objeto de estudos para o ensino médio*. Seu foco   o cemitério da Santa Casa de Misericórdia, de Porto Alegre. A pesquisa apresenta as necrópoles como ferramenta de estudo para disciplina de História, voltada para alunos do ensino médio. Dessa forma, estabelece uma rela o entre cemitério, patrimônio e educa o; analisa túmulos de importantes personagens da História do Brasil, de modo que busca compreender suas representa es na sociedade atual porto-alegrense. O

autor percebe o cemitério como um museu a céu aberto, onde se pode ver representadas, no pós-morte, as personalidades históricas, a maneira como elas pensavam, mediante análise dos epitáfios ou pelas esculturas tumulares. Ao longo da dissertação, faz uma abordagem acerca da pesquisa cemiterial, discute o cemitério enquanto patrimônio e como lugar de memória. Posteriormente, faz um comparativo, pautado em Philippe Ariès, entre os “campos santos” da Europa e a concepção de morte com alguns levantamentos feitos no Rio Grande do sul. Por fim, como produto da pesquisa, são elaborados planos de aula abordando conteúdos do período da República Velha no Brasil e temas acerca das questões patrimoniais.

Viana (2018), em seu trabalho *Cemitério de Pérola-PR: Espaços dos mortos, vidas narradas (1958 – 2018)*, defendido na Universidade Estadual de Maringá (UEM), analisa, por meio da História Cultural, os modos pelos quais uma sociedade se prepara para vivenciar suas relações com a morte. Entende que as práticas sociais são espaciais, assim, na introdução do texto, narra o percurso para chegar ao cemitério de Pérola, com o objetivo de ajudar a criar referências espaciais para a construção da memória. Em seguida, o autor discute a relação morte, memória e ensino de História. Conceitua memória coletiva e individual com base em Le Goff (2013) e como essas memórias se estruturam nos espaços fúnebres e noutros espaços da cidade. Adiante, apresenta a história do município de Pérola e do cemitério da cidade, relacionando-as. Por fim, apresenta a metodologia de trabalho com fotografias, chamando a atenção de sua importância para o ensino de História e propondo a elaboração de um álbum pedagógico visando a colaborar com a prática docente de História. Ainda nesse capítulo, analisa alguns túmulos e espaços no cemitério, separando-os por categorias (túmulos de personalidades, túmulos das crianças, túmulos sem identificação e o cruzeiro⁴). A intenção é mostrar os objetos contidos nesses túmulos problematizando suas simbologias.

Pastore (2016) desenvolveu seu trabalho com o tema *Procedimento invertido: o ensino de História a partir das inquietações de jovens estudantes sobre a morte na aula-visita ao cemitério*, defendido em 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG). O estudo faz uma reflexão sobre as práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de História, cujo propósito foi buscar possibilidades de ferramenta de ensino, em que o cemitério representa uma delas. A autora faz uma

⁴ Grande cruz fincada no espaço cemiterial. Constituída de pedra ou madeira, é geralmente colocada sobre uma plataforma com alguns degraus.

reflexão diante de concepções mais contemporâneas sobre a morte, os cuidados e as manifestações em torno dela. Aborda a morte como um evento social e o cemitério como um meio educativo, sendo este um dos espaços onde as manifestações sobre a morte ocorrem. Para tanto, dialoga com diversos autores que discutem sobre o tema ao longo da história. Na sequência, aborda a difícil tarefa do professor de História em encontrar caminhos para tornar as aulas mais atrativas, discute as dificuldades para renovação do ensino de História e propõe a metodologia do procedimento invertido⁵ como uma das soluções para essas dificuldades. Por fim, apresenta uma experiência da metodologia do procedimento invertido, desde o planejamento até as conclusões ao final do processo.

Hipólito (2015) defendeu sua dissertação, intitulada *O Cemitério de São João Batista de Guarabira-PB: espaço pedagógico para o ensino de história*, em 2015 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Com base nos estudos do historiador Bellomo (2008), parte do princípio de que o cemitério pode fornecer uma gama de informações nas mais variadas temáticas — valores religiosos, aspectos genealógicos, memória familiar ou da comunidade, estudos étnicos, patrimoniais etc. Defende a hipótese de que o cemitério pode proporcionar uma aprendizagem significativa, por ser algo inovador ao ensino de História. O autor traz uma importante discussão acerca do estado da arte das pesquisas brasileiras realizadas em torno do cemitério, além de um panorama de como se desenvolveu a temática da morte e os estudos cemiteriais na França, como os *Annales* serviram de base para estudos brasileiros na década de 1980. Em seguida, faz um breve histórico dos cemitérios, e se concentra na elaboração do histórico do cemitério de São João Batista, para tanto, mostra suas particularidades e as formas de “cultuação” dos mortos. Ao final, discute sobre o ensino de história, traz um panorama teórico e metodológico acerca de sequências didáticas. Finalmente, discute a aplicação delas em suas aulas de História, envolvendo o cemitério diante dos relatos escritos de experiência dos alunos.

Na área de história, é destacado aqui o trabalho de Fábio Wiliam Souza (2010), cujo tema é *Fronteiras póstumas: a morte e as distinções sociais no cemitério Santo*

⁵ “Inicia-se pela concepção do meio como construtor de conhecimento e a interação do jovem com o ambiente. A partir de um determinado conteúdo escolar são organizados procedimentos em que o aluno participa de diversas atividades, culminando na aula-visita ao cemitério”. No cemitério, as inquietações do jovem estudante em relação ao meio são transformadas em perguntas que por sua vez, compõem um conjunto de etapas denominado “[...] O Procedimento Invertido almeja incentivar e contemplar os interesses dos alunos e tem como base uma nova forma de pensar o ponto de partida para a elaboração da aula” (Pastore, 2016, p. 8).

Antônio em Campo Grande, defendido em 2010, na Universidade de Grande Dourados (UFGD). O estudo faz uma reflexão sobre as distinções sociais ocorridas dentro do cemitério e a relação deste com a cidade, verifica que, mesmo depois da morte, por intermédio do túmulo, familiares mantêm a identidade da classe do morto. Ao longo do texto, o autor faz um histórico da cidade de Campo Grande em relação a sua posição geográfica dentro do Brasil. Em seguida, faz uma análise do “além-túmulo”, com vistas a entender como o homem e a sociedade de Campo Grande se portavam no pós-morte. Por fim, foca nas diferenciações sociais que a sociedade dos vivos transporta para a cidade dos mortos, verificando como a sociedade festeja os seus mortos e como são dadas as representações no local do cemitério.

No campo do ensino da geografia, destaca-se a dissertação de mestrado de Maria Terezinha de Rosa Cupper, defendida na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no ano de 2009. No estudo, com o tema *Educação e cultura: Leitura do cemitério de São João Batista – Manaus/AM*, a autora busca identificar o cemitério São João Batista, de Manaus, como uma das paisagens da cidade e como um lugar que educa, devido a sua porção histórica, cultural e sua própria historicidade. A pesquisa tem por objetivo contemplar a inserção do cemitério como objeto de estudo no ensino fundamental e em todos os níveis de ensino. Propõe-se a interdisciplinaridade por meio do ensino de geografia, evidenciando aspectos históricos, espaciais, éticos, estéticos etc. Na parte introdutória da dissertação, a autora dialoga com autores que tratam do tema da morte ao longo da história, fazendo um histórico do comportamento humano em torno da morte. Adiante, a autora discute as categorias de lugar, paisagem e sua dimensão educativa. Apresenta um histórico do cemitério de modo geral e, especificamente, do cemitério em estudo (Cemitério São João Batista, de Manaus). Por fim, aborda o cemitério como espaço educativo, apresentando possíveis ideias para explorá-lo no ensino.

Os estudos de Cupper (2009) ajudam a perceber o cemitério como parte importante da paisagem da cidade e como uma ferramenta pedagógica capaz de articular um ensino interdisciplinar, envolvendo as mais diversas áreas. Além do mais, desperta nas pessoas um olhar mais apurado sobre o cotidiano do cemitério, como afirma a própria autora, o cotidiano proporciona “a dinâmica do agora em relação ao movimento, ao fluxo de pessoas, de acontecimentos no local, sem perder de vista o tempo sincrônico que se faz presente quando volta-se o olhar para o passado e do passado para o presente[...]” (Cupper, 2009, p. 75).

Na área de artes visuais, há a pesquisa de Halima Alves de Lima Elusta, com o título *Visita ao museu de pedra: arte no cemitério da saudade de Campinas-SP (1881-1950)*, defendida em 2008, na Universidade Federal de Goiás (UFG). O estudo analisa as construções tumulares para perceber as práticas sociais de homenagear seus entes queridos. Tem como foco de análise as construções tumulares trabalhadas em mármore por artistas e artesão da cidade de Campinas. Mostra que, para homenagear seus mortos, a elite burguesa de campinas contratava o trabalho de artistas das marmorarias da cidade para erguerem túmulos marcados por uma monumentalidade. A autora propõe demonstrar que os túmulos trazem a ideia de *status* social. Ali, é perpetuada uma memória para que o *status* da classe social, a qual o morto pertencia/pertence e todo o poder advindo dele, não sejam esquecidos. O diferencial dessa pesquisa é que ela traz à luz do conhecimento os artistas/artesãos, geralmente esquecidos. A autora conclui a pesquisa mostrando o cemitério como museu a céu aberto e que este pode ser utilizado como fonte de pesquisa para historiadores, alunos de escolas, assim como para a população em geral.

O trabalho de Elusta (2008) mostra ainda mais a importância do cemitério enquanto fonte histórica e ferramenta pedagógica. Reafirma a importância dos estudos cemiteriais para evidenciar os sujeitos anônimos e negligenciados pela história, possibilitando a construção de uma história vista de baixo, demonstrando que todos os indivíduos sociais são protagonistas da história.

No campo de arquitetura e urbanismo é apresentada a dissertação de Elisiana Trilha Castro, com o título *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)*, defendida em 2008, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O estudo analisa o cemitério como patrimônio cultural em função do caso do cemitério de Joinville (SC). Compreende como um cemitério pode configurar como um objeto de patrimônio cultural nas cidades contemporâneas, para tanto, reflete sobre o lugar ocupado do patrimônio funerário nas políticas de ação de preservação do patrimônio cultural, no Brasil e no mundo. Ao longo da dissertação, a autora apresenta diferentes abordagens sobre a cidade, lugar essencial para o estudo do tema, além de refletir sobre conceitos importantes com lugar, memória e monumento. Posteriormente, discute como os cemitérios foram introduzidos nas políticas de preservação do patrimônio cultural, como um dos novos objetos dessas políticas. Por fim, a autora apresenta um estudo de caso acerca do

Cemitério do Imigrante de Joinville, atentando-se para seu processo de tombamento e suas particularidades e simbologias.

O estudo de Castro (2008) é importante para pensar sobre o cemitério enquanto patrimônio histórico, artístico e cultural de uma cidade, pois é um espaço que carrega uma herança cultural e histórica muito grande para as próximas gerações. No entanto, para ser considerado patrimônio, é preciso ser legitimado por um grupo social e por órgãos públicos destinados a essa tarefa. Porém, percebe-se que o cemitério é pouco visto nesta perspectiva. Provavelmente, sua íntima relação com a morte, os tabus e os medos relacionados a ela, explica essa aversão.

Na área de memória social e patrimônio, sobressai o estudo de Elaine Maria Tonini Bastianelo, com o título *Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memória pública, étnica e arte factual (1858-1950)*, defendido em 2010, pela Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa tem por objetivo estudar os aspectos da memória social da cidade modelados nos túmulos e no espaço funerário. Busca compreender o tratamento dado ao morto ao longo da história nas sociedades ocidentais, partindo da Europa até o Brasil. No avançar da pesquisa acerca do cemitério de Bagé, a autora analisa o seu potencial para o estudo da memória da cidade, elegendo três enfoques: a memória pública, a memória étnica e a memória artefactual. A autora pensa o cemitério como um patrimônio; um bem material em que as sepulturas estão ligadas à família. Vê a cultura funerária como uma ritualização e percebe que o patrimônio funerário comporta a história das cidades. Ademais, o estudo discute acerca da memória étnica, partindo do princípio de que o cemitério também possibilita preservar a história dos povos de diferentes etnias que vieram para o Brasil. O túmulo é visto como um portador de memória. Para tanto, trabalha com os conceitos de arquitetura vernacular e arquitetura acadêmica. A primeira diz respeito às construções que representam mais a cultura, já a segunda, às construções feitas por especialistas.

Os estudos de Bastianelo (2010), além de ajudarem a pensar o cemitério como patrimônio cultural, oferecem uma maior bagagem a respeito da estrutura arquitetônica tumular. A arquitetura tumular é, sem dúvidas, um dos elementos que mais chamam atenção num espaço cemiterial, não só pelas suas formas, mas pelo que elas podem representar. No Cemitério Municipal de Botuporã, percebe-se uma diversidade na arquitetura dos túmulos, fruto de mudanças ao longo do tempo. Os

túmulos são construídos nas mais diversas formas, com variados materiais, que muito dizem sobre o grupo social que o construiu.

Na área de Ciências da Religião, o trabalho de Rogério Costa Migliorini, *Corpos mortos e vivos: as cerimônias mortuárias e as representações da morte entre católicos brasileiros*, defendido na Universidade Metodista de São Paulo (UMSP), em 2009, também auxiliou significativamente na construção deste trabalho. Sua dissertação traz um panorama das práticas católicas em torno da morte, ao longo do tempo. Com base na pesquisa bibliográfica, busca compreender as cerimônias feitas aos mortos, com foco na sociabilidade humana e interação. O autor discute os conceitos de ritos (geral, mortuários e de passagem), faz uma análise dos símbolos cristãos relacionados aos ritos da morte, desde o império romano até a época moderna. Por fim, concentra-se em rituais mortuários católicos brasileiros e contemporâneos, cujo foco é a análise dos rituais mortuários populares, do catolicismo oficial e, finalmente, o cenário cemiterial.

O trabalho de Migliorini (2009) é importante por ampliar nossa visão acerca dos rituais católicos sobre a morte. A cidade de Botuporã é predominantemente católica e entendendo que a religiosidade determina os ritos e cultos em torno da morte, compreender as práticas mortuárias católicas torna-se essencial.

Dado o exposto, percebe-se que nas duas últimas décadas, os estudos sobre o cemitério têm aumentado no Brasil. O número de estudos que tratam o cemitério como objeto pedagógico para o ensino de história vem aumentando. As pesquisas que surgiram nos últimos anos dão sinais positivos para o desenvolvimento continuado de investigações nesse campo. Percebe-se, no entanto, que essas pesquisas, tendo o cemitério como objeto, estão concentradas especialmente no eixo sul-sudeste, já que ainda são poucos os trabalhos nas regiões norte e nordeste.

Os estudos ora mencionados deram embasamento a esta pesquisa, fazendo com que fosse possível observar inúmeros aspectos possíveis de serem explorados no espaço do cemitério, especialmente como ferramenta pedagógica, visto que abordam o cemitério enquanto patrimônio, integrado à cidade; como espaço para construção de saberes históricos; como um museu a céu aberto, capaz de oferecer inúmeras possibilidades ao visitante; como um contributo importante para pensar a temática da morte enquanto evento social e cultural, com suas diferentes percepções no tempo e no espaço, tal como a necessidade do enfrentamento do tema da morte enquanto tabu; como elemento que evidencia as diferenças sociais, econômicas e religiosas pelos estudo dos túmulos.

2 O CEMITÉRIO ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA NO ESPAÇO DA CIDADE

2.1 O cemitério enquanto espaço da cidade

A cidade é o local constituído por diversos lugares e espaços, cada qual carregado de simbologias e significações próprias em convergência com as práticas cotidianas dos sujeitos que a habita. Sendo assim, ruas, praças, edifícios, cemitérios etc. são espaços construídos pela interação dos sujeitos com as significações das sociedades das quais esses sujeitos fazem parte. Para Certeau (1998, p. 173), as cidades oferecem a “capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra”.

Para chegar ao conceito de espaço, Certeau (1998, p. 201-202) faz uma distinção entre espaço e lugar. Para o autor,

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. [...] Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é o cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. O espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.

Portanto, conforme Certeau (1998), o espaço é o “lugar praticado”. O lugar de uma rua é transformado em espaço pelos pedestres que ali circulam, o lugar de uma praça pelos sujeitos que ali se relacionam. Enfim, o espaço é o lugar após a atribuição de significados pelos sujeitos sociais que o frequenta, seja de forma duradoura ou passageira. Por sua vez, Lefebvre (1976) entende que o espaço se compõe para além do seu sentido físico. Para ele, o espaço é multifacetado, com características variadas e peculiares. É o lugar do engajamento social, onde as relações sociais são reproduzidas.

Na análise do espaço, Lefebvre (1976) toma o tempo como elemento essencial. Ao tratar sobre o espaço de representação, afirma que este “se vê, se fala; o mesmo tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; - a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo” (Lefebvre, 2013, p. 100).

As representações do espaço são penetradas de saber sempre relativo e em transformação, que se vincula ao tempo e ao contexto social.

Santos (1988) pensa o espaço como parte da sociedade; nele estão presentes a cultura, a política, a economia etc. O espaço é formado por elementos diversos, naturais e artificiais, de uma sociedade. Para o autor, o espaço deve ser entendido em função do contexto temporal. Segundo ele, o espaço é formado pela história constituída por processos do presente e do passado. O espaço é, portanto, um produto social que permanece em constante construção em consequências das relações sociais (Santos, 1988; 1997).

Ao analisar o conceito de espaço desses três teóricos, infere-se que, apesar de pertencerem a escolas diferentes no campo do conhecimento, eles entendem o espaço como uma construção social ao longo do tempo.

Para Certeau (1998), “o espaço é o lugar praticado”. Logo, o cemitério é o lugar que se transforma em espaço pela interação social das pessoas que o frequentam, transformando-o e dando-lhe significações de acordo com os valores da sua sociedade. Pensar o espaço cemiterial é entender que ele contém representações culturais, econômicas, políticas etc., construídas ao longo da história de uma sociedade. Sendo assim, os espaços dos mortos falam muito sobre os vivos. Ao analisá-los, consegue-se compreender não só o significado desse espaço para uma dada sociedade, mas as relações entre os indivíduos que a compõem.

Rapoport (1982, 2013) *apud* Ribeiro (2015) fala do espaço enquanto ambiente construído em amplo sentido, isto é, ele pode ser tanto uma praça, quanto um cemitério ou um túmulo, dentre tantas outras possibilidades. Para ele, o espaço é um constructo de mão dupla, para além de passivo, ele exerce agência sobre seus usuários, ele dita regras de comportamento (Ribeiro, 2015).

2.2 O cemitério como lugar de memória

O cemitério é um lugar de reprodução simbólica do universo social e cultural de um grupo, carregado de expectativas transcendentais. Os enterramentos, de maneira geral, vinculam-se à ideia da passagem do morto do mundo material para um plano metafísico. Assim, o tratamento para com o morto se dá da preocupação de continuidade no pós-morte. Nesse espaço, carregado de representatividade e repleto de simbologias, faz-se homenagens aos mortos, determinando a existência de uma

relação com a memória. O cemitério torna-se um lugar de recusa do esquecimento, por isso, um lugar de construção de uma memória.

Na intenção da eternidade, a ausência torna-se presença com base nas mais variadas formas de preservação da memória do morto. Logo, o cemitério ocupa um lugar de memória. A memória é uma evocação do passado, a forma mais fundamental de nossa experiência no tempo. Por meio dela salvamos o passado da perda total, conservando o que jamais retornará. Nesse sentido, a memória torna o passado presente, ao mesmo tempo que registra o presente para que permaneça como lembrança. Para Ricoeur (2007), diferente da imaginação que se volta para o irreal, a memória tem por objeto a realidade anteriormente vivida, ela é uma referência do passado, é o atestado necessário para que tenhamos certeza de que realmente algo aconteceu e/ou viveu.

Ao falar de lugar de memória, busca-se o aporte teórico nas ideias do historiador francês Pierre Nora. Tal conceituação é discutida na obra *Les lieux de mémoire*, publicada entre os anos de 1984 e 1993⁶. Tal obra tem importância ímpar para a historiografia, visto que inaugura um novo método de investigação. O historiador propõe uma análise da questão nacional francesa, perpassando pela história e pela memória. Publicada em três volumes, o conceito de lugares de memória é discutido em toda a obra, baseado em discussões variadas. No primeiro volume (*A República*) o autor já discute a dimensão complexa da noção de lugar de memória. O segundo volume (*A Nação*) é marcado por uma discussão acerca dos vários tipos de memória nacional francesa, nele o autor escreve que a busca por uma unidade em torno de uma memória comum se dava por intermédio de uma memória patrimônio. No terceiro volume (*As França*s), o autor expressa “uma era da comemoração”, no qual indica que a questão da identidade da nação passa pela multiplicidade das variadas memórias dos diversos grupos que compõem a nação francesa. A obra, como um todo, discute o conceito de lugar de memória, mas é no texto de sua apresentação, (*Entre memória e história: a problemática dos lugares*) que o autor apresenta uma análise mais aprofundada dos significados do conceito.

Nora (1995) pensa alicerçado num contexto específico entre as décadas de 1970 e 1980, na França. Ele atuava como historiador e editor. Desde a década de

⁶ O primeiro tomo da obra, *La République*, foi publicado em 1984, o segundo, *La Nation* em 1986 e, finalmente, o terceiro tomo, *Les France*, em 1993 (Enders, 1993). Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1949/1088>

1960, vinha reunindo textos e propondo discussões acerca dos problemas teóricos e epistemológicos da história. Nos anos de 1970, em seu artigo *O retorno do fato*, Nora (1995) analisa a força que exerce o presente sobre os questionamentos do passado. Traz como problema central a mundialização, a democratização e a midiaticização do mundo. Nesse momento, o mundo é tratado como uma unidade, movimento facilitado pelo acesso e difusão dos meios de comunicação que, de certa maneira, alteram o tempo tornando-o mais acelerado, devido à duração do fato, que é passageiro (Nora, 1995).

Nora (1993, p. 7) conceitua esse novo tempo de “aceleração da história” e afirma que existe

[...] uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do determinado, o fim de alguma coisa desde sempre começada.

Essa aceleração da história, segundo o autor, provocou uma crise de identidade nacional francesa. Constatada tal crise, a solução seria construir um projeto historiográfico inovador, a história dos lugares de memória. O autor empreende um exame mais minucioso dos lugares em que ainda havia os resquícios da memória francesa.

Vale ressaltar, que ao cunhar o conceito de lugar de memória, Nora (1993) tinha por objetivo fazer uma crítica à aceleração da história e à conseqüente problemática da crise da memória. No entanto, o que era para ser uma crítica a uma problemática, acabou se popularizando e tornando-se sinônimo de todo e qualquer espaço que faz referência à memória.

O autor argumenta que a criação de lugares de memória está ligada à perda da memória coletiva e à necessidade de preservar a lembrança de eventos ou processos históricos significativos. Conforme Nora (1993), em uma sociedade cada vez mais moderna e em constante mudança, muitas das tradições e rituais que costumavam transmitir a memória coletiva são perdidos, o que leva à necessidade de criar lugares de memória para preservar a lembrança do passado. Portanto, os lugares de memória são criados como uma resposta à “crise da memória”, que é caracterizada pela perda de referências históricas e pela fragmentação da identidade coletiva (Nora, 1993).

Ademais, o objetivo de Nora (1993) era analisar especificamente a questão nacional francesa e suas tradições permeadas pela história, principalmente, pela memória. O próprio autor acreditava que o conceito de lugar de memória só poderia ser operacionalizado no caso específico francês. No entanto, tal conceito se universalizou, assim, o próprio autor reconheceu sua potencialidade e empregabilidade em diversos contextos, como comenta em entrevista concedida à revista *Letras Libres*, no ano de 2018.⁷

A aceleração do mundo atual, já constatada por Nora, na década de 1970, é hoje vista e sentida de forma clara em cidades pequenas e novas, como é o caso de Botuporã. Essa aceleração dificulta ainda mais a preservação da memória e, por consequência, estabelece uma crise de identidade ou, até mesmo, uma dificuldade ampla de percebê-la ou encontrá-la. Assim como na França — percebida por Nora — os lugares de memória se constituem, para essas cidades, refúgios da memória. Sendo assim, este momento atual de aceleração faz despertar a curiosidade pelos “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia [...] há locais de memória, porque não há mais meios de memória” (Nora, 1993, p. 7).

Nora (1993) escreve, partindo de uma ótica weberiana⁸, que na sociedade moderna (pós-revolução francesa e revolução industrial) houve um “desencantamento do mundo”, para usar uma expressão weberiana, em que a memória deixa de operar como a própria história. Nas sociedades tradicionais, havia uma simultaneidade entre a história e a memória; ambas se associavam à duração. A memória era aquilo que permitia ao presente se compreender enquanto campo de experiência, não havendo um agente externo entre um tempo e outro. Dessa forma, percebe-se uma substituição da memória, antes voltada para “herança de sua própria intimidade, pela película efêmera da atualidade” (Nora, 1993, p. 8). Há, dessa forma, uma contraposição entre a memória verdadeira e intocada das sociedades tradicionais com a história das sociedades atuais, condenadas ao esquecimento do seu passado. A história se sobrepôs à memória, assim, não habitamos mais a memória. “Não estamos mais dentro de uma verdadeira memória, mas dentro da história” (Nora, 1993, p. 9)

⁷ Conferir em: <https://letraslibres.com/revista/entrevista-a-pierre-nora-el-historiador-es-un-arbitro-de-las-diferentes-memorias/>. Acesso em: 13 de abril de 2022.

⁸ Para Weber, a principal característica das sociedades ocidentais dos tempos modernos é a racionalidade. Tal racionalidade tem como ponto de partida a economia, perpassando pelo campo da ciência e tecnologia. Isso se deu, principalmente, devido à necessidade de ganhar tempo em uma era em que ele tornou “acelerado”. A racionalidade provocou um desencantamento da sociedade. A sacralização, a tradição, o caráter *in natura* do mundo, deu lugar à racionalidade (Weber, 2004).

Para Nora (1993), história e memória se opõem. A memória está sempre viva, carregada por grupos vivos, estando em permanente evolução, passível da lembrança e do esquecimento. Ela é vulnerável às deformações, às variadas formas de manipulações, por isso, ao mesmo tempo é construída numa longa extensão temporária e passível de rápidas modificações. Já a história, é uma “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p. 14). A memória é um fenômeno atual vivido no presente, enquanto a história é uma representação do passado. A memória se enraíza no concreto, é o absoluto, enquanto a história só conhece o relativo.

Em diálogo com Nora (1993), vemos a concepção de Paul Ricoeur. Para este autor, a memória e a história se opõem, no entanto, não há entre elas um abismo. Para Ricoeur (2007), história e memória, apesar de distintas, são complementares e exercem uma sobre a outra uma fecundação recíproca. Para Ricoeur (2007), a história, a memória e o esquecimento são elementos distintos de uma produção de sentido sobre a experiência temporal, que se processa por meio de uma elaboração de narrativas e constituem um sentido sobre a experiência temporal humana; são, portanto, similares, complementares, porém, distintas (Ricoeur, 2007).

Percebe-se que, ao conceituar memória, Nora (1993) se aproxima das ideias de Halbwachs (2004) que define a memória como objeto de construção que pode ser lembrada por uma vivência em grupo, reconstruída e até simulada. A memória apoia-se na existência de um passado vivido e numa continuidade temporal. Dessa forma, a memória é um compartilhamento de lembranças acerca do passado, ancorado nas visões de mundo do presente. No cemitério, a memória busca sacralizar um passado daquele que não se encontra mais entre os vivos, e, nessa busca de sacralização, a memória fica suscetível às deformações e, até mesmo, às manipulações.

Assi, percebe-se a história como um discurso que opera no sentido da desnaturalização da natureza e da memória, em que ela se configura como um discurso sobre a memória; a história começa onde a memória termina. Nora (1993, p. 14) escreve: “fala-se tanto de memória que ela não existe mais”. A modernidade estabeleceu o desencantamento do mundo, assim como, produziu uma crise na tradição e uma ruptura em relação à forma como lidava com o tema da permanência. Sendo a memória próxima à natureza, a história como forma de discurso que desnaturaliza o real, que dessacraliza a natureza, tem por objeto controlar a memória,

produzir ou ressignificá-la. Como afirma o próprio Nora, “a memória é sempre suspeita para história, cuja verdadeira missão é destruí-la” (Nora, 1993, p. 9).

Portanto, o tempo dos lugares de memória é esse momento em que desaparecem as nossas vivências na intimidade da memória e passamos a viver sob o olhar de uma história reconstituída. “Os lugares de memória são antes de tudo restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (Nora, 1993, p. 12-13)

Observa-se que o panorama apontado por Nora (1993), nas décadas de 1980 e 1990, continua a apresentar-se atualmente. No contexto atual, vigora uma valorização mais do futuro, do jovem, do novo. A aceleração dos novos tempos levou o homem a olhar cada vez menos para o passado e a reconhecer os indivíduos como idênticos.

A desritualização do nosso mundo, que faz aparecer a noção [de lugares de memória] [...] Museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados processos verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos testemunhos de uma outra era, das ilusões de eternidade (Nora, 1993, p. 13)

Esses marcos testemunhais proporcionam-nos sinais de reconhecimento e de pertencimento, devido ao seu caráter nostálgico. Os lugares de memória, segundo Nora (1993, p. 13),

[...] nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres [...] sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria.

Percebe-se que essa vigilância comemorativa, apontada por Nora (1993), não é natural. Daí o sentimento da não espontaneidade, visto que, se o que se propõe a defender não estivesse ameaçado, não haveria uma necessidade de construí-lo. Os lugares de memória são formas de resistência ao aceleração do mundo, aparecem como um instrumento para proteger a memória, mantendo uma constante vigilância mediante ritos e comemorações. No cemitério, essa vigilância se mostra clara. O ato de preservar os túmulos, das visitas constantes a esses lugares, de mantê-los limpos e decorados com objetos que lembrem a vida do morto na sociedade, nada mais é que um esforço para garantir sua presença, mesmo que simbólica, no meio social. O cemitério é o lugar de recusa do esquecimento do morto, é o lugar da busca pela

eternidade. Os túmulos se tornam um lugar de memória, pois sua construção dá oportunidade do direito à memória, da tão almejada “imortalidade”.

“É dada a ordem de lembrar, mas cabe a mim me lembrar e sou eu que me lembro” (Nora, 1993, p. 17). O mundo contemporâneo se tornou extremamente arquivista, pela necessidade de tudo lembrar. Esses arquivos, ao serem guardados e explorados, não são mais memória natural, uma vez que o ato de guardá-las ou de explorá-las está imbuído de uma intencionalidade. Desse modo, ao analisar essas memórias, é preciso ter a compreensão de que elas estão ligadas a uma teia contextual nas complexas relações sociais. Nora (1993) alerta-nos, portanto, que os lugares de memória pertencem a dois domínios, “Simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecido a mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo das mais abstratas elaborações” (Nora, 1993, p. 21).

Os lugares de memória guardam uma memória não mais pura como foi no passado. Não se trata mais de um passado social formalizado, não se trata mais de um tipo específico de memória, um contínuo, uma duração permanente da experiência; esse tipo de memória já não existe mais. O que existe é uma memória que se tornou objeto de discurso, uma memória que não é artificial, mas que é produzida em função de uma articulação de interesses bastante específicos e localizados no nosso tempo.

Nesse contexto, a memória se materializou; ela não está mais no âmbito de uma experiência psíquica individual ou mesmo coletiva. A memória se materializou na forma de instituições específicas que têm por objetivo salvaguardar aquilo que tem de ser lembrado. A memória deixa de ser natureza e passa a ser dever; é preciso lembrar aos homens que eles precisam lembrar. Percebe-se, assim, que a grande função dos lugares de memória tem relação com sua natureza pedagógica, haja vista que é preciso lembrar, vencer o esquecimento. Os lugares de memória vão se constituir em função de características específicas:

São os lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (Nora, 1993, p. 21).

À vista disso, o lugar de memória é material, porque ocupa certo espaço na topografia social. Na medida em que a memória se materializou, passou a ocupar agora um novo espaço. Monumentos, museus, cemitérios, lugares específicos para prestar homenagem simbólica a certos eventos e fatos. No cemitério, o simbólico se materializa nos túmulos, no material utilizado para sua construção, nos objetos usados na ornamentação. Tudo está carregado de uma áurea simbólica que nos diz muito sobre o morto e o grupo social ao qual pertence, em vários sentidos.

O lugar de memória é simbólico. São lugares rituais que criam as condições básicas para uma experiência simbólica entre aqueles que estão vivos e aqueles que já não estão. No cemitério, ao mesmo tempo em que o simbólico se materializa, o material torna-se simbólico.

O lugar de memória é funcional, pois garante uma experiência pedagógica. Essa natureza pedagógica está no cemitério de forma total. Dessa maneira, o cemitério ensina sobre a organização social, política, econômica, cultural e religiosa da sociedade onde está inserido. Daí a importância do uso pedagógico do cemitério nas escolas, de modo que os lugares de memória se constituam, na modernidade, como os únicos lugares onde a memória ainda possa permanecer na forma de rastro. Além disso, como a única possibilidade de a memória ocupar um espaço significativo de atenção dos homens modernos. Afinal, a razão fundamental de um lugar de memória é “bloquear o trabalho do esquecimento”, “materializar o imaterial”, “imortalizar a morte”.

Segundo Nora (1993), os lugares de memória podem ser lugares dominantes e lugares dominados.

Os primeiros, espetaculares e triunfantes, imponente e geralmente impostos, quer por uma autoridade nacional, quer por um corpo constituído, tem, muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais [...]. Os segundos são os lugares de refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória. (Nora, 1993, p. 26).

O cemitério enquadra-se no segundo sentido de lugares, pois, caracteriza-se por ser um local onde a celebração da memória verifica-se de forma mais espontânea, sem uma ferrenha vigilância de uma autoridade oficial.

No cemitério, o simbolismo é materializado pelo monumento tumular e de seus elementos, em que a memória se enraíza no concreto para ganhar visibilidade. Desse modo, o cemitério deve ser lido com um lugar de memória. Ele é o espaço dedicado à construção e/ou reconstrução da memória do indivíduo dentro da sua coletividade

social. Outrossim, há no cemitério uma diversidade materializada nos túmulos em que se percebe não apenas a memória do morto ali sepultado, mas de todo um conjunto social ao qual ele pertencia. Há, portanto, uma memória coletiva. Para Halbwachs (2004), a memória é constituída por um grupo, ela está ligada a um processo social. Assim, a memória, mesmo as individuais, é construída por uma coletividade. Há uma interação mútua entre a memória individual e coletiva. O indivíduo, ao reconstruir suas lembranças, recorre a lembranças de demais indivíduos do grupo. Dessa forma, os indivíduos realizam o ato de lembrar, mas o grupo social é que determina o que será lembrado e como será.

Conforme postula Ricoeur (2007), a memória é um fenômeno tanto individual quanto coletivo. Assim, ele destaca a importância da dimensão individual da memória, ao mesmo tempo em que reconhece que a memória é construída e compartilhada em um contexto social e cultural. Sendo assim, a memória individual e a memória coletiva se entrelaçam e se influenciam mutuamente, de modo que a compreensão da memória deve levar em conta tanto o indivíduo quanto o contexto social em que a memória é construída e transmitida.

Le Goff (2013), ao conceituar memória, aponta elementos importantes para sua compreensão, segundo ele, a memória é algo a ser conquistado, construído por um grupo. Há uma necessidade dos grupos sociais em preservar sua memória, em construir sua identidade coletiva. Sendo assim, guardar e difundir os elementos de unidade desses grupos é essencial.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um objeto de poder (Le Goff, 2013, p. 475).

A memória é geradora de identidade, por conseguinte, um elo importante nessa geração, ela se torna alvo de seleções, com o objetivo de incorporar o indivíduo a um grupo por intermédio das lembranças.

Outro importante estudioso da memória, Pollak (1992), relata que há na memória há um caráter mutante, tanto para memória coletiva como para a individual. A construção da memória se dá na relação do indivíduo com o seu grupo; nesse processo, as flutuações são frequentes. O autor ainda dá ênfase para os elementos constitutivos da memória, a saber: o lugar, as pessoas e os acontecimentos. A depender do contexto em que essas memórias são abordadas, as flutuações também

podem ocorrer. As memórias podem ser abordadas de diversas maneiras: pela oralidade, pelos lugares de comemoração, pelos lugares de memória etc. Em vista disso, compreender o cemitério como lugar de memória é estar atento a todas essas implicações que o envolvem. A memória é seletiva, é individual e, ao mesmo tempo, coletiva. É constituída de sacralidade, mas, também, de racionalidade. Como afirma Nora (1993), a memória está sempre viva, em permanente evolução, vulnerável a deformações e manipulações.

O assunto da mutação da memória também aparece na teoria de Ricoeur. O autor destacou que a memória é sempre uma interpretação, uma vez que as lembranças são reconstruções do passado, moldadas pelo presente. O ato de fazer memória é uma faculdade humana que pode envolver risco de abusos, ou seja, a lembrança pode ser excessiva, seletiva ou distorcida em relação a determinados eventos (Ricoeur, 2007). Portanto, a memória pode ser manipulada por fatores como emoções, expectativas, crenças e contextos sociais e culturais.

Ricoeur (2007) também afirma que a manipulação da memória não é necessariamente negativa ou inerentemente mal-intencionada. Argumenta ele, que a lembrança sempre envolve uma seleção e um esquecimento seletivo de informações, e que essa seleção pode ser vista como uma forma de "reconstrução criativa" do passado. No entanto, o autor reconhece que a manipulação da memória pode ter implicações éticas e políticas significativas, especialmente em situações de conflito ou opressão. Nesse sentido, a memória deve ser entendida como um processo de negociação e construção coletiva, e não como uma verdade absoluta e imutável.

Se a memória é uma construção e susceptível às deformações e às manipulações, o que sustentaria essa construção, segundo Foucault (1979), seria o poder. De acordo com Foucault (1979), as sociedades modernas apresentam uma nova organização do poder que se desenvolveu a partir do século XVIII. Nessa nova organização, o poder não se concentra apenas no setor político e em suas formas de repressão, mas está distribuído pelos vários âmbitos da vida social. Pode-se perceber como o poder está expresso na própria estrutura de construção do cemitério, estampado em suas diferentes formas arquitetônicas. Essa discussão será retomada adiante, a fim de se observar o entrelaçamento entre a construção da memória e o poder.

3 LEITURA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE BOTUPORÃ: APONTAMENTOS PARA SEU USO PEDAGÓGICO

3.1 Panorama do Cemitério Municipal de Botuporã

O Cemitério Municipal de Botuporã (CMB) está situado na Praça da Saudade, no bairro Coração de Jesus, na região leste da cidade, conforme registro da Figura 2, a seguir. Ele foi construído em 1923 numa área ainda periférica da cidade.

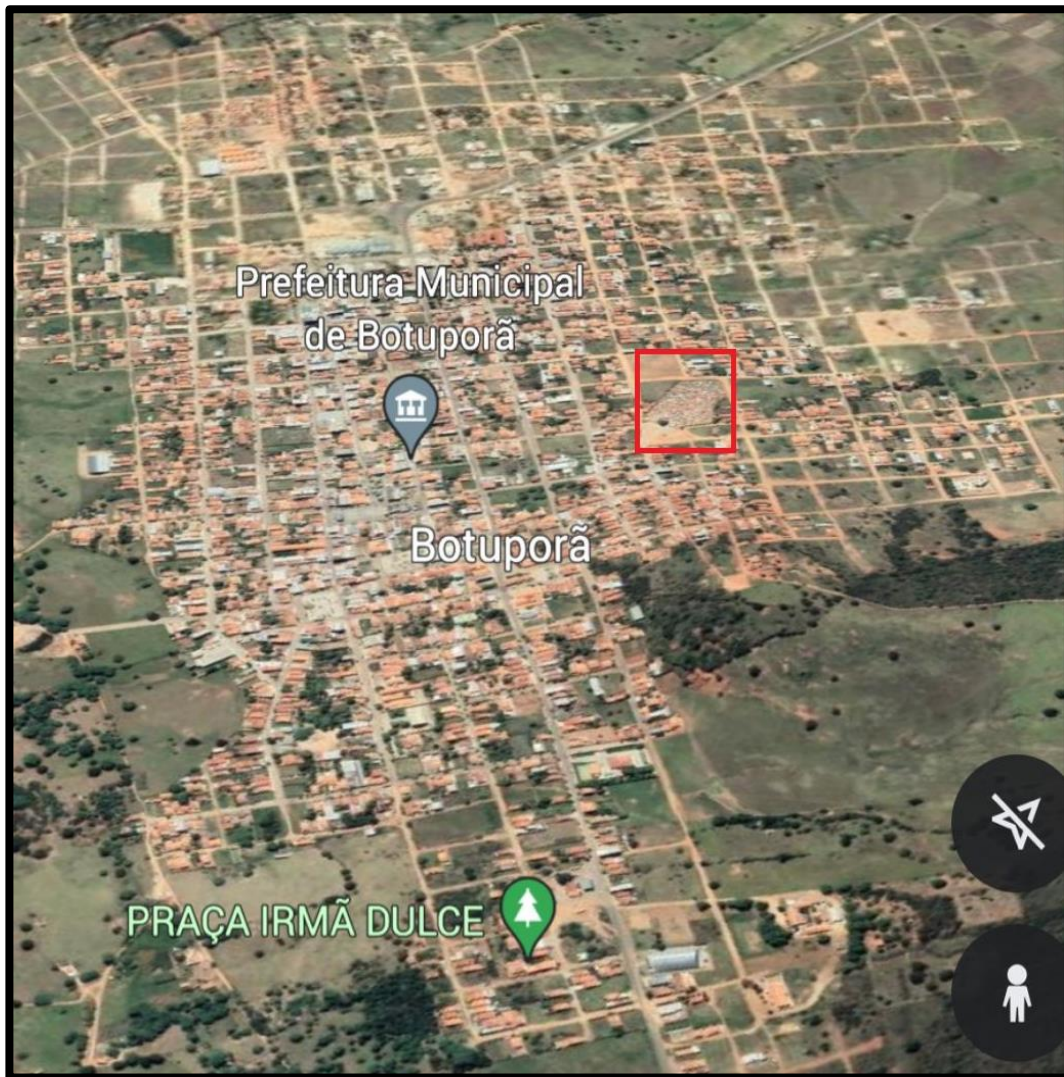
Figura 2 — Vista aérea do Cemitério Municipal de Botuporã



Fonte: acervo do autor (2022) com registro realizado por Michael Batista (2022).

O cemitério, hoje, encontra-se rodeado por casas, em decorrência do crescimento urbano das últimas décadas, como se pode observar na Figura 3, adiante. O quadrado destacado em vermelho no mapa mostra a localização do cemitério.

Figura 3 — Vista aérea da cidade de Botuporã e localização do cemitério no espaço da cidade



Fonte: Vista [...] (2022).

Até o ano de 1923, o território do atual município de Botuporã era desprovido de um local para o enterro dos seus mortos. Os sepultamentos ocorriam em antigas localidades ao seu redor, não muito próximas. Cana-Brava dos Caldeiras, distrito criado em 1840 e principal centro urbano da região do período; Lagoa Clara, distrito criado em 1822, possuidor de um cemitério desde 1878; e o distrito de São Sebastião, atual município de Caturama, que possui um cemitério desde final do século XIX. Esses eram os três lugares de destino dos mortos da Fazenda Caititu, atual Município de Botuporã (Silva, 2012).

A inexistência de um espaço para os sepultamentos dos mortos tornava o momento da morte ainda mais difícil para a família e amigos dos falecidos. Para garantir um descanso eterno, os familiares e amigos transportavam os falecidos por

longas distâncias, que poderia chegar a aproximadamente 35 quilômetros. Era uma longa caminhada marcada pelo cansaço e pela dor da perda de um ente querido.

Tais dificuldades foram sanadas no ano de 1923, quando o então bispo da Diocese de Caetité, D. Raimundo de Melo, autoriza a construção do cemitério no povoado de Caititu. Seguindo as recomendações sanitárias do período, o cemitério foi construído distante das moradias e da igreja local. Ele ficou sob a administração da Igreja até o ano de 1992, quando foi oficialmente municipalizado (Silva, 2012).

Depois de 1992, o cemitério passou por algumas reformas e ampliações. A primeira ampliação ocorre já em 1992, quando uma pequena capela foi construída, conforme evidenciado pela Figura 4, que segue.

Figura 4 — Capela do Cemitério Municipal de Botuporã construída em 1992



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Apesar de municipalizado, a Igreja Católica local continuou a ter forte influência sob a administração do cemitério, é o que nos mostra a placa, de inauguração fixada na capela, conforme Figura 5, a seguir. As placas de inauguração têm por objetivo eternizar obras e datas memoráveis, assim como os nomes daqueles responsáveis por elas. Na placa de inauguração, fixada na capela do cemitério, foram colocados os nomes do prefeito da época, Hedílio Brandão Marques, e do vigário responsável pela paróquia da cidade no período, Padre Aldo Lucchetta. A presença do nome da principal liderança católica da cidade no período é a evidência da influência da Igreja.

A capela é o único local de culto do espaço cemiterial e é de uso exclusivo da Igreja Católica.

Figura 5 — Placa de inauguração da construção da capela e ampliação do cemitério



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Na última ampliação, em 2006, assiste-se a uma reordenação do espaço do cemitério. Foi aberto mais um portão de acesso, que hoje é a entrada principal. Foi construída uma passarela de acesso do novo portão até o seu interior, além de outras pequenas passarelas, com o objetivo de organizar o novo espaço em quadras. Foram construídos, ainda, alguns quiosques para facilitar a organização do fluxo de pessoas em dias de enterro. No entanto, apesar da repartição em quadras, a construção dos túmulos dá-se de maneira desordenada, o que dificulta o acesso em seu interior.

É importante salientar alguns aspectos que geraram inquietude ao longo da pesquisa, a exemplo da falta de registros de sepultamentos, por parte da administração pública do cemitério, assim como a crescente degradação de alguns túmulos. Tais problemas estão relacionados à ausência de uma política de preservação patrimonial na cidade. A manutenção direta dos túmulos não fica a cargo da administração, mas das famílias do sepultado que, na maioria das vezes, não possui recursos financeiros suficientes para manter os túmulos em boas condições. Em muitos túmulos não é possível identificar as pessoas que estão enterradas e as respectivas datas dos sepultamentos. Nesse sentido, há certa dificuldade na reconstrução da história do CMB, conseqüentemente, da história da cidade.

Por intermédio de um registro fotográfico panorâmico é possível ao observador vislumbrar dois formatos de túmulo no cemitério municipal de Botuporã (CMB), conforme Figura 6, a seguir. Na parte mais antiga, a maioria das construções tumulares apresenta a forma de pequenas igrejas e capelas, possuem torres, lembrando a arte gótica medieval. Esses túmulos não têm cobertura e, em sua maioria, são construídos com tijolos cobertos com massa de reboco. A maior parte deles recebe revestimento de cerâmica; outra parte, apenas pintura. Na área nova, a maioria dos túmulos é coberta e eles são construídos com mármore ou granito. Observa-se que não há uma preocupação em construí-los em formato de capelas, no entanto, ainda são encontrados túmulos com essa configuração.

Figura 6 — Comparação entre os túmulos na parte antiga e na parte nova do cemitério



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

As construções tumulares em formatos que lembram igrejas e capelas indicam a sacralidade daquele local. Araujo (2006) ressalta que a partir do século XVIII — no ocidente — dois importantes motivos influenciaram a aparência dos cemitérios, como é atualmente conhecida. No primeiro, a popularização da cultura greco-romana que retoma a ideia de sacralização do morto; no segundo, a observação dos princípios higiênicos que levou as sepulturas para distante das igrejas.

Após a proibição de enterramento nas igrejas e em seus arredores, a solução encontrada foi a de construir túmulos com formatos de templos religiosos. Se não era mais possível levar os mortos para as igrejas, tornou-se possível levar a igreja até o morto, edificando seus túmulos que lembrassem a sua configuração, assim, foi

mantida a relação sacra entre os mortos e os templos. Dessa forma, com a maturação dessa nova mentalidade, inaugurada a partir do século XVIII, somada às questões higienistas, “a sepultura do defunto começou, então, a ser visitada, para oração e evocação do morto junto a Deus e aos Santos” (Araujo, 2006, p. 38).

Em Botuporã, não há registros de enterros feitos na igreja. Logo, a construção de túmulos em forma de templos não foi em decorrência da proibição dos sepultamentos nas igrejas, mas é possível que seja uma herança da mentalidade da sacralização do morto. Túmulos e templos são locais sagrados. Sendo assim, o que se assiste nesse caso é uma reprodução de tendência de outros cemitérios.

Outro fato a se destacar no Cemitério Municipal de Botuporã é a evolução dos materiais utilizados na construção dos túmulos. Nas construções mais antigas, predomina o uso de tijolos ou blocos, revestidos de reboco ou chapiscos. A partir da década de 1970, já se encontram alguns túmulos revestidos com cerâmica ou azulejos, nas duas décadas posteriores, o uso desse material aumentou gradativamente. A partir dos anos 2000, o uso do mármore e do granito passa a prevalecer, apesar de continuar sendo comum o uso do revestimento cerâmico.

O uso de cerâmica ou azulejos nas edificações tumulares (Figura 7), muito provavelmente, se dá pelo fato de ser uma opção mais barata do que o mármore e o granito, além de ser um produto durável. Em muitos casos, as cerâmicas ou azulejos utilizados são sobras de materiais de construção de outros serviços. Percebe-se nesse caso, que o uso da cerâmica é mais uma forma de resistir às barreiras econômicas relacionadas à conservação da memória do morto, comprovando, com isso, a preocupação cotidiana com a questão da memória dos entes queridos que já se foram.

Figura 7 — Evolução do material usado nas construções tumulares no Cemitério Municipal de Botuporã



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Nos últimos anos, é possível perceber uma nova forma arquitetônica dos túmulos no CMB. Em meio a edificações imponentes, encontra-se uma quantidade razoável de construções baixas, revestidas de mármore ou de cerâmica, com um tapete de grama, usualmente artificial, sobre sua superfície (Figura 8).

Figura 8 — Nova forma arquitetônica dos túmulos no Cemitério Municipal de Botuporã



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Uma hipótese que deve ser levada em consideração é de que esse novo movimento arquitetônico, presente no CMB, pode configurar-se como mais uma forma de preservar a memória do morto sem muitos gastos. Esse tipo de túmulo caracteriza-se por usar menos material do que os túmulos mais tradicionais, o que torna a sua construção mais barata e acessível.

Ao analisar a arquitetura tumular, seus materiais e formas; observam-se alguns jazigos com características peculiares, como o caso do popularmente conhecido “túmulo bizantino” (Figura 9). O monumento é assim conhecido por alguns habitantes da cidade por acreditarem haver semelhanças com os túmulos do cemitério de Santa Isabel (Figura 10), da cidade de Mucugê, situada na região da Chapada Diamantina, Bahia. O cemitério Santa Isabel é conhecido popularmente como bizantino, pelas terminações arredondadas de seus túmulos e pela semelhança com as cúpulas brancas do Mar Egeu, feitas durante o Império Bizantino, entre os séculos X e XI.

O túmulo “bizantino” encontra-se na parte antiga e é datado de 1953. Suas terminações arredondadas são semelhantes ao cemitério de Santa Isabel. No entanto, a sua arquitetura não se caracteriza como uma arte bizantina, embora esteja assim consolidado no imaginário popular. O que torna o túmulo icônico são as formas singulares de sua construção. Apesar de seguir um padrão regional, de modelo escalonado e de utilizar material de alvenaria, o monumento apresenta sua particularidade nos detalhes ornamentais, como cúpulas arredondadas em suas terminações e a gravura de algumas formas não encontradas em outros túmulos.

Figura 9 — “Túmulo Bizantino” do Cemitério Municipal de Botuporã



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Figura 10 — “Túmulo Bizantino” do cemitério de Santa Isabel da cidade de Mucugê



Fonte: (Assunção, 2019, *on-line*)

Há outro túmulo com características semelhantes àsquelas do estilo “bizantino” (Figura 11), datado de 1968. O jazigo encontra-se na área antiga do cemitério e possui uma cúpula em sua estrutura. No entanto, predominam linhas retas e com uma altura menor. Apesar de não se destacar aos olhos da população botuporãense, este também é um túmulo com características singulares, se comparado aos demais túmulos do CMB.

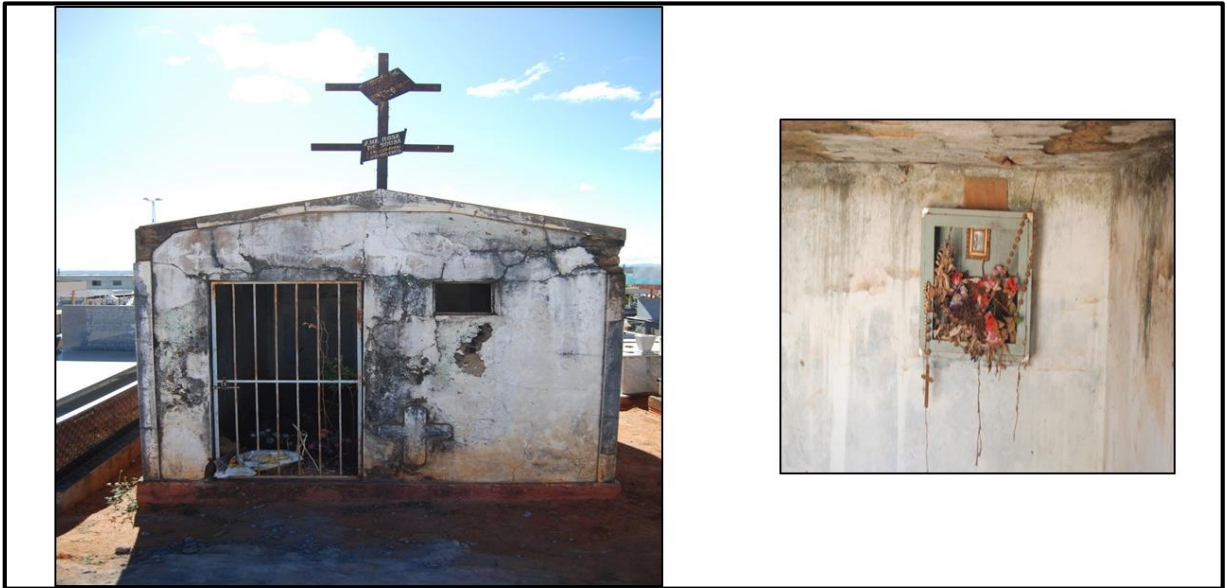
Figura 11 — “Segundo túmulo bizantino” no Cemitério Municipal de Botuporã



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Outro túmulo que também apresenta uma arquitetura peculiar, é o jazido onde estão sepultados Ana Rosa de Souza, falecida em 1983 e Alcebides José de Souza, falecido em dezembro de 1986, pois é o único em que o formato imita uma pequena capela (Figura 12).

Figura 12 — Túmulo no formato de uma pequena capela no Cemitério Municipal de Botuporã



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Aparentemente, as vantagens desse formato de túmulo é a privacidade que a família do morto tem ao visitá-lo, assim como a proteção do sol e da chuva dos objetos que ali são colocados. Contudo, Cymbalista (2002, p. 89-90) afirma que

Se trata mais de uma alegoria de privacidade do que da privacidade propriamente dita [...] [são] raríssimas as capelas totalmente opacas, elas quase sempre têm espaço de transparência, vidros, orifícios pelos quais se pode perceber o que se passa do lado de dentro.

Cymbalista (2002) chama a atenção para a publicidade do culto aos mortos. O culto deve ser público, por isso, os espaços para a vista do lado de dentro. O túmulo presente no cemitério de Botuporã possui uma porta e uma pequena janela, ambas em forma de grade, o que possibilita a vista do seu interior. Tem uma estrutura simples, visto que foi construído com tijolos, revestido de reboco e piso de terra. Em seu interior, encontram-se imagens de santos, terços e flores, remetendo à cultura cristã.

Outro fator importante no túmulo mencionado, refere-se a sua área ocupada, pois seu tamanho destoa do padrão. Ele ocupa uma área de aproximadamente 3,5

metros de comprimento e 2,5 de largura, por isso, maior que a maioria dos túmulos. Segundo o setor público municipal, responsável pela administração do cemitério, o tamanho padrão do lote vendido pelo município corresponde a uma área de 3 metros de comprimento por 2 metros de largura. Contudo, em sinal de uma superlotação, são disponibilizados tamanhos menores. Com relação aos túmulos maiores, que fogem do tamanho padrão, a explicação advém do fato da família do morto comprar dois ou mais lotes.

Há túmulos ainda maiores no CMB. O maior deles fica situado na parte nova do cemitério, pertence à família Castro (Figura 13), tem aproximadamente 8 metros de comprimento por 3,5 metros de largura, ocupando uma área maior que dois lotes. Nele estão enterrados três membros da família, sendo o primeiro sepultamento datado de 2015.

Figura 13 — Túmulo da família Castro. Maior túmulo do Cemitério Municipal de Botuporã



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Percebe-se, também, na arquitetura tumular do CMB a reprodução da arte tumular egípcia (Figura 14). De acordo com Borges e Castro (2022), os monumentos funerários brasileiros sempre procuraram, dos mais simples aos mais elaborados, representar a estética da arte egípcia. Conforme as autoras, no século XX, houve a construção de diversos monumentos funerários brasileiros que receberam a denominação de "neoegípcios", caracterizados pela incorporação de elementos da arte funerária do Antigo Egito. Um desses elementos destacados é a forma piramidal,

o que prevalece no Cemitério de Botuporã. Tais túmulos encontram-se na parte antiga do cemitério; eles apresentam uma estrutura simples, construída com material de alvenaria, alguns já apresentam sinais de deterioração pela passagem do tempo e pela falta de políticas de preservação desses monumentos.

Figura 14 —Túmulos com elementos da arte egípcia no Cemitério Municipal de Botuporã.



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Segundo Borges e Castro (2022), muitos elementos egípcios são encontrados em túmulos luxuosos de pessoas ligadas à Maçonaria, que recorre com constância ao uso da pirâmide como símbolo da alma perfeita e da imortalidade. Na cultura popular, temos os túmulos mais simples, segundo as autoras, a influência egípcia também se faz presente, e pode estar relacionada à simbologia da eternidade. No cemitério de Botuporã, os túmulos com elementos egípcios são construções simples. Não temos condições de afirmar, no momento da pesquisa, a ligação dos sepultados com a Maçonaria. Contudo, é observável que a arquitetura tumular botuporaense tem, em alguns túmulos, a influência da arte milenar egípcia, possivelmente na busca da eternidade, na crença da continuação no pós-morte.

De forma geral, a arquitetura tumular do CMB insere-se no que Borges e Castro (2022) chamam de arquitetura funerária popular. Tal arquitetura não dispõe do acesso de empresas especializadas, de recursos materiais caros e complexos projetos arquitetônicos. No entanto, a engenhosidade dos construtores — na maioria das vezes, pedreiros que já prestaram algum tipo de serviço às famílias — atendem as necessidades em reproduzir os valores da família do morto, fazendo dessas

construções um espaço repleto de simbologias. São construções simples, de baixo custo, que em função da experiência empírica seguem determinados modelos, de acordo com as condições locais. Contudo, em que pese o predomínio de uma arquitetura funerária popular, é possível encontrar um número considerável de túmulos (principalmente na parte nova do cemitério) que foram construídos com materiais caros, inclusive, por marmorarias especializadas.

Ao traçar um breve panorama do Cemitério Municipal de Botuporã, considerando-se a sua origem, arquitetura dos túmulos e outras informações que envolvem sua construção, ficam evidentes as inúmeras possibilidades de uso do cemitério como ferramenta pedagógica. Afinal, elementos arquitetônicos podem reforçar, modificar ou mesmo destruir organizações sociais já constituídas.

A evolução da arquitetura tumular, acompanhando as tendências de enterramento e o contexto de cada período, pode ser um dos elementos a ser explorado por professores de História e de outras áreas. É possível explorar, junto aos alunos, aspectos da religiosidade e sua influência cristã pela observação dos elementos que ornaram os túmulos, além da sua própria construção, algumas vezes, em formato de capela. A monumentalidade de alguns túmulos em contraste com outros muito simples pode gerar diversos debates sobre fatores econômicos e sociais, posto que, como único cemitério da cidade, pobres e ricos são enterrados em um mesmo lugar. Passemos a algumas questões.

3.2 “Aqui somos todos iguais”

No ano de 2021, o cemitério passou por uma limpeza e seus muros receberam uma nova pintura. Na parte frontal do muro, entre os dois portões de entrada, foi grifada a seguinte frase: “Aqui somos todos iguais” (Figura 15).

Figura 15 — Frase escrita na parte frontal do cemitério



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

A frase grifada pelo poder público municipal reforça o imaginário popular referente à igualdade no pós-morte. A afirmação deixa escapar uma visão conformista e velada de que, se no mundo dos vivos a igualdade social, econômica, cultural é negada, no mundo dos mortos todos, indistintamente, alcançam a igualdade.

Cupper (2009, p. 73), ao fazer uma comparação entre a cidade e o cemitério, elucida que:

[...] diferentemente da cidade [mundo dos vivos] que usa os meios de comunicação para desmascarar as desigualdades, e os desvios do poder público que trabalha em favor da reprodução do capital, no cemitério, por estar sua construção associada a mitos e ao interdito, e, por ser segregado pela própria cidade e seus consortes, não é enfatizado a desigualdade nele expressa em forma de cal, cimento, mármore, ferros, vidros.

Entendendo a memória como uma construção e susceptível às deformações e às manipulações, retoma-se aqui as ideias de Foucault (1979), de que o poder é a base de sustentação de toda essa construção. De acordo com o autor, a partir do século XVIII, as sociedades modernas passaram a apresentar uma nova organização do poder. O poder fragmentou-se em micropoderes e se tornou muito mais eficaz. Explica ele: “Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que se podem exercer na sociedade” (Foucault, 1979, p. 181).

Sendo assim, as relações de poder não se reduzem à dimensão econômica ou à esfera do Estado. Para Foucault (1979), as estruturas de poder extrapolam o Estado

e permeiam, ainda que de forma difusa e pouco evidente, as diversas práticas sociais cotidianas. Adotando essa perspectiva de análise, conhecida como microfísica do poder, ele afirma que “o poder está em toda parte, não porque englobe tudo [e sim] porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1976, p. 89).

Foucault (1976) mostra as estruturas veladas do poder. autor dessa forma, insistiu numa ideia característica de toda sua obra: a forte correlação entre saber e poder.

Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha "ao compasso da verdade" – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos. A produção de discursos "verdadeiros" (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente. A história da "verdade" (Foucault, 1979, p. 231, grifos do autor).

Para Foucault (1976), os valores sociais são aprovados historicamente em função de interesses relativos ao poder na sociedade. Na sua visão, este não seria um poder essencialmente repressivo, mas, antes um poder criador, no sentido de que produz a realidade e seus conceitos. Segundo ele,

É preciso cessar de sempre descrever os efeitos do poder em termo negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “discrimina”, “mascara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz: produz o real; produz os domínios de objetos e os rituais de verdade (Foucault, 2004, p. 218, grifos do autor).

Foucault (2004) nos ajuda a perceber, portanto, que há relações de poder onde elas não eram normalmente percebidas. Esse poder, tal como o filósofo o concebe, não equivale à dominação, à soberania ou à lei. É um poder aceito porque está associado ao conceito de verdade.

Assim sendo, o poder encontra-se em múltiplos espaços, sendo o tempo todo fortalecido por uma memória coletiva que acredita fielmente nos saberes propagados. Se o poder, suas relações e saber andam lado a lado, é inevitável não falar nele quando tratamos de lugares de memória, a exemplo dos espaços cemiteriais. Nesses lugares, a memória é resultado das relações de poder. Para Foucault (1972), o poder, além de eleger e regular as lembranças, é responsável por fabricá-las. Em vista disso, o poder produz diversas memórias e orienta o indivíduo a um modo de viver dentro de um determinado contexto histórico e social. O poder determina o que deve ser lembrado e esquecido.

Ao observarmos as memórias constituídas nos cemitérios, avista-se que os vivos exercem um poder, ao determinarem o que deve ser lembrado e o que não deve ser lembrado do morto. E, ainda, que essa determinação está ligada a uma rede de poder maior, baseada em sentidos e saberes que define o que o sujeito vivo escolhe para ser lembrado ou não lembrado do morto (Foucault, 1972; 1979; 2004).

Se no imaginário paira a sensação de igualdade, na concretude do espaço, a desigualdade está estampada e pode ser lida. A apropriação do enunciado pelo poder público tenta reforçar a suposta igualdade no mundo dos mortos e convida o leitor a imaginá-la também na sociedade.

Conforme Souza (2010, p. 106), “A morte possui o poder de unir as diferenças, ao mesmo tempo em que faz com que elas sejam exaltadas e louvadas na arte e construção funerária”. Bellomo (2000, p. 13) argumenta que

[...] os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes sociais [...]. A morte igualitária só existe no discurso, pois, na realidade, a morte acentua as diferenças sociais. As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas sócio-econômicas e ideológicas.

O Cemitério Municipal de Botuporã é um espaço misto. Todos os mortos da cidade encontram-se nele enterrados: ricos e pobres, brancos e pretos, cristãos e não cristãos, pessoas de certa notoriedade e “desconhecidas”. Segundo Rezende (2007), os cemitérios mistos são características de cidades pequenas — caso de Botuporã — onde a mistura entre os diversos grupos deixa mais evidente a desigualdade. No cemitério Municipal de Botuporã, a desigualdade fica evidente na arquitetura tumular. Identifica-se que muitos túmulos são construídos com material de mármore ou granito, outros são marcados apenas por grades, muitos possuem apenas cruces com o nome do sepultado e data de nascimento e morte. Os marcadores da desigualdade vão se revelando à medida que observamos o espaço cemiterial, conforme Figura 16, a seguir.

Figura 16 — A desigualdade social evidenciada pelos materiais utilizados na construção dos túmulos



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

A frase que chama a atenção dos transeuntes “Aqui somos todos iguais” é encontrada em muitos cemitérios espalhados pelo Brasil. Os historiadores Beraldo e Tot Pinto (2021), autores do livro *Aqui somos todos iguais*, mapearam 46 pontos de visitação dentro do cemitério da Saudade, em Piracicaba, São Paulo. O sugestivo nome do livro está estampado em latim — “*Omnes símiles sumus* — no pórtico do referido cemitério. Dentre muitos ilustres ali sepultados, o local abriga o túmulo do presidente Prudente de Moraes. Na capa da obra está estampada a foto da monumentalizada fachada do cemitério (Beraldo; Tot Pinto, 2021). Conforme Cachioni (2002), o arquiteto italiano Serafino Corso, proveniente de Gênova, projetou diversas construções em Piracicaba, dentre elas o cemitério da Saudade de estilo neoclássico, datado de 1906.

A ideia de igualdade no pós-morte figura em muitas fachadas de cemitérios espalhados pelo Brasil, quer no monumentalizado cemitério da Saudade, de Piracicaba, quer em modestos cemitérios, como o de Araçoiaba (Figura 17), Pernambuco, conforme Moraes (2020), e no cemitério de Nova Cantú, no Paraná, palco *sui generis* de um duelo à moda antiga que levou à morte, no ano de 2014, dois ex-amigos (O Duelo [...], 2014, *on-line*).

Figura 17 — Cemitério de Araçoiaba em Pernambuco



Fonte: (Moraes, 2020, *on-line*)

Construções cemiteriais das mais diversas, monumentalizadas e modernas de estilo mais *clean* ou cemitérios públicos simples, muitas vezes mal-cuidados, fazem parte da paisagem brasileira. Se a morte em sua essência iguala a todos indistintamente, porque todos morrem, o cemitério cria uma memória diversa, que nada tem de igual.

Rodrigues (2006, p.17), citando o filósofo Jankélévitch (1954, p. 55-56), afirma:

Morrer não é tornar-se outro, mas vir a ser nada ou, o que quer dizer o mesmo, transformar-se em absolutamente outro, porque, se o relativamente outro é o contraditório do mesmo, se comporta em relação a este como o não ser em relação ao ser.

A morte faz do ser um não ser, pois, é a morte seu outro lado — o deixar de existir. Se o medo de deixar de existir é constante durante a vida, no pós-morte esse medo não cessa. O medo de vir a ser o nada, o vazio, leva as pessoas a buscarem variados mecanismos para garantir que o morto continue a existir no meio social. Preservar a memória é a única garantia do ser não vir a ser um nada. No entanto, diante das circunstâncias sociais e econômicas, o direito à memória não é assegurado de igual modo para todos.

Apesar do cemitério de Botuporã ser um espaço público, e o único da cidade, há limites de seu uso para os despossuídos. Apesar de não ser cobrada uma taxa para sepultamento, a concessão pela posse perpétua⁹ do terreno utilizado só se efetua mediante o pagamento de uma taxa ao município. Entretanto, o pagamento dessa taxa não garante o imediato direito de construir o monumento tumular, apenas o enterramento. Para erguer o túmulo, é necessário o pagamento de uma segunda taxa mediante a qual a Prefeitura expede um alvará municipal. Cabe a reflexão, portanto, sobre a automática ligação entre cemitério e memória, vez que aqueles que não conseguem pagar as devidas taxas estão fadados a não terem a memória garantida por meio do túmulo.

Conforme reza a Constituição Federal (1988), em seu artigo 1º, um de seus fundamentos é assegurar a dignidade da pessoa humana. Em seu capítulo 2, dos Direitos Sociais, a Constituição assegura o direito aos desamparados (Brasil, 1988, Art. 1º). Contudo, a regulamentação dos enterramentos é feita pelos municípios, cujo dever é assegurar o *jus sepulchri* (direito à sepultura). Afirma Araujo (2016, *on-line*, grifos do autor):

'Jus Sepulchri', em síntese, é o direito a ser sepultado, direito de permanecer sepultado, direito à sepultura ou direito sobre a sepultura e direito de sepultar. É um direito subjetivo de todo homem que decorre da dignidade do ser humano, perante seus semelhantes e perante Deus. Esta dignidade (atributo da ordem moral) é garantida pelo direito natural e encontra-se no direito positivo em decorrência da atribuição da personalidade jurídica a cada ser humano nascido com vida, independentemente de qualquer outro requisito formal.

De acordo a administração do CMB, a sepultura em que a posse do terreno não foi adquirida de forma permanente pela família do morto, depois de um período é considerada como abandonada, podendo o poder público não só permitir o enterramento de outra pessoa, como também conceder a posse do terreno de forma permanente à família dessa pessoa. Dessa forma, aqueles que não dispõem de condições financeiras suficientes para aquisição da posse permanente do terreno, podem ficar fadados à perda da memória.

Após a aquisição do terreno permanente, o que não acontece sempre, a família do morto torna-se responsável pela manutenção da sepultura. Caso a família não tenha condições financeiras suficientes para aquisição do alvará e, por conseguinte,

⁹ Ao adquirir a posse perpétua, ou cova perpétua, a família do morto passa a ter o direito à posse permanente do espaço da sepultura.

condições de erguer o monumento tumular, a sepultura corre o grande risco de desaparecer. Dessa maneira, salvaguardar a memória do morto vai muito além de adquirir a posse permanente de uma sepultura, apesar de garantir a permanência do corpo ali enterrado, é preciso ter condições financeiras para construir o túmulo. A Figura 18, adiante, permite visualizar um amontoado de cruzes num espaço recuado ao fundo do cemitério.

Figura 18 — Amontoado de cruzes no interior do cemitério



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Diante da imagem ora apresentada, podemos levantar algumas hipóteses: é possível que elas tenham sido substituídas por novas cruzes pela própria família; é plausível, ainda, que um túmulo tenha sido erguido após o enterramento, quando se teria demarcado o local apenas com a cruz. Levando em consideração que muitas famílias não conseguem pagar as taxas para a aquisição do terreno permanente e para a construção do túmulo, é provável, ainda, que essas cruzes tenham sido retiradas para ceder o espaço a outras famílias. Há uma terceira possibilidade, parte dessas cruzes são de covas perpétuas em que a família do morto não conseguiu a devida manutenção. Mais uma vez, levando em consideração as informações da administração do cemitério, a desigualdade econômica do mundo dos vivos está refletida no espaço cemiterial. Aqueles excluídos no mundo dos vivos continuarão a ser excluídos no mundo dos mortos, agora submetidos a uma exclusão eterna. Conforme Rodrigues (2006, p. 89, grifos do autor),

A duração da vida da individualidade não é a mesma para todos [...] certos mortos privilegiados permanecem nomeados e identificados, às vezes são

transformados em gênio, santificados ou divinizados. A dor provocada pela morte e os ritos que acarreta dependem do tipo de individualidade do morto, ou seja, de seus status em relação aos sobreviventes: depende de ele ser 'próximo', 'íntimo', 'amado', 'respeitado', 'familiar', 'único', 'representativo', 'insubstituível' – qualidades que os poderosos procuram atrair sobre si. Consequentemente, a desigualdade do mundo dos vivos se traduzirá em desigualdade no mundo dos mortos, mesmo que no além as relações de forças sejam miticamente alteradas: “os últimos serão os primeiros”, “é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha que um rico entrar no reino dos céus”.

Apesar do discurso de alterações de forças ou da suposta igualdade no mundo dos mortos, a prática no cemitério de Botuporã confirma a continuação das desigualdades após a morte, desdizendo a frase que estampa seu muro: “aqui somos todos iguais”. Enquanto os mais abastados erguem verdadeiros monumentos tumulares para preservar a memória e o *status* dos seus entes queridos, outros nem se quer conseguem ter o direito de manter marcados os lugares onde seus entes foram enterrados. A cruel desigualdade do mundo dos vivos se reflete na preservação da memória no mundo dos mortos, fazendo com o que a memória de muitos seja relegada ao apagamento, enquanto a memória de outros seja estampada em túmulos especiais, muitas vezes, monumentalizados.

Muitas famílias, pouco abastadas de Botuporã, por vezes, constroem, com muita dificuldade financeira, túmulos para seus entes queridos, demonstrando preocupação em preservar a memória do morto da melhor maneira possível. Trata-se de uma forma de resistência na esperança de não deixar de existir, de o morto continuar na materialidade do túmulo.

Ao ter consciência da morte como a negação da existência, os humanos produziram em torno dela uma série de representações que vão muito além de questões higiênicas ou utilitárias. De acordo Rodrigues (2006, p. 20), “trata-se de uma obrigação moral e da necessidade de exprimir alguma coisa. Trata-se de reconhecer no corpo o seu valor expressivo, porque o corpo humano morto não pode ser considerado como um cadáver qualquer”.

Os rituais envolvendo a morte são eventos sociais. A morte vai além de uma destruição do estado físico do ser. É também a destruição de um ser que interage. Nesse sentido, o vazio da morte é sentido como vazio interacional, que atinge uma globalidade social (Rodrigues, 2006).

Nesse sentido, as preocupações e os rituais em torno da morte, em uma sociedade, comunicam o medo do fantasma do aniquilamento. Conforme Rodrigues (2006), os rituais funerários são momentos de transição do desespero e da angústia

à esperança. Na esperança do ser não se tornar um nada, marca-se sepulturas, constrói-se monumentos tumulares suntuosos, enfim, edifica-se lugares de memória. Nora (1993, p. 13) reforça que

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar datas, porque essas operações não são naturais [...] sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria.

Entre o apagamento da memória, que não é espontânea, e a sua construção, resta ao morto o espaço tumular, o que permite, em certo sentido, sua presença na sociedade. Ciente disso, no intuito de garantir uma morte digna, de um local para ser sepultado e salvar a memória, muitas pessoas, ainda em vida, juntam recursos para o momento da morte; muitas compram planos funerários parcelados. Em outros casos, as famílias preferem o endividamento à perda da memória dos seus entes queridos, buscando empréstimos em bancos ou com particulares.

Entre o discurso da igualdade e a prática cotidiana da desigualdade há um abismo gigantesco. Fatores econômicos e sociais estão intimamente ligados às variadas formas do morrer — do continuar sendo, por intermédio do túmulo, ou do deixar de ser, quando não se tem direito ao túmulo de modo permanente. Entender essa dinâmica, compreender os discursos de poder e memória na sociedade são a base de uma educação inclusiva, eficiente, capaz de formar um aluno cidadão, consciente do seu lugar na sociedade e do seu papel de agente transformador da situação posta.

Da atestada negação do conteúdo da frase estampada no muro do cemitério de Botuporã — Aqui somos todos iguais — percebe-se que uns são mais iguais que outros, é o que ficará demonstrado a seguir.

3.3 Entre iguais e desiguais

Ao adentrar no cemitério pelo atual portão principal, o primeiro túmulo que se avista é o de Hedílio Brandão Marques (1951-2013), conhecido popularmente como “Dr. Tila”. Ele é filho do primeiro prefeito da cidade, Alípio Marques. Dr. Tila foi eleito prefeito por quatro vezes (1989-1992; 1997-2000; 2001-2004; 2013-2013). O último mandado, iniciado em 2013, teve duração de apenas sete meses, sendo interrompido por sua morte repentina no dia 04 de agosto de 2013. Chama a atenção do visitante

o lugar ocupado por seu túmulo: um destacado espaço na entrada do cemitério, como que demarcando o seu lugar na sociedade enquanto vivo (Figura 19).

Figura 19 — Túmulo de Hedílio Brandão Marques



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

É interessante refletir sobre a divisão espacial no cemitério e sua relação com a preservação da memória, conforme Certeau (1998). Para o autor, o lugar praticado é lugar que ganha significações diante da interação social e de interesses individuais e coletivos. Nesse sentido, a distribuição e organização espacial do cemitério podem suscitar certo apagamento ou reforço da memória. Túmulos à entrada do cemitério e em lugares mais à vista do transeunte convidam-nos ao olhar mais atento, diferentemente dos túmulos erguidos nas regiões periféricas e marginais do cemitério.

Na lógica da leitura do espaço, o túmulo do Dr. Tila, construído na entrada do cemitério, ao lado da principal via de acesso, é o mais visto. Conseqüentemente, sua memória é reforçada, reavivada, todos os dias pelos botuporãenses que visitam o cemitério.

A elegante construção tumular ocupa um terreno de aproximadamente 1,8 metros de largura e 3,3 metros de comprimento, equivalente a um lote padrão do CMB. O túmulo possui um estilo moderno, construído todo em mármore negro, coberto por uma estrutura metálica. Nele, estão grafados, em bronze, seu nome civil — Hedílio Brandão Marques — e seu nome popular — Dr. Tila. Os materiais utilizados em seu túmulo denunciam o seu poder econômico e político frente à sociedade botuporãense. Como vem sendo apresentado, o material utilizado no túmulo é um dos elementos claros da distinção social. Os túmulos feitos em mármore tendem a ser mais caros

que os feitos com alvenaria e cobertos com azulejos ou cerâmicas. A utilização do bronze para grafar seu nome — civil e popular — e para emoldurar a sua fotografia é outro elemento essencial para se compreender sua posição social, assim como sua importância na construção da memória botuporãense.

Dr. Tila é reconhecido por ter feito grandes obras no município. Dentre as principais do seu governo em seu primeiro mandato (1989-1992) pode-se citar a implementação do sistema de abastecimento de água, proveniente da barragem do Zabumbão, situada na cidade de Paramirim; a construção da primeira creche municipal e da primeira quadra poliesportiva; implementação do funcionamento da secretária de saúde durante 24 horas; e construção de casas populares. Em seu segundo mandato (1997-2000), destaca-se a criação do Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães;¹⁰ implementação de pavimentação asfáltica entre Caturama/Botuporã; urbanização da Praça Acúrcio José de Oliveira e da Praça José Marques das Neves; além da Criação da escola infantil Fausto Oliveira. Em sua terceira passagem como prefeito da cidade (2001-2004), destacam-se a construção do Centro Cultural Durval de Oliveira; do Estádio Municipal de Botuporã; a criação do Centro de atenção Psicossocial (CAPES); e asfaltamento, ligando Botuporã/Tanque Novo (Silva, 2012). Evidenciam-se, também, dentre toda a sua passagem enquanto prefeito da cidade, os programas de assistencialismo na saúde, como distribuição gratuita de remédios, pagamento parcial ou total de receitas médicas e de exames particulares, quando não cobertos pelo SUS¹¹, para pacientes com carência financeira.

Importante lembrar, ainda, que foi em seu mandato (1989-1992) que o cemitério foi municipalizado, ano de 1992. Dr. Tila foi responsável pela ampliação do espaço cemiterial e pela construção da capela. Seu nome está estampado na placa de inauguração da capela, conforme Figura 5. Hedílio foi um político muito conceituado e influente em sua região. O informe de sua morte repentina causou grande comoção e foi noticiado em vários veículos de comunicação do estado da Bahia. No meio digital, muitos jornais *on-line* fizeram reportagens sobre sua morte, sempre exaltando a sua importância política para a região. Em reportagem ao jornal Folha do Vale, João Miguel escreveu que “Dr. Tila era considerado um dos políticos mais influentes da região do Vale do Paramirim, sendo chefe do executivo municipal por vários mandatos” (Miguel, 2013). O *site* Focando em Você, escreveu que “a amizade de Tila

¹⁰ Hoje, Colégio Estadual do Campo de Botuporã.

¹¹ Sistema Único de Saúde, denominação do sistema público de saúde brasileiro.

com as lideranças políticas da região era enorme” (Cardoso, 2013). O jornal O Eco informou que em seu velório compareceram diversas autoridades regionais e estaduais, ainda salientou a comoção popular na seguinte passagem: “Emocionados, conterrâneos e amigos levam o seu abraço aos familiares e se despedem do líder. [...] De acordo com o pessoal de apoio, cerca de três mil pessoas aguardavam no local e do lado de fora para participarem do velório” (Muita Tristeza [...], 2013, *on-line*). Homenagens a Hedílio também foram feitas pela Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) por meio de uma moção de pesar, pelo então deputado Nelson Leal. Na moção nº 15.993/2013 registraram-se as seguintes palavras:

[...] DR. HEDÍLIO, era querido e admirado pela população daquele município, por sua postura íntegra. Bom médico, dedicado às causas humanitárias, generoso, fazia questão de atender gratuitamente a maioria dos seus pacientes, porque gostava da profissão de médico que exercia. [...] Sua gestão foi pautada pela bondade e amor ao próximo, no trato interpessoal, pois não sabia dizer NÃO a quem lhe procuravam, seja a que tempo fosse. Por sua simplicidade, generosidade, seriedade e sobretudo, por sua competência na administração pública, sempre foi admirado e respeitado por toda a região, tendo demonstrado sempre o maior respeito à ética e cidadania [...] (Bahia, 2013, *on-line*).

A figura de médico do povo e de político que pensava a cidade, e por ela trabalhou de forma incansável por muito tempo, reforça o culto à memória de Hedílio na sociedade. É inegável seu posto de herói da cidade. Como comprova o depoimento do vice-prefeito, Otaviano, às vésperas de assumir o lugar de Hedílio quando da sua morte. Disse ele: “Sou consciente da tremenda responsabilidade que é ser prefeito da cidade de Botuporã” (Muita Tristeza [...], 2013, *on-line*). Mais do que assumir o posto de prefeito, pesava a carga do que representava a imagem de Hedílio para a cidade e região, um herói. O culto ao herói está presente em diversas sociedades.

O culto aos mortos era uma obrigação das mais caras que os gregos antigos prestavam aos seus entes queridos, e o culto ao herói está presente em diversos documentos. Na tragédia *Coéforas*, de Ésquilo, peça apresentada em Atenas, em 458 a.C. (antes de Cristo), Orestes retorna à cidade natal, Argos, depois de longo exílio para vingar o assassinado do pai, o rei Agamemnon. Ele dirige-se ao túmulo e presta longa homenagem ao pai — um culto ao herói, àquele que havia sido o comandante dos ilustres reis gregos na guerra contra Troia. O túmulo além de representar o espaço de memória do morto, é o local onde se é possível a evocação do morto. Orestes, juntamente com sua irmã, Electra, evoca amorosamente o pai para que sua alma venha em seu auxílio (Ribeiro, 2015).

Ao analisarmos o túmulo de Hedílio, são percebidos alguns elementos que servem para perpetuar a memória do líder político. Abaixo do seu nome de nascimento, vê-se, em destaque, grafado seu nome popular, “Dr. Tila”. Esse era o nome como era conhecido popularmente e no meio político, como enfatizado anteriormente. Não se conhecia o político Hedílio, mas, o popular “Dr. Tila”. Ter o nome civil e sua alcunha política gravados em seu túmulo demonstra a preocupação em preservar tanto a memória do indivíduo Hedílio, a figura privada, quanto à memória do indivíduo “Dr. Tila”, o político, quatro vezes escolhido pelo povo para o cargo mais importante da cidade.

Outra análise diz respeito à forma como sua fotografia está posta em seu túmulo. A fotografia deixada nos túmulos tem um objetivo duplo, além de identificar o morto, impede que as pessoas esqueçam a fisionomia dele. Segundo Soares (2007), a fotografia torna-se um instrumento de apoio no momento do luto, preenche o vazio deixado pela ausência do corpo e ajuda a afastar a assustadora ameaça do esquecimento. Além do mais, as fotografias mortuárias podem indicar a idade, o sexo e a posição social que o morto ocupava em vida. De acordo Soares (2007), “as fotografias de mortos podem muito bem ser relacionadas com uma espécie de honraria, que testemunha que os vivos se preocuparam com o morto e produziram um artefato ‘imortal’ a partir do corpo que irá desaparecer” (Soares, 2007, p. 51, grifos do autor).

A fotografia do Dr. Tila ocupa lugar de destaque no túmulo (Figura 19). Ela não o representa em uma cena cotidiana, familiar. A intencionalidade parece apontar para a preservação da sua memória especialmente como político de trajetória singular na cidade. Sua imagem de busto, exhibe-o com seu terno alinhado, da maneira que se vestia para trabalhar em seu gabinete.

Cabe ressaltar a existência de uma reverência sacra ao túmulo. Em visitas recorrentes ao cemitério, analisando seu cotidiano, percebe-se que, ao passar pelo referido túmulo, várias pessoas faziam o sinal da cruz. Esse é um sinal feito entre os cristãos reconhecendo o sacrifício da crucificação e ressurreição de Cristo, forma de reafirmar a fé em Deus e sua Santíssima Trindade. Não se trata de qualquer túmulo, mas do túmulo do herói da cidade, que merece, portanto, a reverência. É comum, ainda, que o transeunte faça o sinal da cruz ao passar por lugares sagrados, como o cemitério, cena que é presenciada tantas vezes. No entanto, observou-se que o

visitante fazia o sinal da cruz ao chegar ao cemitério e, na sequência, repetia o gesto ao passar em frente ao túmulo do Dr. Tila, como a reverenciar e agradecer a figura ilustre da cidade. Acima de tudo, está o fato de que ele permanece vivo na memória das pessoas.

Encontramos, tanto na ideologia positivista¹², quanto no cristianismo e alhures, a ideia de um herói altruísta, aquele que renuncia dos seus interesses individuais a favor dos interesses sociais, comuns. Esse altruísmo coloca este herói em posição ilustre de ser reverenciado e cultuado. Na memória popular, Hedílio foi o homem que dedicou sua vida para uma cidade, o médico que atendia e ajudava a todos. Sua morte repentina, durante seu quarto mandato, é vista, por muitos moradores da cidade, como consequência da pressão de ser prefeito, reforçando a ideia de doação da vida, de um mártir, que morreu lutando pelo seu povo. Dr. Tila morreu aos 61 anos, tendo governado a cidade por 12 anos e sete meses, o político mais longevo de Botuporã.

Percebe-se, portanto, uma reverência à memória de Hedílio que destoa dos demais sepultados no CMB. Tal reverência — de forma planejada ou espontânea — dá-se pela heroicização concedida a ele por boa parte da sociedade botuporaense, fortalecida pelo local privilegiado em que foi sepultado e pelos elementos colocados em seu túmulo.

A história política de Dr. Tila confunde-se com a história política da cidade. Uma aula de campo com a visitação do seu túmulo pode propiciar a professores e alunos um importante estudo e reflexão sobre a história política de Botuporã. Além do mais, a forma como se dá a reverência a sua memória abre caminho para a compreensão das relações de poder com a preservação da memória, visto que, pessoas que obtiveram destaque na sociedade têm muito mais chances de terem sua memória preservada, diferentemente das pessoas ditas comuns. O cemitério é, diante disso, um espaço em que as diferenças sociais, econômicas e políticas permanecem em evidência.

3.4 A conservação da memória cristã por meio dos elementos presentes nos túmulos do CMB

¹² Em referência a Comte (1978).

O cemitério é o resultado das ações humanas ao longo do tempo. Ele é sempre fruto de sua sociedade e está recorrentemente se renovando. Cada sociedade organizou sua maneira de lidar com os mortos, criando rituais e práticas de enterramento próprios.

A memória dos que se foram necessita ser mantida, túmulos são construídos e ali colocados uma série de elementos com ampla carga simbólica. Analisar esses elementos ajuda a perceber a relação dos vivos com os mortos e a compreender os meios utilizados para conservação da memória. De acordo com Araujo (2014, p. 84), pesam crenças religiosas e culturais, assim,

Através da simbologia contida nas sepulturas, podemos entender a relação com a finitude, uma vez que toda expressão simbólica é uma forma de discurso. Quando um indivíduo, família, grupo ou instituição escolhe este ou aquele símbolo para compor determinada sepultura, está reafirmando suas crenças religiosas e culturais da comunidade na qual estão inseridos.

Somada à necessidade de manter viva a identidade do morto está a de salvaguardar a identidade cultural coletiva. Sendo assim, a preservação da memória do morto reafirma não só sua identidade individual como, também, a do grupo social ao qual pertence. Conforme Le Goff (2013, p. 475), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva [...]”.

São vários os elementos presentes no cemitério de Botuporã e por meio deles é possível fazer uma leitura da sociedade local, em função de alguns aspectos. Devido à idealização histórica dos cemitérios enquanto campo santo, os elementos encontrados, por vezes, reforçam a religiosidade. Traços do cristianismo se manifestam em todos os túmulos analisados para esta pesquisa.

Religiões cristãs predominam no cenário religioso de Botuporã. A ligação com a religião ultrapassa os muros do cemitério. Ao observar símbolos oficiais do município, percebem-se várias representações católicas. No brasão oficial, conforme Figura 20, adiante, há uma referência ao Sagrado Coração de Jesus, o padroeiro católico da cidade. Observa-se, ainda, uma cruz, símbolo cristão. O brasão da cidade foi instituído mediante projeto de lei 001/92, apresentado pelo então vereador Salomão Pereira Fernandes, em junho de 1992, e aprovado em definitivo pela câmara, em agosto do mesmo ano.¹³

¹³ Livro de ata dos anos de 1990 a 1993 da Câmara Municipal de Botuporã.

Figura 20 — Brasão oficial de Botuporã



Fonte: Brasão (2022).

A presença de símbolos religiosos em brasões não é uma exclusividade de Botuporã, muitos municípios brasileiros possuem brasões com essa característica. O brasão da cidade de Tanque Novo - BA, cidade vizinha de Botuporã, apresenta uma gravura da igreja católica da cidade (Brasão, 2023, *on-line*). No município de Caturama, outra cidade vizinha de Botuporã, há uma referência a São Sebastião, padroeiro católico do local (Brasão e Bandeira [...], 2023, *on-line*). A cruz é elemento comum em muitos brasões de cidades brasileiras, a exemplo da cidade de Cravinhos – SP (Símbolos Cívicos, 2023, *on-line*). O mesmo se aplica a Siderópolis – SC, em que é feita alusão à fé cristã (Brasão de [...], 2023, *on-line*).

A referência cristã também aparece no hino oficial do município de Botuporã, ao relacionar a vitória no processo de emancipação, em 22 de março de 1962, a uma dádiva divina, como mostra o trecho a seguir: “[...] Senhor JESUS, com sua infinita bondade, 22 de março, raiou a liberdade” (Vieira, 2012). O hino de Botuporã tem a autoria de Antônio Carlos Nunes Vieira e Música de Claudenis de Souza Caires. Foi instituído oficialmente em abril de 2012, por intermédio da lei 01/2012 (Botuporã, 2012).

A predominância do cristianismo é marcante no cemitério de Botuporã, pois a sociedade cristã constrói e reforça uma memória da constante presença do Cristo e de seus ensinamentos. Vale ressaltar, no entanto, que pode haver elementos que fazem parte do conjunto simbólico de outras religiões, não perceptíveis nessa pesquisa. A possível invisibilidade religiosa no cemitério é um fenômeno complexo que reflete as diversas crenças e práticas espirituais presentes na sociedade, mas nem sempre facilmente detectadas em função do preconceito. Em meio aos túmulos

e lápides, as diferentes tradições religiosas podem muitas vezes coexistir, porém a visibilidade de cada uma delas pode variar. Em alguns casos, certas práticas funerárias podem predominar, marginalizando as expressões menos comuns. Essa invisibilidade pode contribuir para a percepção de hierarquias religiosas, onde algumas tradições são mais visíveis e aceitas do que outras. Salientamos que não encontramos no cemitério analisado nenhuma referência explícita às religiões de terreiro¹⁴, por exemplo. Estas sempre colocadas à margem, alvo de discriminação e preconceito de toda ordem. Em alguns cemitérios do País já é possível notar a presença de altares específicos para a realização dos rituais das religiões de terreiro, como a umbanda e o candomblé, construídos pelo Poder Público, uma conquista política importante (exploraremos mais detidamente este aspecto no Produto Educacional vinculado a esta dissertação).

No CMB, os elementos cristãos aparecem de diversas formas, um deles é a cruz. Além de presença constante nos túmulos das mais variadas maneiras, há no centro da parte antiga do cemitério, um enorme cruzeiro (Figura 21), símbolo característico de cemitérios cristãos.

Figura 21 — Cruzeiro do Cemitério Municipal de Botuporã



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

A cruz é um dos objetos mais antigos da humanidade, não se sabe ao certo sua origem, ela se faz presente em várias culturas ao longo da história, assumindo

¹⁴ Religiões de terreiro é um conceito amplo que pensa a universalidade de religiões como a umbanda, o candomblé, o batuque, dentre outras, tentando compreendê-las em função de suas práticas, tal termo foi cunhado pelo africanista Ivaldo Marciano de França Lima (2018).

diversos significados. No que se refere aos cemitérios, em alguns períodos históricos, a cruz tinha a funcionalidade de apenas demarcar as sepulturas.

Uliana (2018), ao fazer uma análise do cruzeiro do Cemitério Municipal de Maringá, cita a pesquisa de Dias (2011), a qual discute em sua dissertação de mestrado as variadas interpretações acerca do significado da cruz num contexto anterior à crucificação de Jesus Cristo, e como que esse elemento foi ressignificado pelos cristãos após a crucificação. Para o autor, se antes a cruz tinha uma significação de derrota, fracasso e desestruturação de um grupo, após a crucificação de Jesus Cristo, a cruz passou a ser sinal de vitória e libertação, tornando-se o principal objeto sacro para os cristãos (Dias, 2011).

No cemitério, o cruzeiro é o centro da sua topografia, o local de oração para as almas dos defuntos, a fim de que eles encontrem o caminho da salvação eterna.

A cruz no Cristianismo rememora a história do salvador e a possibilidade da ressurreição dos mortos e a salvação, por isso sua presença no ponto central do Cemitério, com a função de rememorar a história da salvação, bem como com a função santificadora do local (Viana, 2018, p. 76).

No cemitério de Botuporã, o cruzeiro não se encontra mais na parte central, devido às ampliações, mas, levando em consideração apenas a parte antiga do período em que ele foi erguido, a grande cruz aparece bem ao centro. Independentemente da sua localização geográfica no interior do cemitério, o cruzeiro é o centro da sacralidade, é talvez o lugar mais democrático desse espaço, ali todos podem visitar, fazer suas orações, deixar objetos que remetem à memória dos seus entes queridos. É o lugar mais visitado no espaço cemiterial.

No cemitério de Botuporã, a cruz é o elemento mais constante, elas se espalham no cemitério nas mais variadas formas, simbolizando não apenas a demarcação das sepulturas, como também o objeto sagrado que promove a aproximação com o além. As cruces aparecem fincadas no chão, no topo das torres, gravadas ou desenhadas sobre o túmulo e, até mesmo, dando forma a ele (Figura 22).

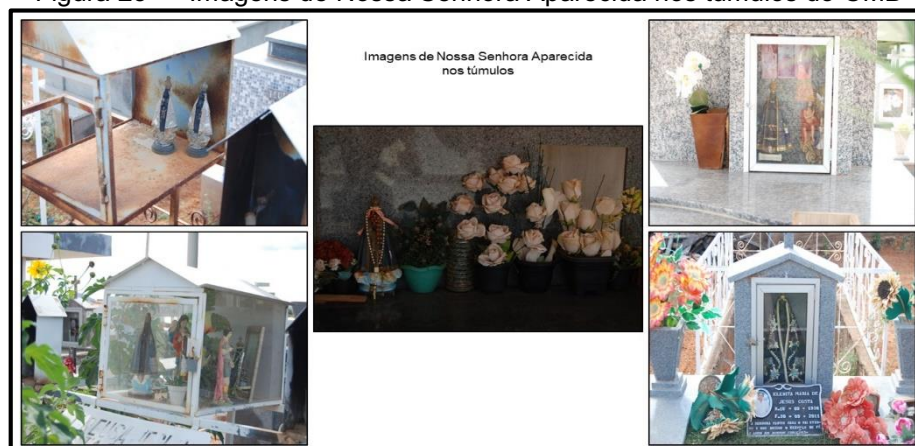
Figura 22 — Túmulo em forma de cruz no Cemitério Municipal de Botuporã



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

A presença massiva de iconografia de santos é outro elemento marcante da fé cristã no cemitério botuporãense. Verifica-se uma grande quantidade de ícones presentes nos túmulos. As Imagens de Jesus Cristo e de Nossa Senhora Aparecida são as que predominam. Em muitos casos, as representações de santos colocadas nos túmulos têm a finalidade de demonstrar a devoção do falecido. Ademais, os santos têm o importante papel de intermediador. A predominância da representação de Nossa Senhora Aparecida é um exemplo. Padroeira da igreja católica brasileira, a santa é adorada pelos fiéis como advogada que irá interceder pelos seus filhos na hora da morte. A Figura 23, a seguir, apresenta exemplos dessa prática.

Figura 23 — Imagens de Nossa Senhora Aparecida nos túmulos do CMB



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Também é constante a representação do Sagrado Coração de Jesus, padroeiro católico da cidade. Na crença católica, essa imagem faz referência ao aparecimento de Jesus a Santa Margarida Maria Alacoque, quando estava em adoração aos pés do Santíssimo Sacramento (Viana, 2018). A presença da imagem no túmulo reafirma a crença cristã do morto e de sua família, mas, também, a fé na ressurreição, conforme demonstrado pela Figura 24, adiante.

Figura 24 — Imagens do Sagrado Coração de Jesus e do Imaculado Coração de Maria presentes em túmulo do CMB



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Outra representação que aparece de forma recorrente no cemitério de Botuporã é a da última ceia. De acordo com a tradição cristã, antes de ser traído por Judas e levado para cruz, Jesus se reuniu com seus discípulos para ceiar. A Figura 25, a seguir, é uma demonstração desse tipo de referência.

Figura 25 — Imagens da última ceia nos túmulos do CMB



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Outro elemento importante que ajuda a pensar a memória cristã no CMB, é a numerosa presença das imagens de anjos nos túmulos. A presença de anjos é marcante nos túmulos infantis, assim como entre os túmulos dos adultos. Um túmulo, localizado na parte antiga do cemitério, chamou a atenção. É o “túmulo dos anjos”, datado de 1954 (Figura 26). Ele é conhecido por esse nome pela presença de rostos de anjos cravados em sua torre.

A presença de anjos em túmulos é uma marca predominante da cultura cristã, segundo Viana (2018), “na cultura cristã, o anjo aparece como entidade de mediação entre o mundo terrestre e o plano celestial. São eles que cuidarão da alma da pessoa, garantindo uma boa travessia rumo a ressurreição” (Viana, 2018, p. 67).

Figura 26 — “Túmulo dos anjos” no CMB



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Uma das tentativas de negar o fim da existência do ser depois de sua morte é a criação do discurso da morte como uma passagem. Passagem de um mundo para outro. Como aponta Rodrigues (2006, p. 39):

[...] em primeiro lugar, axioma fundamental, a morte não aniquila o ser; ela abre as portas para um além, para uma outra vida: Inferno ou céu para os cristãos e os muçulmanos, Campos Elísios para os gregos antigos, reencarnação e metempsicose na filosofia oriental, passagem para o reino dos ancestrais na África. Por toda a parte a morte é entendida como um deslocamento do princípio vital.

O catecismo cristão, ao tratar sobre a morte, afirma:

O homem foi criado por Deus para ser feliz neste mundo e nesta vida e também por toda a eternidade na casa do pai. Logo, a morte não é o fim da vida de uma pessoa: É, antes, o começo da verdadeira vida, da vida eterna, da vida que não acaba nunca (Migliorini, 2009, p. 100).

Na cultura cristã, anjos e santos são as entidades mediadoras, responsáveis por facilitar a passagem da alma do mundo terreno para a eternidade, bem como protegê-la para seguir o caminho correto para o plano celestial. A esse respeito, Rodrigues (2006, p. 43) ressalta que

Este percurso, este trajeto, é então demarcado por gestos rituais que o circunscreve, distinguem, controlam, e vão terminar por demonstrar que afinal de contas os dois estados, de morto e de vivo, não são inteiramente diversos, pois os mortos, à maneira deles, continuam a viver. [...] a morte é passagem de uma forma de vida social a uma outra; ela não é o fim da vida, mas iniciação a uma nova.

Nesse contexto, a morte não é o fim da vida, é o início de uma outra, em novo plano. No entanto, para aqueles em que não forem executados os ritos de passagem, será impedida a entrada no reino do além. Migliorini (2009, p. 24) ainda afirma que:

[...] os indivíduos para quem não forem executados os ritos apropriados, não podem jamais entrar no reino do além. Ficam, pois vagando em um eterno mundo intermediário, procurando regressar à esfera dos vivos. Como tampouco podem fazê-lo, tornam-se mortos perigosos que se comportam como estrangeiros *hostis*. Isso ilustra que os ritos funerários também são utilitários e práticos, pois ajudam a livrar os sobreviventes de inimigos eternos e dão um destino socialmente aceito ao cadáver.

Assim sendo, para garantir que essa nova vida, após a passagem, seja tranquila e sem sofrimentos para vivos e mortos, os vivos devem manter uma vigilância constante às almas dos mortos. Tal vigilância se dá por meio de orações e elementos sacros colocados em suas sepulturas. No cristianismo, a vigilância serve não só para evitar o sofrimento da alma do morto e garantir sua passagem para vida eterna, como, também, em mantê-la preparada para a graça da ressurreição. Conforme os princípios cristãos, “a aparição da morte física [é] uma consequência do pecado original e prega a vitória sobre a morte mediante a Morte e Paixão de Cristo. Assim, a vocação do ser humano é a imortalidade e o ser humano ressuscitará dentre os mortos [...]” (Migliorini, 2009, p. 98).

Diante da crença da necessidade de ritos para uma boa passagem para o além e da fé na ressurreição, cristãos ornaram os túmulos com imagens de santos, anjos e diversos outros elementos que devem reforçar seu credo, a exemplo de velas, flores, epitáfios etc. A vela é elemento de constante presença no cemitério de Botuporã. Em

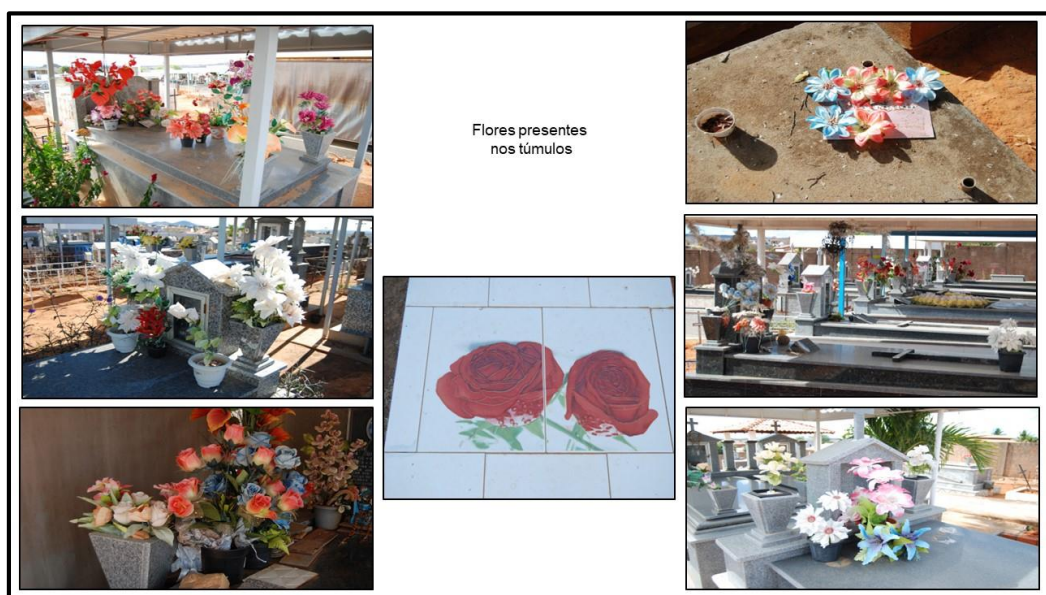
praticamente todos os túmulos analisados, quando não encontradas velas acesas, há restos de velas queimadas ou o espaço para colocação delas.

Migliorini (2009), ao tratar sobre os ritos mortuários, especificamente, relacionado ao fogo, cita Louis-Vicent Thomas (1996). Sustentado no pensamento de Thomas (1996), Migliorini (2009) afirma que o fogo age como um elemento de luz, que “destrói ao libertar e purificar [à exemplo da fênix]. No imaginário o poder destruidor do fogo é inseparável do seu poder criador. [...] o fogo em seu estado selvagem destrói, no domesticado aquece e ilumina [...]” (Migliorini, 2009, p. 33).

Nos rituais fúnebres, o fogo é um elemento de luz, que aparece por intermédio das velas. A luz para os cristãos é o sinal da ressurreição, é o símbolo da vida, que se opõe à escuridão, símbolo da morte. Ademais, a luz da vela representa o cristo que se consome até a morte para levar a luz da esperança da ressurreição e da vida eterna. Quando acesas para os mortos, as velas iluminam o caminho, guiando a alma do falecido à eternidade. Sem a devida iluminação, as almas podem se perder na escuridão, não encontrar o caminho do além e, ainda, voltar para assombrar os vivos.

As flores são também um elemento muito presente nos túmulos do cemitério de Botuporã. É possível observar sua presença em quase todos os túmulos. Elas aparecem de diversas formas, desenhadas, naturais, artificiais, colocadas sobre o túmulo, em vasos e até plantadas em cima de algumas sepulturas (Figura 27).

Figura 27 — Flores nos túmulos do CMB



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Historicamente, as flores sempre acompanharam os rituais funerários, seja para decoração, representando a efemeridade da vida ou, até mesmo, para disfarçar o cheiro dos cadáveres em decomposição (Cymbalista, 2002). Do ponto de vista simbólico, as flores colocadas nos túmulos podem conter diversos significados. Quando colocadas em vasos — prática muito comum no CMB — elas representam a alma do morto. Segundo Charão (2009, p. 11), “o vaso significa o recebimento e o acolhimento. O vaso [...] é ainda símbolo do corpo, que é o recipiente onde está contida a alma”.

No cemitério de Botuporã, a maioria das flores são artificiais ou aparecem desenhadas nos túmulos. Não há uma predominância de um tipo de flor, no entanto, as rosas são muito encontradas. De forma geral, a rosa significa o amor divino, mas, também, pode representar a alma ou a regeneração. Ao longo da história do cristianismo, a simbologia da rosa sempre se fez presente no momento da morte. Nas palavras de Charão (2009, p. 3),

Na antiguidade era símbolo de dedicação aos mortos. No cristianismo antigo associada com a cruz, a rosa era símbolo de discipulado, nos textos sagrados acompanhada pelo verde constitui um símbolo de regeneração e renascimento místico quando associada ao sangue. Na Idade Média era atributo das virgens e evocava Maria, a alma, o coração e o amor. A provável dedução é que sua elaboração na lápide tumular é uma forma, dos vivos de expressar a esperança do renascimento após a morte.

Os epitáfios também se fazem presentes em uma grande quantidade de túmulos do CMB. De acordo Ariès (2003b), epitáfios são inscrições colocadas nos túmulos, geralmente, para homenagear os mortos. Essas inscrições esculpidas em placas metálicas, cerâmica ou madeira apresentam uma pequena biografia dos mortos e podem transmitir uma série de sentimentos, como tristeza, saudade, inconformismo, gratidão, esperança, entre tanto outros.

Segundo Migliorini (2009, p. 110), “os epitáfios têm grande influência religiosa. O próprio fato de as religiões intercederem juntos aos mortos determinou tal ascendência. Vem daí o grande número de frases bíblicas e também frases que esquecem a vida pregressa do morto”. É possível verificar que, no cemitério de Botuporã, a maior parte dos epitáfios são constituídos por trechos bíblicos, geralmente expressando frases de conforto e eternidade, tal como frases reforçando a conduta

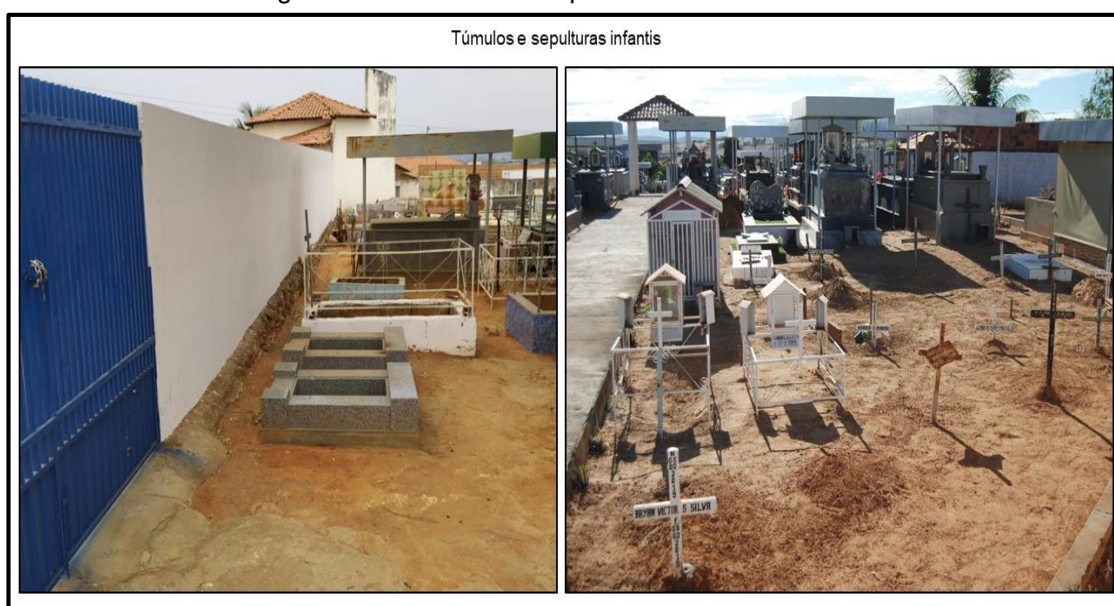
de um bom cristão enquanto vivo. A crença da vida eterna faz parte da linguagem mortuária, basta analisar os epitáfios para percebê-la.¹⁵

Constata-se, portanto, que a afirmação da fé dos botuporãenses perpassa pelos elementos deixados nos túmulos do CMB, bem como a sua afirmação identitária, seja ela individual ou coletiva. Afinal, os cemitérios conservam a identidade de um local por meio de manifestações simbólicas, como as manifestações da fé.

3.5 O espaço da memória infantil

Nas múltiplas visitas ao Cemitério Municipal, os túmulos infantis nos chamaram muita atenção. A primeira inquietação se deu ao perceber que todos os túmulos de crianças estavam edificadas numa parte específica do cemitério, na parte da frente, próximo à entrada (Figura 28).

Figura 28 — Túmulos e sepulturas infantis no CMB



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Enveredando pelo estudo da história da morte infantil no Brasil, identifica-se que muitos autores tratam sobre essa temática. A razão para a existência de áreas exclusivas para o sepultamento de crianças se dá pela necessidade de atender à grande demanda de cadáveres infantis, visto que, ainda na segunda metade do século

¹⁵ Exemplos de algumas frases e epitáfios do Cemitério Municipal de Botuporã: “Saudades eternas.”; “Minha eterna saudade”; “Partir para o pai [Deus], com certeza de uma missão cumprida, ter amado a todos, amei até minha partida”.

XX, a mortalidade infantil era muita alta (Gawryszewski, 2016; Uliana 2018; Viana, 2018).

Essa é a possível resposta para o caso do cemitério em Botuporã, visto que, existe um grande número de túmulos infantis, entre as décadas de 1950 e 1980. Quanto ao fato de ser próximo à entrada, não há nenhuma resposta contundente que conduzisse a algum tipo de simbologia. Portanto, pode ser uma mera coincidência, já que, em outros cemitérios, os espaços das crianças aparecem noutros lugares.

Apesar de atualmente o município de Botuporã não conviver com o problema da alta taxa de mortalidade infantil,¹⁶ percebe-se que as crianças continuam sendo enterradas em local específico, nas proximidades da entrada. Gawryszewski (2016) alerta-nos que, apesar da prática dos sepultamentos infantis em locais exclusivos terem diminuído, ela ainda não desapareceu. Nas palavras do autor:

A prática de sepultura exclusiva para criança permaneceu por um período bem longo. Realmente, a incorporação da criança ao jazigo familiar aumentou, mas ainda hoje é possível verificar sepulturas exclusivas, em especial com a incorporação de novos hábitos, como a colocação de pertences da criança morta (brinquedos, escovas de cabelo, embalagens de produto de higiene, entre outros objetos), além de sua fotografia (Gawryszewski, 2016, p. 296).

No cemitério de Botuporã é possível verificar a prática de sepulturas exclusivas com a incorporação desses novos hábitos, como refere o autor. Com o objetivo de preservar a memória da criança, encontra-se, em muitos túmulos, diversos elementos que lembram a infância, como o túmulo em formato de uma casa de boneca (Figura 29).

¹⁶ A taxa de mortalidade infantil no município de Botuporã, entre os anos de 2006 a 2020, segundo o IBGE, fica em média 16,3 óbitos por mil nascidos.

Figura 29 — Túmulo na forma de casa de boneca no CMB



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

A presença de brinquedos em túmulos infantis é bastante comum, por exemplo, no túmulo da Figura 30, a seguir. Além da existência de uma boneca, a própria configuração tumular é de um brinquedo, isto é, uma casa de boneca cor de rosa.

Questão semelhante ocorre no Cemitério Municipal de Pérola, no estado do Paraná, objeto de estudo de Roberto dos Santos Viana, durante seu mestrado. O túmulo estudado por Viana (2018) tem um formato que lembra um berço na cor rosa e tem entre seus elementos uma boneca, como mostra a Figura 30, adiante.

Figura 30 — Túmulo infantil no Cemitério Municipal de Pérola – PR



Fonte: Viana (2018).

São evidenciadas, nesses dois casos, algumas construções de gênero importantes, a ligação da figura feminina com o brincar de bonecas e à cor rosa. Segundo Viana (2018, p. 70),

A utilização de bonecas pelas meninas é algo culturalmente construído, pois ao brincar de boneca ou de casinha, a mulher estava sendo treinada para ser uma boa esposa e uma boa mãe. A cor do túmulo também se relaciona a uma construção de gênero, visto que, ao pintar o túmulo de rosa, a família quer retratar a feminilidade presente na criança.

Refletir sobre a construção histórica dos papéis do homem e da mulher é essencial para compreendermos a configuração social em que vivemos. Para tanto, é preciso usar, no processo de ensino-aprendizagem, as diferentes linguagens do mundo, no qual os alunos estão inseridos e, mais uma vez, o cemitério se apresenta como uma valiosa ferramenta de ensino.

Ao estudar a história infantil, é percebido que as crianças não tiveram grande importância em várias sociedades antigas. Da Idade Média até meados do século XIX, a morte de crianças era vista com irrelevância, por ainda não possuírem personalidades formadas (Uliana, 2018). No entanto, vale ressaltar que a história da infância é um fenômeno histórico, marcada por mudanças ao longo tempo. Ainda no século XIX, a morte de uma criança tornou-se algo inadmissível. A morte infantil passou a ser vista com um maior estranhamento se comparada com a morte de adultos, afinal, a morte está diretamente associada à velhice, como discute Morin (1987, p. 293), “A vanguarda da morte é o envelhecimento, e por isso conhecer o envelhecimento é conhecer também a morte”.

Diante disso, percebe-se a busca por imortalizar a individualidade da criança falecida. Os diversos elementos que remetem à infância e pertencem das crianças mortas colocados nos túmulos, demonstram isso. Há uma clara tentativa de guardar a memória infantil de forma intocada. Para tanto, as crianças são habitualmente transformadas em anjos, símbolo da pureza e da inocência.

A presença de anjos nos túmulos infantis no cemitério de Botuporã (Figura 31) reforça a memória cristã da sociedade botuporãense, afinal, esse é um elemento essencial para explicar a religiosidade. Na cultura cristã, o anjo é a entidade responsável por cuidar da alma, aquele que faz a mediação entre o mundo terrestre e o mundo celestial, assim, garante-se uma passagem tranquila para o céu em busca da ressurreição. Contudo, cabe destacar que, no cristianismo, a criança é vista como um ser livre de pecados, com passagem livre para o céu.

Figura 31 — Anjos em túmulos infantis no CMB



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Revisando a história da morte infantil no Brasil, Gawryszewski (2016), citando Vailati (2010), afirma que a sociedade brasileira do século XIX via a criança com uma natureza específica, por esse motivo, sua morte tinha um tratamento diferente. Após a morte, as crianças eram adjetivadas de “inocentes” ou “anjos”, expressões essas usadas até hoje.

É importante destacar, também, que essas expressões tinham uma forte relação com a idade da criança. Segundo Borges (2008, p. 119),

[...] os anjinhos eram qualquer criança que morresse até cerca de sete anos, idade máxima concedida aos não pecadores [...]. Por eles não se devia chorar para não molhar as asas do anjo que vinha recolher o anjinho. O normal era que se considerasse positiva a ida de mais um anjo para o céu para proteger os que aqui na terra permanecessem [...].

Borges (2008) apresenta informações importantes sobre a prática de transformar a criança em anjo. Primeiro aborda acerca da idade, visto que a sociedade considerava anjo aquelas crianças de até sete anos. Em segundo lugar, destaca que a morte da criança, mesmo carregando uma carga de dor, acabou ganhando uma conotação positiva, visto que a família ganhou mais um protetor e um intercessor no mundo celestial.

Apesar dessa prática se reportar para o século XIX e início do XX, percebe-se que em Botuporã essa simbologia ainda permanece. O elevado número de túmulos em que a figura do anjo está presente, mesmo em túmulos atuais, comprova essa

afirmação. Todavia, com relação à idade, não é muito levada em conta, pois existe a imagem de anjos em túmulos de crianças com idade superior a sete anos.

Outro elemento constante nos túmulos infantis do cemitério de Botuporã é o desenho da rosa vermelha. As flores podem representar diversos significados ao compor o túmulo. De maneira geral, exprimem a fragilidade e a simplicidade. No caso específico da rosa, sua representação geral é o amor. É comum existirem diversos tipos de rosas sobre os túmulos, no caso dos jazidos infantis, geralmente, são usados botões de rosas simbolizando a morte precoce¹⁷, conforme demonstrado pela Figura 32, a seguir.

Figura 32 — Rosas em túmulos infantis no CMB



Fonte: acervo e registro do autor (2022).

Outro elemento importante encontrado nos túmulos infantis no cemitério de Botuporã são as fotografias. Esse componente pode servir para assegurar a identidade da criança falecida, em que a família busca retratar não somente o sentimento da saudade, como, também, identificar a criança ali sepultada, além de deixar viva na memória sua fisionomia.

Analisar os túmulos infantis em sala de aula traz à luz vários temas importantes. Por meio deles é possível discutir questões de gênero, aspectos religiosos, a ótica social sobre a criança ao longo da história, problemas sociais como a mortalidade infantil, dentre outros.

¹⁷ Para mais informações sobre o assunto acessar a página: <https://biblioteca.univap.br/dados/00002a/00002aa6.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

4 NOTAS SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL

Como produto da pesquisa, nos propomos a produzir um guia didático a fim de auxiliar professores da educação básica a utilizar o cemitério como uma ferramenta pedagógica instigante de ensino, de estudo e de pesquisa sobre a História Local. O guia é um convite a um passeio pelo cemitério de Botuporã, Bahia, no exato ano em que ele completa o seu centenário (1923-2023). O objetivo é comemorar o seu aniversário, apresentando algumas das inúmeras possibilidades de se ver o cemitério. O foco do produto é o Cemitério Municipal de Botuporã, no entanto, nada impede que ele possa ser adaptado para outros contextos cemiteriais.

Espaço dos mortos, espaço dos vivos, lugar de muitas memórias, de histórias eternizadas em seus túmulos, em seus detalhes. Lugar cheio de aparentes contrastes: medo, vazio, paz, desencontros e, também, encontros — o encontro com o além-morte e com a própria perspectiva de pensar o aqui e o agora. Assim vemos o espaço cemiterial.

O objetivo é desvendar a organização dos espaços cemiteriais e seus significados, a religiosidade presente no cemitério, as questões de poder e política, as marcas da desigualdade social, a ideia de patrimônio e de construção de identidade. Além disso, é uma proposta de buscar minimizar o tabu que ainda cerca a temática da morte e mostrar o cemitério como um espaço cheio de vida, pela demonstração de que os “mortos falam muito sobre os vivos”.

O guia propõe uma aula diferente, uma aula de campo, cuja finalidade é permitir que os alunos transcendam as paredes da sala de aula e se envolvam diretamente com a realidade ao seu redor. Acreditamos que a aula de campo desempenha um papel crucial no processo ensino-aprendizagem, pois rompe com a rotina da sala de aula, oferece uma abordagem educacional que vai além dos limites tradicionais.

Com isso, ela permite que os alunos experimentem o aprendizado de maneira mais tangível e significativa, ao trazer o mundo real diretamente para seu processo de aprendizagem. Ao sair do ambiente familiar da sala de aula, os alunos são expostos a estímulos sensoriais, contextos autênticos e interações do mundo real, o que enriquece sua compreensão e apreciação pelos tópicos estudados, além de estimular a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico. Essa experiência também promove a interação entre os alunos e os professores de maneira mais informal, fortalecendo os laços educacionais e incentivando um ambiente de colaboração.

Para tornar essa experiência ainda mais interessante, apresentamos um mapa do cemitério (Apêndice 1) e uma linha do tempo do seu histórico, falamos sobre a cidade de Botuporã, sobre algumas curiosidades sobre rituais fúnebres e cemitérios em diferentes tempos e espaços.

Para viver a experiência do cemitério enquanto ferramenta de ensino e torná-la mais prática, o guia apresenta uma série de sequências didáticas, elaboradas em congruência com as competências gerais e específicas da área de ciências humanas e sociais aplicadas para o Ensino Médio, bem como as habilidades específicas da área, descritas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

As sequências didáticas foram pensadas, inicialmente, para aplicação no Ensino Médio em aulas de História e áreas afins. No entanto, elas são, modestamente, mais do que isso, são um convite aos professores para utilizarem de seus conhecimentos e fazerem as mais diversas adaptações para o Ensino Fundamental, para as diferentes séries, e muito mais. Portanto, tantas outras sequências e temáticas são possíveis de serem construídas a partir desta dissertação e de outras discussões que podem ser rastreadas na análise do cemitério em questão.

O guia é apenas uma pequena centelha do nosso sincero desejo de tornar a História algo próximo de alunos e, também, de todos nós professores. Foi elaborado com base uma seleção de temas apresentados em cinco sequências didáticas. Sua estruturação parte da reflexão dessa dissertação de mestrado, a qual apresenta um conteúdo que fundamenta as bases teóricas sobre cada um dos temas. Nesse sentido, o trabalho com o guia didático deve caminhar junto com essa dissertação.

A sequência didática número um, apresenta como tema: *Explorando a desigualdade econômica no cemitério local*. Em uma sequência de cinco aulas, tem por objetivo sensibilizar os alunos sobre a desigualdade econômica na sociedade brasileira ao longo da História e como ela pode se manifestar no cemitério local. O seu conteúdo pode ser adaptado para diferentes períodos históricos da História do Brasil. Como produto final, a proposta é desenvolver uma campanha de conscientização sobre a desigualdade econômica no cemitério local. Os alunos serão desafiados a criar uma campanha de conscientização que aborde a desigualdade econômica no cemitério local. O objetivo é sensibilizar a comunidade sobre as disparidades econômicas refletidas nos monumentos tumulares e sepulturas para promover a reflexão sobre a importância da equidade e justiça social.

Na sequência número dois, exploramos a temática patrimonial, atribuímos como título: *Explorando o cemitério como patrimônio material e sua importância para refletir sobre a história e a identidade local*. Em uma sequência de cinco aulas, propõe sensibilizar os alunos sobre a importância patrimonial do cemitério, permitindo refletir sobre a História e a identidade local. Como produto final, é sugerida a organização de uma exposição sobre o cemitério local como patrimônio material e espelho da identidade local. Busca-se incentivar os alunos a criarem uma exposição que destaque o cemitério local como patrimônio material e seu papel na reflexão sobre a história e a identidade da comunidade. A exposição pode ser apresentada na escola, em uma biblioteca local ou em algum local aberto ao público.

A sequência número três, também pensada para cinco horas aulas, tem como foco estudar a influência do cristianismo na formação da sociedade brasileira e botuporaense, além de seus reflexos no cemitério local. Tal sequência ser ampliada para o estudo da diversidade religiosa do espaço cemiterial. A sequência tem como título: *A influência do cristianismo na formação da sociedade brasileira e botuporaense e seus reflexos no cemitério local*. A proposta para o produto final é a elaboração de uma exposição fotográfica e textual sobre a influência e predominância do cristianismo no cemitério local. Os alunos serão instigados a criarem uma exposição fotográfica e textual que destaque a influência do cristianismo no cemitério local. O objetivo é explorar as manifestações religiosas presentes nas sepulturas, símbolos cristãos e rituais funerários, promovendo a compreensão da importância da fé na preservação cultural.

A quarta sequência didática intitulada: *Explorando a história da política local no cemitério da cidade*, em uma sequência de cinco horas aulas, visa a sensibilizar os alunos para análise da história política local em função de biografias de personalidades políticas enterradas no cemitério da cidade. É relevante destacar que, embora a sequência didática tenha como ponto de partida a biografia de personalidades políticas, é imperativo que o docente aborde a política em seu sentido mais abrangente, concedendo voz e consideração às ações dos denominados cidadãos comuns.

Esta sequência propõe como produto final a elaboração de um jornal ou revista histórica sobre a política local no cemitério da cidade. Os alunos devem criar um jornal ou revista histórica que explore a política local no cemitério da cidade. O objetivo é

oferecer uma visão abrangente da história política da região, destacando as personalidades políticas enterradas no cemitério. Adicionalmente, busca-se elucidar as atividades políticas de indivíduos tidos como comuns e examinar o legado por eles deixado para a comunidade.

Já a quinta sequência, foca nas divisões espaciais do cemitério relacionadas à questão do poder. Tem como título: *Explorando as divisões espaciais do cemitério e as questões de poder*. Sequenciada em cinco horas aulas, propõe sensibilizar os alunos sobre as divisões espaciais do cemitério e analisar como elas se relacionam com a questão de poder. Como produto final, recomenda a produção de um documentário ou *podcast* sobre as divisões espaciais do cemitério e as relações de poder. Os alunos serão desafiados a criar um documentário em vídeo ou um *podcast* que aborde as divisões espaciais do cemitério e as desigualdades sociais relacionadas à questão do poder. O objetivo é oferecer uma perspectiva crítica do assunto.

Dessa forma, temos em nosso guia pedagógico um conjunto de sequências didáticas adaptáveis, capaz de oferecer caminhos para o uso do cemitério enquanto ferramenta de ensino. Uma ferramenta poderosa para o trabalhar e valorizar os aspectos da História local, além de possibilitar um ensino mais tangível aos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, objetivamos apontar alguns caminhos de como utilizar o Cemitério Municipal de Botuporã como uma ferramenta de ensino e aprendizagem, uma fonte histórica que abre possibilidade para o exame e conhecimento da história da cidade. Para tanto, tomamos como fonte de pesquisa o próprio espaço cemiterial, com ênfase nos elementos constituintes dos túmulos, diante do entendimento, proporcionado por Le Goff (2013), sobre o túmulo enquanto um documento monumento.

Partiu-se do pressuposto de que o cemitério é um lugar de memória, conforme Nora (1993), assim, observamos que toda memória se constitui em função de uma coletividade social (Halbwachs, 2004; Ricouer 2007; Le Goff 2013; Pollak 1992). Além disso, ela é somada ao fato de que sua construção se dá por meio das relações de poder (Foucault, 1979). Com isso, pudemos perceber como a memória coletiva botuporãense se materializa nos monumentos tumulares do seu cemitério.

As memórias individuais entrelaçam-se formando uma memória coletiva que, se analisada, é capaz de contar a história local de maneira plural, visto que o CMB é um espaço misto. Todos os mortos da cidade se encontram nele enterrados: ricos e pobres; brancos e pretos; cristãos e não cristãos; pessoas de certa notoriedade; e “desconhecidas”.

Após a análise do espaço do CMB e os elementos constituintes de seus túmulos, foi possível perceber as inúmeras expressões e atividades realizadas pelos diversos grupos sociais ou por indivíduos particulares. Atividades que por meio de práticas ritualísticas buscam manter viva a memória dos seus entes queridos que se foram. Tais atos, demonstram não só a religiosidade botuporaense, como, também, revelam os seus elementos culturais e artísticos, além da desigualdade social. Nesse sentido, o Cemitério de Botuporã é um dos espaços de memória e fonte de história da cidade.

Partindo do pressuposto de que o cemitério pode ser um espaço de uso pedagógico, o professor tem a possibilidade de construir um ensino de história com significado prático para o estudante, visto que, nesse espaço, forma-se uma teia cultural, constituída de memórias que dialogam com as mais diversas categorias da estrutura social. Isso porque o cemitério abriga uma memória coletiva, composta por elementos do patrimônio material e imaterial da comunidade local. Nessa perspectiva,

trazer a história local para dentro da sala de aula faz com que o aluno se reconheça como sujeito ativo do processo histórico, atribuindo assim significado à aprendizagem histórica.

Vale lembrar que o cemitério tem um potencial pedagógico a ser explorado, não só nas aulas de História, mas, também, por várias outras disciplinas. Os professores de português podem explorar as frases dos epitáfios; os de artes podem explorar as manifestações artísticas que compõem os túmulos e como a arquitetura tumular se molda ao contexto histórico; os professores de filosofia e sociologia podem explorar a temática da morte no cotidiano social, refletindo como outras sociedades lidam com a morte, colocando as diversas culturas em diálogo; os professores de geografia podem trabalhar a construção do espaço, como os espaços dentro do cemitério vão ganhando significado ao longo das práticas sociais e das relações de poder. O primeiro passo é perceber o espaço cemiterial como lugar de memória, de uma história local. Diante dessa tomada de consciência, infinitas possibilidades de leitura podem ser feitas por praticamente todas as disciplinas. Há um longo e prazeroso trabalho a ser feito.

No Cemitério Municipal de Botuporã está evidente a transformação da cidade ao longo do tempo, a produção artística local interligada à arte funerária, os valores religiosos predominantes, a relação dos botuporãense com a morte, as relações de poder e a desigualdade entre as classes sociais. Enfim, no CMB os vivos constroem um culto à memória dos que já se foram em face dos seus valores religiosos, culturais, políticos e da classe social na qual estão inseridos. Isso permite que os mortos falem muito sobre os vivos.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia Maria. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.163-174.
- ANDRADE, Débora El-Jaick. Escrita Da História E Política No Século XIX:Thomas Carlyle E O Culto Aos Heróis. **História e Perspectivas**, Uberlândia (35): 211-246, jul.dez.2006.
- ARAUJO, Thiago Nicolau de. **Hermenêutica E Cemitérios: Um Olhar Sobre O Cemitério Da Santa Casa Em Porto Alegre**. Ciências Sociales Y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 16, n.20, p.82-95, jan-jun de 2014.
- ARAUJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos celebrativos de porto alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em História das sociedades ibéricas e americanas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ARAUJO, Tulio. **O "Jus Sepulchri": Conceito e definições**. Jusbrasil, 2016. Disponível em: <https://tmack.jusbrasil.com.br/artigos/241206048/o-jus-sepulchri>. Acesso em: 04 de jan. de 2023.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003a.
- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, vol. 1. 2003b.
- ASSUNÇÃO, Will. **Por que o cemitério de Mucugê é chamado de bizantino?** [S. l.]: Agência Jussi Up Press, 2019. Disponível em: <https://www.jussiup.com.br/2019/09/por-que-o-cemiterio-de-mucuge-e-chamado.html>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- AWRYSZEWSKI, Alberto. A representação da morte infantil em imagens cemiteriais no Brasil (séculos XIX e XX). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 2, p. 291-313, 2017.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa. A renovação dos conteúdos e métodos da história ensinada. **Revista percursos**. Florianópolis, v. 11, n. 02, jul. / dez. 2010.
- BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA. **Moção de pesar Nº 15.993/2013**. Salvador, BA: Assembleia Legislativa da Bahia, 06 de ago. de 2013. Disponível em : https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nvzfjTR2YVwJ:https://www.al.ba.gov.br/fserver/:docs:Proposicoes2013:MOC_15_933_2013_1.rtf&cd=7&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 de jan. de 2023.
- BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA. **Moção de pesar Nº 15.993/2013**. Salvador, BA: Assembleia Legislativa da Bahia, 06 de ago. de 2013. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nvzfjTR2YVwJ:https://www.al.ba.gov.br/fserver/:docs:Proposicoes2013:MOC_15_933_2013_1.rtf&cd=7&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

BARBOZA, V. M. Sociedade Dos Vivos X Cidades Dos Mortos: A Visão Da Morte Na Sociedade Erechinense. **Perspectiva**, Erechim. v.37, n.140, p. 125-137, dezembro/2013.

BARCA, Isabel; OLIVEIRA, Thiago Augusto Divardim de (org.). **Pensamento Histórico e consciência histórica: Teoria e prática**. Curitiba: W.A Editores, 2018.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. **Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memória pública, étnica e artefactual (1858-1950)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2010.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. **Os Monumentos Funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus Significados: memória pública, étnica e artefactual (1858-1950)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2010.

BELLOMO, H. R. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BERALDO, Maurício; TOT PINTO, Paulo. **Somos Todos Iguais: Cemitério da Saudade-SP**. Piracicaba (SP): Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), 2021.

BITTENCOURT, C. F. **Reflexões sobre o ensino de História**. *Estudos Avançados*, 32(93), 2018. p. 127-149.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Deborah Rodrigues. **Registros de memória em imagens: usos e funções da fotografia mortuária em contexto familiar na cidade de Bela Vista de Goiás (1920-1960)**. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890 – 1983): O ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

BORGES, Maria Elizia. **Arte tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República**. Tese de Doutorado. São Paulo, ECA/USP, 1991.

BORGES, Maria Elizia; ALMEIDA, Marcelina Graças de. Cemitério: arte, sociedade e cultura. **Revista M.** – ISSN: 2525 – 3050. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 225-228, jul./dez. 2019.

BORGES, Maria Elizia; CASTRO, Elisiana Trilha. **Uma complexa simplicidade: registros da diversidade e da criatividade arquitetônica popular nos cemitérios brasileiros**. Florianópolis: Impressul, 2022.

BORGES, Maria Elízia; SANTANA, Marissol M.; BIANCO, Sabrina Del. Arte funerária no Brasil: possibilidades de interagir nos programas de ensino, de pesquisa e de extensão na universidade. *In: Encontro Nacional da ANPAP*, 13., 2004, Brasília. [Anais eletrônicos...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. P. 192-200.

BOTUPORÃ. **Lei nº 01/2012 de 11 de abril de 2012**. Institui o hino oficial do município de Botuporã, e dá outras providências. Botuporã: Câmara Municipal, [2012].

BRASÃO de Siderópolis. Prefeitura de Siderópolis, 2023. Disponível em <https://www.sideropolis.sc.gov.br/pagina-4464/>. Acesso em: 11 de jan. de 2023.

BRASÃO E BANDEIRA do município de Caturama. MBI, 2023. Disponível em <https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolopedia/municipio-caturama-ba-br/>. Acesso em: 11 de jan. de 2023.

BRASÃO. [S. l.]: Câmara Municipal de Botuporã, 2022. Disponível em: <https://cmbotupora.ba.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASÃO. Prefeitura de Tanque Novo, 2023. Disponível em <https://tanquenovo.ba.gov.br/> Acesso em: 11 de jan. de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/572694>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 10 mai. 2022.

CACHIONI, Marcelo. **Arquitetura Eclética na Cidade de Piracicaba**. Dissertação de Mestrado. (Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/82660451/Arquitetura_Ecletica_na_Cidade_de_Piracicaba. Acesso em 04 de janeiro de 2023.

CARDOSO, Luiz Carlos Marques. **Vale do Paramirim em luto pelo falecimento de Dr. Tila**. Focando em Você, 04 de ago. de 2013. Disponível em: <https://www.focadoemvoce.com/noticias/vale-do-paramirim-em-luto-pelo-falecimento-de-dr-tila>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

CARDOSO, Luiz Carlos Marques. **Vale do Paramirim em luto pelo falecimento de Dr. Tila**. Focando em Você, 04 de ago. de 2013. Disponível em: <https://www.focadoemvoce.com/noticias/vale-do-paramirim-em-luto-pelo-falecimento-de-dr-tila>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade. NAPPI, Sérgio Castello Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo. **Revista Museologia E Patrimônio** – v.2 n.2 – jul/dez de 2009.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui também jaz um patrimônio**: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC. 1962-2008). 2008, 210 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade), PGAU-CIDADE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARÃO, Egiselda Brum. **Símbolos no cemitério de Taquara**. História, imagem e narrativa, n. 8, p. 1-17, abril, 2009.

CHIAVENATO, J. J. **A morte**: uma abordagem sócio-cultural. São Paulo: Moderna, 1998.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. Em: Os Pensadores. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CUPPER, Maria Terezinha da Rosa. **Educação e Cultura**: Leitura do Cemitério de São João Batista – Manaus/Am. – (Mestrado em Educação) Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte os cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: Anna Blume, 2002.

DEMO, Pedro. **Escola e cuidado**. Blog Prof. Pedro Demo (ensaio 442), 2019. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com/2021/05/ensaio-442-escola-e-cuidado.html>. Acesso em 19 de jan. de 2023.

DIAS, Edson Matias. **A cruz como elemento simbólico construtor de sentido no movimento de Jesus**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

ELUSTA, Halima Alves de Lima. **Visita ao museu de pedra**: arte no cemitério da saudade de Campinas-SP (1881-1950). Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2008.

ENDERS, Armelle. **Les Uelix De Memoire, Dez Anos Depois**. Revista Estudo Históricos. V. 6 n. 11 (1993): os anos 20. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1949/1088>. Acesso em 03 de janeiro de 2023.

FABIANA, Moraes. **Cemitério de Araçoiaba, em Pernambuco**: Repassem até chegar no ministro da economia (cemitério de Araçoiaba, zona da mata norte de Pernambuco). Twitter: @fabi2moraes, 2020. Disponível em: <https://twitter.com/fabi2moraes/status/1228054965463244806?lang=da>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org e trad. Roberto Machado: Rio de Janeiro: Graal. 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. A representação da morte infantil em imagens cemiteriais no Brasil (séculos XIX e XX). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 2, p. 291-313, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauto, 2004.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomáz Tadeu da Silva e Uacina Lopes Lobo. Rio de Janeiro, 12ª edição, 2ª reimpressão, Ed.: Lamparina, 2019.

HIPÓLITO, Paulo. **Cemitério de São João Batista de Guarabira-PB: espaço pedagógico para o ensino de história**. Dissertação (mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa: 2015.

ISMÉRIO, Clarisse. Um outro olhar sobre os cemitérios: Refletindo à arte cemiterial sob a perspectiva das pesquisas, ações, passeios e eventos culturais. **Revista de Teoria da História**, Volume 18, Número 2, Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892, 2017.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 7. Ed. Campina/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, p. 131-150, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La produccion del espacio**. Madrid/ES: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Lo stato**. Edizioni Dedalo, 1976.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Representações da África no Brasil: novas interpretações**. Recife: Bagaço, 2018.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Origem Histórica dos Cemitérios**. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município, 1977.

MALERBA, Jurandi. **Uma análise da Base Nacional Comum Curricular**. Café História, 10 de abr. de 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/uma-analise-da-base-nacional-comum-curricular/>. Acesso em: 19 de jan. de 2023.

MANUEL, Ivan A. **Ensino de História no Brasil: do Colégio Pedro II aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. UNIVESP. Conteúdos e didática de História,

2012. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/46194>. Acesso em: 19 de jan. de 2023.

MEDEIROS, Elisabeth Weber. Ensino de história: fontes e linguagens para uma prática renovada. **Vidya**, v. 25, n. 2, p. 59-71, jul/dez, 2005 - Santa Maria, 2007.

MIGLIORINI, Rogério Costa. **Corpos mortos e vivos**: as cerimônias mortuárias e as representações da morte entre católicos brasileiros. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

MIGUEL, Antonieta; LIMA, Solyane Silveira. A História ensinada na Bahia da Primeira República. **Revista de História e Historiografia da Educação** - ISSN 2526-2378 Curitiba, Brasil, v. 5, n. 11, p. 64-94, agosto/dezembro de 2022.

MIGUEL, João. **Prefeito de Botuporã morre de infarto, aos 61 anos**. Folha do Vale, 05 de ago. de 2013. Disponível em <https://folhadovale.net/prefeito-de-botupora-morre-de-infarto-aos-61-anos.html>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

MIGUEL, João. **Prefeito de Botuporã morre de infarto, aos 61 anos**. Folha do Vale, 05 de ago. de 2013. Disponível em <https://folhadovale.net/prefeito-de-botupora-morre-de-infarto-aos-61-anos.html>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

MINAYO, Cecília. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10ª ed. São Paulo: Hucitec Ed.: 2007.

MONTEIRO, Ronnys dos Santos. **Entre os PCN e a BNCC**: faces do ensino de História - Cajazeiras, 2021. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2021.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

MUITA TRISTEZA e comoção no velório do prefeito de Botuporã. Jornal O Eco, 2013. Disponível em: <https://oecojournal.com.br/muita-tristeza-e-comocao-no-velorio-do-prefeito-de-botupora/>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.143-162.

NEMI, Ana Lúcia L.; MARTINS, João Carlos. **Didática de História**: o tempo vivido: uma outra história? São Paulo: FTD, 1996.

NORA, Pierre. **“El historiador es un árbitro de las diferentes memorias”**. [entrevista concedida a] Evelyn Erlij. Letras Libres, 1 de fevereiro de 1918. Disponível em: <https://letraslibres.com/revista/entrevista-a-pierre-nora-el-historiador-es-un-arbitro-de-las-diferentes-memorias/>. Acesso em 13 de abril de 2022.

NORA, Pierre. **En Les Lieux de mémoire**. Trad. Laura Masello: Montevideo: Trilce, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História: PUC, n. 10, p. 07-28, 1993.

NORA, Pierre. **O Retorno do Fato**. In: NORA; LÊ GOFF. Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. UEPG **Ci. Hum. Ci. Soc. Apl. Ling., Letras e Artes**. Ponta Grossa, 16 (2): 209 – 224, dez. 2008.

O DUELO de João e Sebastião. [S. l.]: Tribuna do Interior, 2014. Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/sem-categoria/o-duelo-de-joao-e-sebastiao/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

PASTORE, Maria Cristina. **Procedimento invertido**: O Ensino de História a partir das inquietações de jovens estudantes sobre a morte na aula-visita ao cemitério. Dissertação (Mestrado em História, Pesquisa e Vivências de Ensino-Aprendizagem) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande: 2016. Disponível biblioteca virtual FURG.

PEREIRA, N. M., & RODRIGUES, M. C. M. (2018). BNCC e o passado prático: Temporalidades e produção de identidades no ensino de história. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(107). Volume 26 Número 107, 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Novos Temas nas Aulas de História**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10,1992, p. 200 – 212.

PRIETSCH, João Mauricio. **Os vivos são sempre cada vez mais governados pelos mortos'**: Fazendo do cemitério um objeto de estudos para o ensino médio. Dissertação (Mestrado profissional em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2018.

RALEJO, A. S.; MELLO, R. A.; AMORIM, M. de O. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77056, 2021.

RAPOPORT, Amos. Symbolism and environmental design. **Journal os Architectural Education**. Vol. 27, n 4. , 1974, p. 58-63. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1423934> , acessado em 21 de março de 2013

RAPOPORT, Amos. **The meaning of built environment**: a non-verbal communication approach. University of Arizona Press, 1982.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios**. São Paulo. Editora Neclópolis, 2007.

RIBEIRO, Márcia Cristina Lacerda. **Representações da cidade na tragédia grega**: entre o espaço construído e o espaço concebido. 2015. Tese (Doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-17092015-152331/pt-br.php>Acesso em 20 janeiro 2023.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na Corte**. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração. Coleção Biblioteca Carioca, 1997.

RODRIGUES, J. C. **Tabu da Morte**. 2ª. Ed., rev. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica - Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.

SADDI, Rafael. O Estado de Suspensão na aprendizagem histórica: a força estética do conhecimento histórico na instauração de um momento sublime de consciência histórica. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 9, p. 113-130 – 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação - RHE** Porto Alegre v. 16 n. 37 maio/ago, 2012. p. 73-91.

SCZIP, Rossano Rafaelle; CHAVES, Edilson Aparecido. O Ensino De História Na BNCC – Análise Crítica Da Concepção De Cidadania Como Finalidade Do Ensino De História Na BNCC. ANPUH – Brasil – **31º Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro/RJ, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628471794_ARQUIVO_4a33a1a1ba5c0e673a01c84d463e1c48.pdf. Acesso em 19 de jan. de 2023.

SILVA, Ícaro Batista da. O ensino de História no Liceu Provincial da Bahia (1836-1890). **Epígrafe**, São Paulo, v. 11, n. 1, pp. 389-425, 2022.

SILVA, Marcos. “Tudo Que Você Conseguir Ser” – Triste BNCC/História (A versão final). **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, MG, v. 25, n. Especial, p. 1004-1015, 2018.

SILVA, S. R. R. **A Representação do Herói na Arte Funerária do Rio Grande do Sul (1900 a 1950)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Ciências e Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVA, Uilson Magalhães. **Botuporã entre resgates e rescaldos**. 1ª ed. Botuporã, 2012.

SÍMBOLOS CÍVICOS. Prefeitura de Cravinhos, 2023. Disponível em <http://www.cravinhos.sp.gov.br/cidade/conteudo/simbolos-civicos.html>. Acesso em: 11 de jan. de 2023.

SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações Da Morte: Fotografia E Memória.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Fabio William. **Fronteiras póstumas: a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio em Campo Grande.** Dourados, MS: UFGD, 2010.

ULIANA, Isabel. **O cemitério municipal de Maringá (Paraná) enquanto espaço de memória e saberes históricos (1947 – 2017).** Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá: 2018.

URBAN, Ana Claudia. Manuais de didática de estudos sociais como fontes para o código disciplinar da história. **Encontro Nacional De Pesquisadores Do Ensino De História**, 9, 2011, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2011.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros.** Brasília: MEC-RJ, 1972.

VIANA, Roberto do Santos. **Cemitério de Pérola-Pr: Espaços dos mortos, vidas narradas (1958 – 2018).** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá: 2018.

VIEIRA, Antônio Carlos Nunes; CAIRES, Claudenis de Souza. **Hino de Botuporã.** Instituído através da Lei nº 01/2012 de 21 de março de 2012. Compositor: Antônio Carlos Nunes Vieira. Câmara Municipal de Botuporã: [s. n.], 2012. Disponível em: <https://cmbotupora.ba.gov.br/hino-de-botupora/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

VISTA aérea da cidade de Botuporã. Google Maps: [s. n.], 2023. Localização do cemitério no espaço da cidade. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-13.3783404,-42.5189716,1511m/data=!3m1!1e3?entry=ttu>. Acesso em: 22 ago. 2023.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História.** Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo [1920].** Antônio Flavio Pieruci (org.). São Paulo: Companhia das letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade [1925].** Brasília: Editora da Unb; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

WIKIPÉDIA Enciclopédia Livre. **Botuporã:** [s. n.], 2023. Município brasileiro do estado da Bahia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Botupor%C3%A3>. Acesso em: 22 ago. 2023.

APÊNDICES

Apêndice 1 — Mapa do Cemitério Municipal de Botuporã



Fonte: acervo do autor (2022) com registro realizado por Michael Batista (2022).